



**DÁDIVA E GESTÃO SOCIAL EM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS**

LAVRAS-MG

2013

RODRIGO BURKOWSKI

**DÁDIVA E GESTÃO SOCIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora

Dra. Ana Alice Vilas Boas

LAVRAS-MG

2013

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Burkowski, Rodrigo.

Dádiva e gestão social em unidades de conservação em Minas Gerais / Rodrigo Burkowski. – Lavras : UFLA, 2013.

271 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2013.

Orientador: Ana Alice Vilas Boas.

Bibliografia.

1. Mosaico. 2. Unidades de conservação - Desenvolvimento. 3. Unidades de conservação - Gestão social - Minas Gerais. 4. Dádiva. 5. Democracia. 6. Parque Nacional - Norte de Minas Gerais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 658.408

RODRIGO BURKOWSKI

**DÁDIVA E GESTÃO SOCIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 30 de agosto de 2013.

Dr. Aluisio Finazzi Porto	UFOP
Dr. André Faria	UFV
Dr. Carlos Silveira	UFVJM
Dr. Fabio Vizeu	UP
Dr. José Roberto Pereira	UFLA
Dr. Leandro Benedini Brusadin	UFOP

Dra. Ana Alice Vilas Boas
Orientadora

LAVRAS – MG

2013

*Dedico este trabalho ao meu filho Lucas Suzuki Burkowski, que nasceu no meio
dessa incrível jornada, à minha esposa, fiel companheira, Graziela da Silva
Suzuk e a meu filho(a) que virá.*

*À meus pais Efreim Antônio Burkowski e Alice Almerita Machado Burkowski por
sempre apoiarem nossos mais inesperados sonhos.*

À vovó Cida (in memorian)

*Ao nosso risonho colega Luiz Fernando de Carvalho (in memorian) com quem
tive o prazer de compartilhar algumas viagens no início da caminhada.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Reconhecer que uma Tese, apesar do esforço do pesquisador, é fruto de uma ação coletiva, é perceber que a Dádiva, tão explorada neste trabalho, manifestou-se em todas as etapas dessa construção.

Agradeço a Deus por iluminar essa jornada e pelo suporte espiritual que possibilitou sua conclusão. Às minhas famílias (Juiz de Fora-MG, Macapá-AP e São João dos Patos-MA), em especial à minha esposa, Graziela da Silva Suzuki, pela paciência, compreensão, apoio e dedicação nestes sete anos de união.

À minha orientadora, Profa. Ana Alice Vilas Boas, que tão bem me aceitou e me aconselhou ao longo desses quatro anos. Aos professores do DAE-UFLA, em especial ao professor José Roberto pelas críticas e debates nas disciplinas. Aos professores André Faria, Fábio Vizeu e Genauto França Filho, cujas participações na qualificação foram fundamentais para que o trabalho progredisse.

Ao amigo Juca Villaschi, pelas orientações, críticas, indicações e sensibilidade no decorrer da pesquisa. Aos amigos de São João dos Patos – MA, em especial à Luciana e ao Beto, pelos incentivos e ajuda no trato com o Bebê Lucas.

Aos colegas de Doutorado, Airton, Miguel, Paulo, João Batista pelos incentivos e companheirismo, além das cervejas e divagações. À secretária do DAE-UFLA, Deila Pereira, por me ajudar muito no cumprimento dos prazos, obrigado.

Aos conselheiros do Mosaico investigado e à FUNATURA, por terem aceitado participar e contribuir com a Tese.

Aos diversos anônimos que permitiram que eu me deslocasse com segurança (ou quase) em todos os trabalhos de campos realizados.

À FAPEMIG e à UFOP pelo apoio financeiro e licença para capacitação.

Enfim, obrigado a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

“As oportunidades aparecem para quem às procura”

GSS

RESUMO

Neste trabalho discute-se a participação e a gestão social no Mosaico Veredas-Peruaçu. Esse Mosaico foi escolhido, em função da localização geográfica (Noroeste de Minas Gerais) dos programas oficiais de fomento à participação e das características distintas de se relacionar com a comunidade do entorno. O trabalho foi realizado com o objetivo principal de analisar a natureza dos vínculos que se sobressaem em um mosaico de unidades de conservação e a gestão social do território, ou seja, à luz do paradigma da dádiva compreender se existe a manifestação da Dádiva neste conselho gestor e de que forma ela se manifesta. Além deste, propõe-se: 1) Analisar a formalização da gestão participativa no Mosaico. 2) Discutir, à luz das experiências dos sujeitos participantes e representados nas reuniões, a importância do conselho na gestão da UC's. Para atingir estes objetivos foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental para identificar a formalização da gestão participativa na unidade de conservação. Para a análise dos documentos, foi utilizada a análise de conteúdo. A segunda etapa foi uma narrativa de experiência, por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, que teve como elementos de análise os sucessivos registros das reuniões e as experiências vivenciadas pelos participantes e comunidade representadas na reunião. São 58 conselheiros no total e a pesquisa focou em 17 membros que atuavam, simultaneamente, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. Para análise das entrevistas, utilizou-se a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Dessa forma, ao partir do paradigma antiutilitarista de análise da sociedade e inserindo a dádiva como possível elemento de gestão, buscou-se compreender um pouco melhor as razões para que uma gestão compartilhada seja efetiva. O estudo realizado contribuiu para ampliar o debate sobre a dádiva e gestão social, permitindo concluir que, no caso investigado, o Mosaico potencializa a criação e a manutenção dos vínculos e que esses vínculos são importantes para a formalização e desenvolvimento do próprio conselho.

Palavras-chave: Democracia. Desenvolvimento. Mosaico. Dádiva.

ABSTRACT

This thesis discusses the participation and social management in Mosaico Veredas-Peruaçu. This mosaic was chosen because of geographic location (north-west of Minas Gerais), the official programs that foster participation and distinctive characteristics to relate to the surrounding community. The research aimed to analyze the nature of the relationship between the expression of Deliberative Democracy and the Gift of directors that comprise it. Apart from this addition to this, it is proposed: 1) To analyze the institutionalization of participatory management in mosaic; 2) Discuss, in the light of the experiences of participants and subjects represented in the meetings, the importance of the board in the management of UC's. To achieve these goals was made a literature review to identify and document the institutionalization of participatory management in the conservation unit. For the analysis of the documents we used content analysis. The second step was a narrative experience, through the application of semi-structured interviews, which took elements of analysis as the successive records of meetings and the experiences of the participants and the community represented at the meeting. There are 58 councilors in total, and the research focused on 17 members who worked both in the National Park Grande Sertão Veredas and Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. For analysis of the interviews used the Analysis of Collective Subject Discourse. Thus, when the paradigm-utilitarian analysis of society and entering the donation as a possible element of management, it is expected to understand a little better the reasons for which a shared management is effective. Based on the study is expected to broaden the debate on donation and social participation; contribute to the development of actions to improve the management of parks, via Social Management; open new avenues for research in UC's.

Keywords: Democracy. Development. Mosaic. Gift.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Carta de potencialidade social dos municípios do estado de Minas Gerais, ZEE-MG, 2007	38
Figura 2	Visita à torre de observação	51
Figura 3	Mapa da região do Mosaico	54
Figura 4	Modelo tradicional da Teoria da Dádiva	69
Figura 5	Modelo de circulação da Dádiva	87
Figura 6	Relação entre modelos de democracia e dádiva.....	125
Figura 7	Proposta de um Agir Dádivo	143
Figura 8	Ônibus quebrado	153
Figura 9	Exemplo de Análise DSC	157
Figura 10	Análise geral DAR	193
Figura 11	Análise geral Receber.....	207
Figura 12	Análise geral RETRIBUIR	214
Gráfico 1	Distribuição espacial intervenções	175
Quadro 1	Critérios de análise da cidadania deliberativa.....	121
Quadro 2	Análise Formalização do Conselho Consultivo Mosaico Veredas-Peruaçu	167
Quadro 3	Competências dos CMVP.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tabela com informações gerais dos municípios.....	50
Tabela 2	Análise geral sobre frequência.....	172

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
RL	Reserva Legal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
RAPPAM	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação
ICMBio	Instituto Chico Mende
UCs	Unidades de Conservação
PARNA	Parque Nacional
PNGSV	Parque Nacional Grande Sertão Veredas
REDSVA	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari
MMA	Ministério do Meio Ambiente
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FAPEMIG	Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais
M.A.U.S.S	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIO	32
2.1	Áreas protegidas e desenvolvimento	33
2.2	O sistema nacional de unidades de conservação e suas definições de interesse para a gestão social	40
2.3	O mosaico	46
2.3.1	O Mosaico Veredas-Peruaçu	50
2.3.2	O Conselho Consultivo do Mosaico Veredas - Peruaçu	54
3	INTERPRETAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DA DÁDIVA	60
3.1	A dádiva	63
3.2	A manifestação tangível da Dádiva	73
3.3	Um modelo para a Dádiva	84
3.3.1	Tipologia de Dons	88
3.4	A Dádiva como Teoria ou Teoria da Dádiva	89
3.5	Paradigma da Dádiva	95
3.6	O método na Teoria da Dádiva	97
3.7	Ideia, conceito, método, teoria e paradigma da Dádiva	99
4	A SOCIEDADE E A DEMOCRACIA	100
4.1	Sociedade	101
4.1.1	Democracia(s)	105
4.1.1.1	Democracia liberal	107
4.1.1.2	Democracia representativa	110
4.1.1.3	Democracia participativa	112
4.1.1.4	Democracia deliberativa	115
4.2	Democracia e gestão pública no Brasil	126
4.2.1	Gestão social	132
4.3	Democracia, gestão social e agir dadivoso	138
5	METODOLOGIA DE TRABALHO	148
5.1	A pesquisa documental	149
5.2	O estudo de caso	150
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	160
6.1	Formalização do conselho consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu	160
6.2	Análises do conselho	169
6.2.1	Liberdade de manifestação	169
6.2.2	Frequência	171
6.2.3	Manifestações e intervenções	174
6.2.4	Que se discute nas reuniões do conselho	175
6.3	Dádiva e vínculo no CCMVP	180

6.3.1	Dar	181
6.3.1.1	Obrigação	183
6.3.1.2	Liberdade	186
6.3.1.3	Interesse	187
6.3.1.4	Desinteresse	189
6.3.1.5	DSC - Dar	191
6.3.2	Receber	195
6.3.2.1	Obrigação	196
6.3.2.2	Liberdade	198
6.3.2.3	Interesse	201
6.3.2.4	Desinteresse	203
6.3.2.5	DSC - Receber	205
6.3.3	Retribuir	207
6.3.3.1	Obrigação	208
6.3.3.2	Liberdade	210
6.3.3.3	Interesse	211
6.3.3.4	Desinteresse	213
6.3.3.5	DSC - Retribuir	213
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
	REFERÊNCIAS	223
	GLOSSÁRIO	249
	APÊNDICE	251
	ANEXO	271

1 INTRODUÇÃO

O universo de transformações ocorridas nos últimos vinte anos na sociedade brasileira, tais como a redemocratização, valorização da sociedade civil, expansão do agronegócio, luta contra a pobreza extrema e, em especial, aquelas que impactam diretamente a conservação da natureza, têm gerado intensos debates no meio acadêmico e social. Estes debates ora enfocam questões econômicas, ora enfatizam relações sociais e de pertencimento, evidenciando que a questão ambiental perpassa diversos campos da vida humana, sendo consideradas por alguns como um paradigma ambiental.

Na perspectiva socioambiental, no que tange à relação homem X natureza, pode-se delinear alguns cenários. Dentre eles há supremacia dos interesses econômicos sobre os sociais, levando a uma pressão pela flexibilização da legislação ambiental, sobretudo em regiões com baixo índice populacional. Dessa forma, utilizando-se de meios (i)lícitos se obtêm autorização para exploração de recursos madeireiros, extração mineral, expansão da agropecuária entre outras formas de destruição da floresta. Fruto desse processo é o novo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012, que permite, dentre outras ações prejudiciais ao meio ambiente, que grandes proprietários recebam pagamentos por serviços ambientais para manter a sua obrigação de preservar Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), o que subverte o conceito de função social da propriedade.

O discurso que sustenta esse processo é que a floresta por si só não possui valor ou que seu valor não é passível de conversão em moeda corrente. Dessa forma, há um modelo economicamente insustentável e socialmente prejudicial para a sociedade, pois não permite a inclusão social e socialização dos benefícios advindos destes mesmos recursos. A despeito dos mecanismos de compensação de carbono, discutido no mundo inteiro, nota-se que existe a

necessidade de se (re)discutir o modelo de desenvolvimento proposto para o país e especialmente para as áreas protegidas. Esse processo, além de impor uma reflexão sobre as formas de gestão das Unidades de Conservação, deve, necessariamente, envolver a sociedade civil. Essa visão, também, é reforçada pelas constantes tentativas de privatizar o uso público destas áreas. Sob o argumento de que o Estado é ineficaz, que a sociedade do entorno não tem as competências necessárias para gerir o uso público, proliferam os estudos e projetos sobre o tema, em especial, as parcerias público-privadas.

A discussão sobre parceria-público privada para gestão de Unidades de Conservação é um tema bastante atual, existindo diversos estudos sobre o tema tais como os de Burkowski e Varajão (2010), Muzzi (2007), Rodrigues (2009). Todavia, apesar da sedução do discurso apresentado por estes trabalhos, notam-se conflitos entre as formas de gestão mais participativa e inclusiva nas Unidades de Conservação e as formas mais gerencialistas, o que demonstra a fragilidade do pensamento dominante, em compreender que o meio ambiente é, também, um conceito socialmente construído (DIEGUES, 1994; VIZEU, 2012).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), existem dois grupos de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A regra geral é que as Unidades de Uso Sustentável são obrigadas a constituírem conselhos consultivos ou deliberativos, ao passo que as Unidades de Proteção Integral devem, obrigatoriamente, por força do artigo 29 do SNUC, dispor de um Conselho Consultivo. Os conselhos gestores de unidades de conservação são, portanto, um desses instrumentos jurídico-administrativos utilizados pelo Estado para permitir a participação popular nos processos de gestão de unidades de conservação. Espaços democráticos e, portanto, de conflito, que se entende ser uma das características essenciais da democracia (BRAGA, 1998; CHAUI, 1994; HOFFE, 2006).

É possível afirmar que pouco se sabe a respeito do funcionamento institucional, político e normativo de conselhos de gestão de Unidades de Conservação. A primeira avaliação de efetividade de gestão das Unidades de Conservação federais brasileiras foi realizada entre os anos 2005-2006, sendo conduzida segundo o método de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação – RAPPAM. O estudo cobriu 245 unidades (aproximadamente 85% das UCs existentes no período) e, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2011, p. 129), “representou um passo importante para o aperfeiçoamento gerencial dessas áreas e para o desenvolvimento de suas potencialidades”. Os dados deste levantamento apontam que 125 de 245 Unidades de Conservação pesquisada têm desempenho gerencial inferior a 40%. O segundo ciclo de avaliação da efetividade de gestão das UCs federais, seguindo o método RAPPAM, aponta melhoras, mas 91 das 291 Unidades pesquisadas apresentam baixa efetividade de gestão.

Araújo (2007), também, realizou uma interessante revisão sobre o tema e apresenta os modelos de gestão de Unidades de Conservação. Os modelos estão alinhados com a gestão gerencial/ estratégica, aplicada ao meio ambiente, pois para ele “os modelos de excelência são usados para apresentar o mais alto nível, o estado da arte de como organizar e gerir instituições” (ARAÚJO, 2007, p. 189). Entende-se que, apesar da importância deste modelo de gestão, sua aplicação em Unidades de Conservação deve ser feita à luz das experiências participativas, cujos sentidos vão além da dinâmica econômica. Após amplo e exaustivo levantamento documental realizado por Novicki e Souza (2010), revelou-se que a produção científica sobre os Conselhos de Meio Ambiente no Brasil, nas três esferas federadas, é escassa e incipiente, limitada a 27 estudos, refletindo a pouca valorização, em geral, social, e, em particular, acadêmica, relacionada a esses espaços.

Considerando as diretrizes de gestão participativa propostas pela lei n. 9.985 do SNUC e seu Decreto regulador n. 4.340 (BRASIL, 2000, 2002), as análises produzidas por Cohen (2007) indicam que os órgãos dos governos responsáveis vêm tomando iniciativas para estabelecer uma gestão mais participativa, por meio de Conselhos Consultivos, porém a maioria dos parques não havia, ainda, implementado tais Conselhos até o final de sua tese. “Observou-se, também, que o processo de formação e condução dos Conselhos é, com exceção do PARNA da Tijuca, lento e deficiente, causando problemas entre gestores e atores sociais” (COHEN, 2007, p. 288).

Na presente tese, buscou-se compreender e interpretar a atuação dos sujeitos na cogestão das Unidades de Conservação que compõem o mosaico Veredas-Peruaçu, em especial aqueles que possuem vínculos com Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV) e com a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (REDSVA) que são áreas de proteção integral e de uso sustentável, respectivamente. De acordo com os documentos “Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal” (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, 2007) e “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para a sua Conservação” (DRUMMOND et al., 2005), a região do Mosaico está classificada como “Área de Extrema e Alta Importância Biológica”, na qual se encontram diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e flora do Cerrado, e alto grau de riqueza de recursos hídricos (mais de 20% da água que abastece o Rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região do Mosaico).

Essas áreas foram escolhidas pelos seguintes motivos: possuem sede administrativa dentro do Estado de Minas Gerais e como a pesquisa foi, em parte, financiada pela FAPEMIG, essa era uma condição necessária; apresentam características socioculturais similares e, portanto, permitem uma melhor

comparação; possuem conselho consultivo e deliberativo; estão localizadas em uma região pouco pesquisada do Estado. Em relação às pesquisas desenvolvidas com o Mosaico foram identificados os trabalhos de Almeida (2008) e Saraiva (2008).

O território onde foi realizada a pesquisa localiza-se na região Noroeste de Minas Gerais. A adoção do termo território advém do entendimento crítico dos processos de mudanças ocorridas no espaço geográfico. Santos, Souza e Silveira (1994) expôs, com grande acuidade, que o conceito de território se diferencia da ideia de lugar. O autor propôs que o “território usado” seja compreendido “como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994, p. 12).

Em relação aos vínculos e à forma de integração, Santos, Souza e Silveira (1994) apontam para as horizontalidades (ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais). Essa, também, é uma característica do território investigado, que possui integrações horizontais (as 11 unidades de conservações) e verticais, as redes em que ele está inserido.

Andrade (1994, p. 19), por sua vez, defende que o conceito de território é inerente à ideia de domínio ou gestão de determinada área: “Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Com isso, pode-se afirmar que a questão do território vai além de uma mera posição geográfica. Santos, Souza e Silveira (1994) chamam a atenção para o conceito de lugar, que seria o espaço do acontecer solidário. Estas

solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Para ele as solidariedades pressupõem coexistências no espaço geográfico. Esse entendimento aproxima-se da ideia de espaço produzido socialmente. Este é o conceito principal em Andrade (1994, p. 16) “Ao se estudar o espaço e sua produção, deve-se levar em conta, conscientemente, que o espaço produzido é o resultado da ação do homem transformando, em função de suas necessidades, o meio natural”. O espaço, nesta concepção, é transformado histórica e socialmente, por meio da tecnologia, do capital e da atuação do Estado; produto das relações sociedade natureza (SAQUET, 2010).

Os conceitos apresentados têm sua origem em teóricos da geografia, mas percebe-se uma grande influência epistemológica da sociologia. Para esta, o território remete à discussão sobre sociabilidades, sobre como os indivíduos estruturam sua vida cotidiana. E neste campo, a nosso ver, fica evidente a relação com o aporte teórico central da tese, afinal são os territórios, os *locus* de práticas políticas, que, ultrapassando os campos da vida privada, “desdobram-se no descobrir de um destino comum, de uma trajetória que estrutura identidades, que une pessoas na busca de construção do espaço público. Isso é feito a partir das conviviabilidades do cotidiano, do descobrir que há lugar do reconhecimento e do fazer-se reconhecer” (MARTINS, 2008b, p. 241).

Com isso, a partir do território e dos lugares, está sendo gestado um novo tempo de mobilização, integração e desenvolvimento, caracterizado pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo, ou seja, parte-se da discussão de um modelo de desenvolvimento territorial que priorize a participação horizontalizada, onde o esforço central é a resolução de problemas de forma pactuada, com a participação direta e substancial de segmentos sociais historicamente excluídos (FUNG; WRIGHT, 2003).

Em termos de localização geográfica o território faz parte de duas importantes bacias hidrográficas pertencentes à Bacia do Rio São Francisco (Paracatu e Rio Preto), existindo semelhanças culturais, econômicas, sociais, políticas, geográficas e ambientais. Para a definição do território, foi levada em consideração a existência do programa do governo federal “Territórios da Cidadania”. Este programa tem como “objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (BRASIL, 2011).

O “Território da Cidadania” – “Noroeste de Minas – MG” abrange uma área de 60.906,30 Km² e é composto por 22 municípios: Chapada Gaúcha, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Urucuia, Varjão de Minas e Vazante. A população total do território é de 298.837 habitantes, dos quais 79.907 vivem na área rural, o que corresponde a 26,74% do total. Possui 13.965 agricultores familiares, 4.323 famílias assentadas e 14 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,73 (BRASIL, 2011).

No território Noroeste de Minas foram previstas, para o ano de 2010, um total de 63 Ações com a atuação de 13 ministérios que integram o Programa Territórios da Cidadania, com valor projetado de R\$ 338.142.115,20. No entanto, até 31 de Dezembro de 2010, foram executados R\$ 178.411.688,29 (BRASIL, 2011).

O governo de Minas Gerais, também, realiza uma série de programas para o desenvolvimento da região, contudo, inclui parte desse território na região Norte de Minas. As ações empreendidas são: Seca e Inclusão Produtiva, Pro-Jovem Trabalhador, Turismo Solidário, Cidadão Nota Dez, Artesanato em Movimento, Sorriso no Campo, Ovinos Gerais, Fome Zero-Leite Pela Vida,

Cozinhas Comunitárias, Cidadão. NET, Apicultura e Desenvolvimento, Cisternas no Semiárido Mineiro (MARTINS JUNIOR, 2006).

Neste contexto, percebe-se um grande número de iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico, social e ambiental deste território (PARANHOS; COSTA; MARTINS, 2008). Cabe destacar que, na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994). Dessa forma, a presente tese, apoiada no paradigma da Dádiva, pretende avançar no desvelar de outras faces da mesma realidade. Consequente, apresenta justamente a oposição à ideia de mercantilização das relações sociais, ao propor uma reflexão sobre vínculo e gestão social por meio da Dádiva.

Em linhas gerais, é possível inferir que as ciências sociais, no geral, e a administração (ciências sociais aplicadas) no particular, habituaram-se a interpretar a história e o jogo social como resultado das estratégias de atores racionais que procuram maximizar a satisfação dos seus interesses materiais. Para Godbout (1992), essa visão utilitarista e de certa forma otimista, dificilmente evoca o lado negativo, complementar a esse entendimento que reduz tudo à procura de poder. O autor expõe que existiriam dois grandes sistemas de ação social: “o sistema de mercado, em que se confrontam e harmonizam os interesses individuais, e o sistema político, estruturado pelo monopólio do poder legítimo” (GODBOUT, 1992, p. 24).

Dessa maneira, com o advento da modernidade, a valorização do individualismo e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos laços primários, ter-se-ia uma sociedade desligada das obrigações impostas por esses, reduzindo a percepção de uma responsabilidade coletiva. A estrutura sócio-política legitimaria então o agir estratégico, desvinculando as ações individuais dos resultados coletivos. Para Godbout (1992), é possível afirmar que nenhuma sociedade pode funcionar sob o mero registro da sociabilidade secundária nem

pode dissolver o sistema de dom nos do mercados e do Estado, a menos que mergulhe no despotismo que Tocqueville temia ver despontar no horizonte da democracia (PUTMAN, 1999; TOCQUEVILLE, 1998).

No caso brasileiro, Sandoval (1989, 2001) desenvolve um modelo teórico com sete dimensões psicossociais que constituem, para ele, a consciência política e podem ajudar a compreender o processo de envolvimento dos sujeitos nos movimentos sociais. São elas: A identidade coletiva; Crenças e valores; Identificação de adversário e interesses antagônicos; Eficácia política; Sentimentos de justiça e injustiça; Vontade de agir coletivamente e metas de ação coletiva. Para o nosso estudo, as duas últimas dimensões são as mais relevantes. Para Costa (2009), a Vontade de agir coletivamente tem a ver com a predisposição dos indivíduos em incluir-se no jogo das ações coletivas como um modo de compensar as injustiças que são cometidas contra eles mesmos. Já a Meta de ação coletiva refere-se ao grau com que os participantes do movimento social percebem a correlação entre as metas do movimento, as estratégias de ação do movimento e seus sentimentos de injustiça, seus interesses e seus sentimentos de eficácia política. De acordo com Sandoval (2001), as duas dimensões têm suas bases em alguns teóricos da escolha racional de Olson Junior (1965), que tem contribuído para o debate sobre os determinantes da participação coletiva.

É justamente nessas características que se entende ser relevante inserir o paradigma da Dádiva visando sair do modelo racional-instrumental, que parece, também, emergir nas sociedades americanas. Em síntese, a prática associativa presente nos movimentos sociais não serão suficientemente explicadas sem a compreensão dos vínculos, das doações e da solidariedade presentes na Dádiva.

Portanto, para além de modelos rígidos, juntamente com os Maussianos contemporâneos, Caillé (2002a) e Godbout (1992) propõe a Dádiva como elemento de resgate das sociabilidades, permitindo uma fruição maior entre a

sociabilidade primária e secundária. Essa simbiose encontra respaldo em Caillé (2002a) que compartilha a ideia de Jean-Louis Laville para quem o paradoxo da associação consiste, portanto, em estar na dependência, ao mesmo tempo, do princípio societário e do princípio comunitário. “Digamos que o fato associativo se desenrola na interface da primariedade e secundariedade, da comunidade orgânica e da sociedade contratual [...] sem renunciar à forma da pequena sociedade” (CAILLÉ, 2002a, p. 197).

Marcel Mauss, ao elaborar a teoria da dádiva¹, cujas bases fundam-se no caráter voluntário, livre e gratuito de todo ato com objetivo maior de criar, restaurar ou manter o vínculo, revelou o que para ele e seus seguidores seria a rocha fundamental da vida em sociedade (MAUSS, 2003). Sociedade esta que é entendida como um “fato social total”, pois, alinhado com a ideia de Durkheim (1999), aceita a existência de crenças coletivas que aparecem como uma obrigação moral supra-individual, o que leva a se valorizar o todo mais que as partes, tornando a dádiva então uma regra moral que se impõe à coletividade.

Martins (2005) afirma que, ao definir a sociedade como um “fato social total”, Mauss compreendeu que a vida social é, essencialmente, um sistema de prestações e contraprestações que obriga a todos os membros da comunidade. Mas entendeu, também, que essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar se indispor com o outro. Para o caso em tela, reforça-se que a dádiva seria, então, o ato de dar de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua, fortalecendo a confiança, pois no ato de dar existe mais que uma mera troca, existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos para além dos valores econômicos

¹ Como será visto no 2º capítulo prefere-se o termo paradigma da dádiva, mas optou-se neste momento por usar o termo teoria da Dádiva.

envolvidos (GODBOUT, 1992; MAUSS, 2003; TESCHE, 2008). Para Mauss (2003, p. 41) a dádiva é um fato social total pois, “[...] tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições”.

Segundo Godbout (1998), a vertente moderna desse fato social total teria as seguintes características: a circulação das dádivas não se dá pelas redes pessoais de afinidade; a independência do vínculo religioso ou do caráter de caridade do vínculo; a associação por ato livre, em que os seus membros não objetivam lucros; a existência de funções sociais abertas para o exterior, finalidade externa a si mesma, uma reciprocidade aberta, diferentemente dos organismos que objetivam a satisfação somente de seus próprios membros; ausência de ruptura entre quem oferece ou presta o serviço e quem o recebe, marcando o caráter de igualdade e horizontalidade entre os membros e os recebedores da dádiva; a existência de responsabilidade dos vínculos perante o caráter único de cada um dos membros, em contraposição a uma responsabilidade formal, como no caso do Estado; a gratuidade das ações, não no sentido de ações não pagas, mas como ações livres, obrigações auto-impostas por seus membros.

Apesar de remeter o leitor a representações de gratuidade e, principalmente, caridade, a dádiva deve ser internalizada como um sistema de ação social constituída a partir da tríade (dar-receber-retribuir) que enfatiza o valor do vínculo social e a dimensão simbólica dos dons circulantes (CAILLÉ, 1998; GODBOUT, 1992). Esses vínculos são mais facilmente identificáveis nas relações primárias, entre familiares, casais, vizinhos e outras situações que se situam no registro da “sociabilidade primária, no qual se considera que as

relações entre as pessoas são ou devem ser mais importantes do que os papéis funcionais que elas desempenham” (CAILLÉ, 1998, p. 29).

No caso dos vínculos, Carvalho et al. (2006) apresentam uma reflexão conceitual e comparativa, que não se pretende exaustiva, sobre os conceitos de vínculo e de rede social na área de psicologia. Essa perspectiva contribui para a presente Tese visto que, desde o início do século 20, essa ciência vem fortalecendo o entendimento de que o “ser humano é intrinsecamente social e se constitui como indivíduo no contexto de trocas e experiências sociais – conforme a teorização socioconstrutivista – por exemplo, Vygotsky, 1978/1984” (CARVALHO et al., 2006, p. 1). Compartilha-se dessa visão de mundo, pois a troca de Dádivas é uma experiência coletividade e altamente permeada pelo contexto social. Mas ao mesmo tempo é uma experiência individualizada, caracterizada por momentos de doação essencialmente particularizados. Essa ação é que forma ou possibilita a criação dos vínculos. Carvalho e Rubiano (2004) conceituam vínculo como um padrão diferencial de interações entre parceiros em uma situação social, expressando a seletividade em relação a certos parceiros, ao longo de um período de tempo, enfatizando, portanto, a seletividade e duração do vínculo.

Como observado nos estudos relacionados à Teoria da Dádiva, o campo da saúde é, no contexto brasileiro, o que mais utiliza essa lente para compreensão da realidade. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos sobre redes ampliadas de vigilância em saúde (MARTINS; FONTES, 2004), das associações voluntárias (MOREIRA, 2006), das redes participativas tecidas pela população (LACERDA, 2010) e os itinerários terapêuticos (MARTINS, 2009). Esses estudos possuem alguns elementos em comum e dentre eles cabe destacar a questão temporal e os bens que circulam entre os sujeitos e coletividades envolvidos.

Em sua construção do Ensaio sobre Dádiva, Mauss apresenta o fato de que “naquelas economias e direitos contratuais aos civilizados, não há uma troca simples de bens, que encerra seu fluxo na solvência de equivalentes materiais em jogo, como na nossa economia prosaica” (CONSTANTINO, 2009, p. 223). Inicialmente cumpre lembrar que a troca não se restringe a bens materiais, pois é precedida e seguida de inúmeros simbolismos, palavras, gestos, ritos. Em segundo lugar, não são os indivíduos que trocam, mas, sobretudo, as coletividades (e neste caso os membros do conselho representam uma coletividade). Por fim, o ato de troca, pois Constantino (2009) pondera ser incorreto se falar em mera troca na dádiva, não é imediata e, na maior parte dos casos, nem deve ser: “entre os três momentos [dar, receber, retribuir], há a necessidade de certo tempo, de um intervalo qualquer, que não pode ser curto demais nem longo demais” (CONSTANTINO, 2009, p. 223). Retribuir imediatamente pode ser interpretado com um sinal de ingratidão. Os autores e pesquisadores que compartilham desse paradigma entendem que certo período de tempo entre a dádiva e a dádiva retribuída é, também, necessário, porque os devidos recursos para retribuir a dádiva devem ser adequadamente mobilizados.

No que se refere aos bens que circulam, percebem-se dois elementos centrais para essa compreensão que são: as palavras e o compromisso firmado. Como evidenciado no corpo do trabalho, há uma indissociabilidade entre sujeito-objeto, pois a palavra pode ser considerada um dos bens mais valiosos do indivíduo, estando eternamente vinculada a quem a proferiu. Caillé (2002a) comenta que grande parte de nossas trocas de palavras cotidianas consistem em dons rituais de pequenos presentes verbais anódinos e perfeitamente padronizados. O bom dia, boa tarde, como vai?, saúde!, são simples reciprocidades que não criam dívidas já que são retribuídos instantaneamente. E como visto a questão temporal é algo de grande relevância para a compreensão da Dádiva. O autor cita como exemplo dessas trocas o “sistema das rodadas nos

bares do sul da França, analisado por Claude Lévi-Strauss” (CAILLÉ, 2002b, p. 100) no qual cada um paga uma rodada alternadamente. Cumpre lembrar que, apesar de não sistematizado e devidamente avaliado em nosso contexto, esse fenômeno, também, pode ser identificado em diversos bares do Brasil.

Para além das trocas meramente formais (e quase obrigatória de palavras), vislumbra-se a possibilidade dessas ações serem, em essência, a manifestação da Dádiva em espaços públicos institucionalizados. Caillé (2002a), Godbout (1992), Lana (2000) e Mauss (2003), não fizeram suas análises com base nestes espaços, mas apontam que sendo esta um dos bens mais preciosos nas sociedades arcaicas, a circulação da palavra permite estabelecer relações de aliança e de afinidades, ou seja, a diversas formas de apropriação da linguagem podem conduzir e evidenciar a Dádiva em diversos espaços. Godbout (1992) expõe que a melhor forma de perceber a importância do Dom na modernidade é uma reflexão sobre o estatuto e a função da palavra no processo de circulação do mesmo. Ele afirma que “para ilustrar a importância do dom, demos exemplos de trocas de bens e serviços. Mas são palavras, frases e discursos que o ser humano produz e troca em primeiro lugar com os outros” (GODBOUT, 1992, p. 21).

No que se refere à esfera pública e à ação estratégica, a tese buscou uma aproximação com a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, para quem a linguagem é, também, a base da organização social. Para Habermas (2003) o “consenso” e “validade” no uso da linguagem são fundamentais para o exercício democrático. No entender de Habermas (2003) e Rochlitz (2005), se quisermos explicar como a ordem social é possível, nas condições modernas de uma sociedade que já não está unida por uma noção comum do sagrado, o recurso à ideia de regras comuns, no sentido de Wittgenstein, é indispensável.

Se por um lado, Mauss (2003) evidencia que a dádiva é o oposto da troca mercantil e, paradoxalmente, procura nela a origem da troca (ou do intercâmbio), de outro lado, mostra a essência da reciprocidade com o caráter

universal da tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”, mas não chega a teorizar sobre tal reciprocidade, trabalho que deixou para seus seguidores, em particular Lévi-Strauss (1967 [1947], 1997 [1950]) e, mais recentemente, Temple e Chabal (1995), Temple (1998, 2003), Godbout (2000, 2007), entre outros.

Para Mauss (2003), a reciprocidade está baseada na dádiva, sem que esta última seja igual à primeira, pois, reciprocidade refere-se a responder uma ação positiva com outra ação positiva, e responder uma ação negativa com outra negativa. Ações recíprocas positivas diferenciam-se de ações altruístas visto que ocorrem somente como decorrência de outras ações positivas e diferenciam-se de uma dádiva social, visto que esta não é concedida na esperança ou expectativa de respostas positivas futuras (SIQUEIRA, 2005).

Dessa forma, pode-se afirmar que a escolha dessa lente não é arbitrária, pois acredita-se que os atuais mecanismos que explicam e explicitam as dinâmicas de funcionamento de um conselho gestor pouco contribuem para compreender os vínculos sociais que este espaço ajuda a produzir e como estes podem colaborar para que o mesmo atinja seus objetivos.

Considerando o território apresentado e as dinâmicas sociais próprias de cada localidade, o trabalho parte das seguintes questões: Como a Dádiva se manifesta nas estruturas de participação formal criadas pelo Estado e para além dessa estrutura, ou seja, caso a Dádiva esteja presente nos conselhos, como ou quais resultados ela produz fora do conselho? Como se comporta o Conselho Consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu em relação aos princípios da Gestão Social? Enfim, qual a contribuição do paradigma da Dádiva para a Gestão Social? Considerando que a lente adotada para a compreensão da realidade é capaz de aceitar a ação social para além da racionalidade instrumental, a presente tese não apresenta hipóteses, mas admite algumas suposições para verificação *in loco*:

- a) Os atores sentem-se mais reconhecidos nos conselhos deliberativos.
- b) Quanto mais próximo da ação Dádiosa, maior os vínculos entre os sujeitos e maior as contribuições para os beneficiários do Mosaico.
- c) Os vínculos sociais desenvolvidos no CCMVP contribuem para a gestão social das unidades de conservação.
- d) O Conselho do Mosaico é uma sobreposição de esferas de participação.

O trabalho tem, assim, como objetivo principal, analisar a natureza dos vínculos que se sobressaem em um mosaico de unidades de conservação e a gestão social do território, ou seja, à luz do paradigma da dádiva compreender a manifestação da Dádiva neste conselho gestor e suas formas de evidência. Além deste, propõe-se:

- a) Analisar a formalização da gestão participativa no Mosaico.
- b) Discutir, à luz das experiências dos sujeitos participantes e representados nas reuniões, a importância do conselho na gestão da UC's.

A tese está estruturada em seis capítulos, sendo três capítulos teóricos, um para metodologia, um para as discussões dos resultados da pesquisa, além da introdução (primeiro capítulo), considerações finais, bibliografia, apêndice e anexos.

O segundo capítulo “Unidades de Conservação e Territórios da Cidadania” busca apresentar o território e *locus* da pesquisa, dialogando sobre o processo de valorização da questão ambiental na administração pública e seus desdobramentos em termos de espaços de discussão e produção de consenso.

O terceiro capítulo “Interpretações e Manifestações da Dádiva” busca inserir o leitor em uma ideia, no caso a Dádiva, que não possui lugar de destaque na Administração, portanto, introduz o leitor neste universo. Além disso, discute como a Dádiva se encaixa em termos de metodologia, teoria e paradigma. Neste capítulo é apresentado o modelo tradicional de compreensão da Dádiva e sua relação com a Democracia.

No quarto capítulo “A Sociedade e Democracia” buscou-se, primeiramente, relacionar a formação do laço social à teoria da dádiva. Este é um ponto central para o trabalho, pois, para Mauss (2003), a Dádiva é a pedra fundamental da sociedade, estando a serviço do vínculo social. Com base nessa premissa, são apresentados alguns tipos de Democracia e sua possível relação com a Gestão Social.

O quinto capítulo é dedicado à metodologia da pesquisa, no qual se apresentam os caminhos percorridos para que o objetivo pudesse ser alcançado e como se deu a construção do discurso do sujeito coletivo. A proposta consiste, essencialmente, em analisar as informações verbais coletadas, retirando-se as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chave das ideias centrais ou ancoragens semelhantes compõem-se um ou vários discursos-síntese na terceira pessoa do singular.

Os resultados são apresentados e discutidos no sexto capítulo. Esse esforço buscou evidenciar os vínculos existentes e suas possíveis contribuições para a gestão social em unidades de conservação.

2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIO

[...] o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. (Guimarães Rosa).

A crescente preocupação do homem com os – escassos - recursos naturais, cujo uso desmedido levará à breve exaustão, produz reflexos em diversos campos. Dentre eles, há o aumento de estudos e pesquisas sobre a Gestão Ambiental. Se até a década de 1960 havia forte vínculo entre a ideia de desenvolvimento com o crescimento econômico, a partir da década de 1970 começaram a surgir propostas que relacionavam a melhora na qualidade de vida a um ambiente saudável.

Marco desse processo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972 e cujo produto final é a Declaração de Estocolmo, mudou a perspectiva de compreensão do problema, podendo se encaixar na ideia de paradigma apresentada anteriormente. Para Maglio (2000), os conceitos abordados nesta conferência contemplaram a necessidade de orientação da sociedade quanto à proteção do meio ambiente, principalmente, no que se referia à poluição originada pelas emissões das atividades industriais. Além desse evento ocorreram mais três (Rio-92, Johannesburgo-2002 e Rio-2012) cuja sistemática buscou produzir um consenso sobre a viabilidade de um capitalismo sustentável², apontando soluções de mercado e educação conservacionista como mecanismos de se obter o desenvolvimento sustentável.

Reflexo desse processo, a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938/81 – aponta que os instrumentos de gestão ambiental são considerados os mecanismos utilizados pela administração pública com o intuito

² Vide em Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e capitalismo.

de alcançar os objetivos da política ambiental (BRASIL, 1981). De acordo com Cunha e Coelho (2003 apud BARROS; BORGES; PEREIRA, 2012), no Brasil, ocorreram três momentos na história das políticas ambientais: a) o primeiro período, de 1930 a 1971, foi caracterizado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chegou ao ápice; c) o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracterizou-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias, e pela rápida disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável.

A discussão deste capítulo busca apresentar ao leitor uma visão geral acerca das mudanças ocorridas na Gestão Ambiental Brasileira, focando o terceiro período de nossa história, de 1988 - 2012. Essa temática pode ser analisada sob várias perspectivas tais como a geografia, política, sociologia, direito, entre outras. Considerando os referenciais apresentados nos capítulos anteriores, pretende-se abordar a temática de forma transdisciplinar, evidenciando as contribuições de cada campo para o objetivo principal do trabalho.

2.1 Áreas protegidas e desenvolvimento

Conciliar o crescimento econômico com o uso responsável dos recursos naturais é um dos principais desafios enfrentados pela humanidade. Os problemas oriundos desse processo produzem resultados em diferentes partes do território e os impactos são também absorvidos de diferentes formas. Em outras palavras, as externalidades produzidas por esse movimento econômico atingem a população de maneira disforme, sem que o consumidor final perceba os danos que causou na origem da satisfação de sua necessidade.

Com o objetivo de minimizar esses danos, o país busca construir de maneira dialógica, sua Política Nacional de Meio Ambiente. Losekann (2012) discute as formas dessa participação, sobretudo, o caso da Conferência Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e a prática já existente de recrutamento de ambientalistas da sociedade civil para cargos do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em uma análise dos instrumentos da gestão ambiental brasileira, Barros, Borges e Pereira (2012) inferem que, para a legislação ambiental ser eficaz, é necessária mais do que a normatização das vias de comando e controle. São imprescindíveis outras políticas públicas, como a conscientização de políticas educacionais com investimentos nos aspectos voltados para a sustentabilidade, mudança de hábitos de consumo e estilo de vida. Essa situação foi identificada por Losekann (2012, p. 195) que aponta para a existência de um relevante conjunto de canais institucionais e não institucionais de participação da sociedade civil na política ambiental e se observa “que as ações civis públicas podem ser entendidas, também, como mecanismos de efetivação das deliberações produzidas no processo participativo, funcionando como um contrapeso às decisões de outros poderes”.

Em linhas gerais há, em meio às expectativas iniciais sobre o processo de redemocratização do Brasil, a partir dos anos 1970, o surgimento da legislação e de órgãos ambientais. Em 1973 foi criado o primeiro órgão oficial do país, dedicado à gestão do meio ambiente, vinculado ao Ministério do Interior (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2008). A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), foi instituída pelo decreto Nº 73.030, de 30.10.1973, e competia a ela, dentre outras atribuições, “promover, intensamente, pelos programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1973). Alguns anos depois, em 31 de outubro de 1981, veio a ser sancionada a Lei nº 6.938,

instituidora da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (BRASIL, 1981), definindo os seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Esta lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), implicando, entre outros aspectos, a constituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Para Novick e Souza (2010), a estruturação do SISNAMA se portaria similarmente a uma rede de organizações, a ela cabendo a formulação de políticas públicas de meio ambiente, a articulação entre as instituições componentes do sistema em âmbitos federal, estadual e municipal e a execução dessas políticas por meio dos órgãos competentes. Nessas três esferas federadas, os órgãos ambientais passam a ter, portanto, a responsabilidade de promover a troca de informações, a formação da consciência ambiental, a fiscalização e o licenciamento ambiental, além da criação de Comissões Tripartites, conselhos, órgãos e fundos de meio ambiente, buscando, ainda, estabelecer uma política ambiental integrada, no sentido de incluir essa questão nas demais políticas de governo (BRASIL, 2006).

O CONAMA, por seu turno, vai assumir um papel central na gestão ambiental nacional, afigurando-se num órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo do MMA, criado com a finalidade proclamada de "assessorar e propor diretrizes e políticas ambientais e de deliberar sobre normas e padrões para um ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida" (BRASIL, 1981, p. 11).

Nos Estados e Municípios, a estrutura do SISNAMA tenderá a se reproduzir, implicando que o órgão central adquira "o formato de secretaria, departamento ou fundação de meio ambiente" (BRASIL, 2006a, p. 39), podendo ser exclusivo ou compartilhado com outras áreas, demandando constituição dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CEMA) e dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA), órgãos paritários passíveis de desempenharem competências consultiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora (NOVICK; SOUZA, 2010, p. 724).

Os CONAMA e o SISNAMA são os principais produtos da Política Nacional do Meio Ambiente, mas além deste há outros importantes instrumentos, como as Avaliações de Impacto Ambiental; os Licenciamentos especiais (de grande impacto); Fiscalização; o Zoneamento Ambiental e a criação de Unidades de Conservação. Estes dois últimos serão apresentados com maior detalhe.

O Zoneamento Ambiental, também conhecido como Zoneamento Econômico- Ecológico (ZEE), surgiu, de acordo com Leite (2011), a partir da admissão, por parte do Estado brasileiro, de que a ocupação desordenada do território nacional é a responsável por inúmeros prejuízos de cunho socioambiental. Sua finalidade é exercer um controle espacial das atividades, porém, com o crescimento desenfreado das grandes cidades e a falta de fiscalização adequada, fica difícil fazer valer as regras estipuladas pela legislação (BARROS; BORGES; PEREIRA, 2012; VARELA, 2007). De maneira geral, o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006) define as diretrizes metodológicas para o delineamento de uma concepção de ZEE, nas quais se consideram os arranjos institucionais, os fundamentos conceituais e os procedimentos operacionais necessários à execução do ZEE no território nacional. Dentre as principais temáticas, encontram-se o planejamento, diagnóstico, prognóstico e por fim, os subsídios à implementação do zoneamento, que, além de identificar as demandas locais, consideram, também, o meio físico e biótico, assim como a organização jurídica e institucional, culminando com o apoio à aplicação dos resultados no final da análise, por parte dos órgãos ambientais (BARROS; BORGES; PEREIRA, 2012).

Para Pereira et al. (2011, p. 2)

o ZEE oferece indicadores e índices que condensam informações, que podem ser utilizadas como elementos norteadores para monitorar, acompanhar e avaliar o

planejamento, ou seja, pode ser utilizado como instrumento de gestão territorial. Com o ZEE é possível orientar a formulação de políticas públicas setoriais com maior precisão e consistência, orientar decisões no âmbito da gestão do território, orientar organismos governamentais e não governamentais na intervenção social no âmbito municipal, orientar contratos entre iniciativas privadas e governos, bem como servir de referência para ações judiciais de caráter público. Portanto, serve de base para a gestão social do território, tendo em vista que o Programa Territórios da Cidadania, como política pública federal, adotou um modelo de gestão social que se pauta nos princípios da participação, descentralização, democracia e transparência.

O mosaico investigado nesta tese situa-se na região noroeste do estado de Minas Gerais, na qual não há predominância de municípios em uma categoria específica, sendo observada uma distribuição muito equilibrada do número de municípios entre as cinco categorias de potencialidade social (PEREIRA et al., 2011). Contudo, estes autores concluem que esta região apresenta condições de precárias e pouco favoráveis de potencialidade social. Portanto, é uma região com capacidade limitada para promover seu próprio desenvolvimento, necessitando ser estimulados por políticas públicas e sociais e por investimentos fortes em setores básicos de desenvolvimento local. Dentre as ações, há o Território da Cidadania e o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Local desenvolvido pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA)

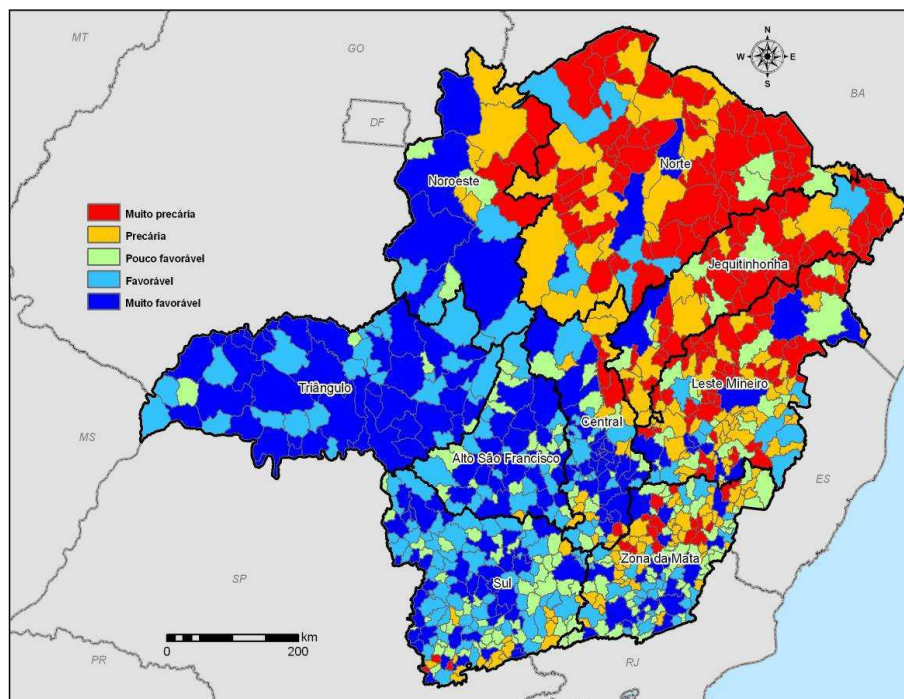


Figura 1 Carta de potencialidade social dos municípios do estado de Minas Gerais, ZEE-MG, 2007

Fonte: Pereira et al. (2011).

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público é a forma encontrada pelo Estado de garantir ou pelo menos retardar a exploração dos recursos naturais existentes em determinados territórios. A instituição desse modelo é fruto de um longo processo, para o qual pode ser considerada, como início, a iniciativa do IBDF de estabelecer uma legislação abrangente sobre o tema. Esse órgão encomendou a elaboração de um anteprojeto de lei para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, à Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), atual responsável pela Gestão do Mosaico Veredas-Peruaçu. Araújo (2007) comenta que essa organização não-governamental era dirigida por Maria Tereza Jorge Pádua, uma das principais

autoras das duas etapas do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1979 e 1982) e contou com o auxílio de consultores de grande experiência, dentre eles César Victor do Espírito Santos, atual secretário-executivo do Mosaico Veredas-Peruaçu. Entre idas e vindas deste projeto, cabe mencionar a carta de desabafo de Maurício Mercante, assessor legislativo que colaborou na elaboração do SNUC:

De um lado, temos que eu chamo de conservacionistas; de outro lado, os que podem ser denominados de socioambientalistas. Os primeiros creem que, para conservar a natureza, é necessário separar áreas naturais e mantê-las sem qualquer tipo de intervenção antrópica (salvo as de caráter técnico e científico, no interesse da própria preservação). As populações que vivem dentro e no entorno da área protegida representam uma ameaça à conservação e devem ser removidas da área e controladas. O Estado deve manter total e exclusivo controle sobre o processo de criação e manejo das áreas protegidas. Já para os socioambientalistas (entre os quais me incluo, e digo isso para que fique claro que meu ponto de vista é absolutamente parcial), embora reconheçam que conciliar a conservação com as demandas crescentes das comunidades por recursos naturais seja um desafio, entendem que as possibilidades de conservação são mais efetivas quando se trabalha junto a comunidade local. A criação de uma área protegida deve ser precedida de uma ampla consulta à sociedade e sua gestão deve ser participativa. Uma concepção mais flexível de área protegida facilita a solução de conflitos, a negociação de acordos e o apoio da comunidade local às propostas de proteção à natureza. É preciso atrair, valorizar e apoiar o trabalho do produtor rural e da iniciativa privada em favor da conservação (MERCADANTE, 2001, p. 1).

Após doze anos de discussão, aconteceu a regulamentação do artigo 225 da Constituição Federal. Como afirma Sachs (2000), o Brasil foi um dos primeiros países a incluir um capítulo sobre o meio ambiente na Constituição e apesar de o simples fato de incluir na Constituição certos princípios não seja

suficiente para que esses princípios sejam respeitados, mas não tê-los certamente não ajuda. A seguir, apresentam-se os principais resultados desta conquista.

2.2 O sistema nacional de unidades de conservação e suas definições de interesse para a gestão social

As unidades de conservação (UC) são áreas que “têm importantes características naturais e são legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos de conservação” (WWF BRASIL, 2008, p. 2). Para a International Union Conservation - IUCN (1994) são áreas de terra ou mar, especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejadas por instrumentos legais ou outros meios efetivos. No caso do Brasil, considerando o pacto federativo estabelecido e descentralização do aparato Estatal, essas áreas podem estar sob a responsabilidade do poder público federal, estadual ou municipal e, ainda, sob a responsabilidade de particulares, como no caso das Reservas de Proteção do Patrimônio Natural (RPPN). Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação estas áreas são o

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, art. 2).

Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) mencionam que as unidades de conservação contribuem para uma melhor qualidade de vida, pois permitem, dentre outras coisas, a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas,

bem como auxiliam na preservação de características históricas e culturais de importância para estilos de vida de populações tradicionais.

Abaixo, apresenta-se um recorte dos principais artigos do SNUC (BRASIL, 2000), com grifo nosso, nos termos que estão diretamente relacionados à gestão social.

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

IV - promover o **desenvolvimento sustentável** a partir dos recursos naturais;

XI - **valorizar econômica e socialmente** a diversidade biológica;

XIII - **proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais**, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

III - assegurem a **participação efetiva das populações locais** na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - **busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas** para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - **incentivem as populações locais e as organizações privadas** a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as **condições e necessidades das populações locais** no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - **garantam às populações tradicionais** cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI - **garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;**

XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um **conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias**, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de **consulta pública** que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º **As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.**

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, **constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa**, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de

Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, **será assegurada a ampla participação da população residente.**

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de **Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo**, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º **O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.**

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações [grifo nosso].

Os termos desenvolvimento sustentável, participação, população local, população tradicional, conselho, permeiam diversos artigos do SNUC. O uso destes termos reflete a preocupação do legislador em, pelo menos na formalização da lei, garantir uma legitimidade ao documento. Apesar da inconsistência do termo desenvolvimento sustentável (FARIA, 2011; VIZEU, 2012), o adjetivo sustentável sempre acompanha o substantivo desenvolvimento ao longo dos 60 artigos que compõem o SNUC. O termo é de difícil conceituação e o próprio documento optou por definir apenas “uso sustentável”, que seria a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a

biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000, art. 2). Esse entendimento está, para Duarte (2003), alinhado com o discurso pós-Estocolmo, cuja visão dominante é “o uso racional dos recursos”.

Outro termo que aparece com certa frequência é “conselho”. De acordo com o documento, existem dois grandes tipos de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A maioria das Unidades de Uso Sustentável é obrigada a constituir conselhos consultivos ou deliberativos, ao passo que as Unidades de Proteção Integral devem, obrigatoriamente, por força do artigo 29 do SNUC, dispor de um Conselho Consultivo.

O conselho gestor é parte da estratégia de conservação de uma unidade de conservação. Todavia, juridicamente, o que é um conselho gestor? O Estado Brasileiro, hoje, permite, que cada bem ou atividade de interesse coletivo possa ser gerido com graus e níveis diferenciados de participação popular (BORDENAVE, 1994). O relatório do IPEA aponta para:

Em primeiro lugar, percebeu-se um crescimento relevante do número de interfaces socioestatais nos programas e órgãos do governo federal. Ainda que houvesse, já em 2002, um percentual relevante de programas nessa linha, nota-se *incremento consistente* ao longo da década na adoção de formas de interlocução, chegando a quase 90% dos programas com pelo menos uma forma de interface socioestatal. Esse aumento ao longo do tempo foi observado tanto no que diz respeito à adoção de interfaces por órgãos que anteriormente não a praticavam, como também pelo incremento nos programas de órgãos que desde o início da década já incentivavam formas de interação com a sociedade. Em segundo lugar, tornou-se bastante visível a consolidação de uma *diversificação* e variabilidade dos formatos de interface socioestatal (formas mais coletivizadas ou individualizantes) que se consolidaram na última década, envolvendo as ouvidorias, reuniões com grupos de interesse (como as mesas de diálogo e outras

experiências mais pontuais), audiências públicas, consultas públicas, conselhos, conferências, e outros (envolvendo comitês diversos, sítios de internet, ações de transparência e atendimento ao cidadão, entre outros). Em terceiro lugar, observou-se certo padrão de *associação entre tipos de interface socioestatal e áreas temáticas de políticas públicas* e o caráter (finalístico e de apoio) dos programas. Enquanto interfaces como conselhos e conferências apresentaram maior vínculo relativo aos programas da área de proteção e promoção social, audiências e consultas públicas e reuniões com grupos de interesse apresentaram-se mais associadas às temáticas de desenvolvimento econômico e infraestrutura (BRASIL, 2012, p. 28).

Para Santos (2008), este grau de participação pode ser medido pelo grau de controle da sociedade sobre as decisões que pode tomar em parceria com o Estado na gestão de qualquer bem ou atividade coletiva (poder para tomar decisões ou direito de criar ou regulamentar direitos) e pelo grau de importância e relevância dessas decisões das quais pode a comunidade participar. Essas decisões podem consistir na simples emissão de uma opinião ou recomendação, como também podem chegar a definir normas, regulamentares e planos, programas, projetos e ações prioritários.

Os conselhos gestores de unidades de conservação são, portanto, um desses instrumentos jurídico-administrativos utilizados pelo Estado para permitir a participação popular nos processos de gestão de unidades de conservação (IBAMA, 2001). Trata-se de órgãos públicos, vinculados ao órgão ou entidade ambiental do Estado responsável pela administração das Unidades de Conservação.

Considera-se que as áreas protegidas se justificam em função dos benefícios que podem ser gerados à sociedade. Sendo assim, esta visão considera a importância das dinâmicas sociais na promoção e desenvolvimento de estratégias de proteção da natureza. Nesta concepção, as áreas protegidas são

interpretadas como espaços nos quais as atividades humanas podem apoiar os objetivos de conservação ambiental (MELO, 2007).

Por isso, considera-se importante discutir, à luz da de casos distintos e concretos, os significados da participação e da cogestão das Unidades de Conservação, visando contribuir para uma maior efetividade da mesma.

2.3 O mosaico

A possibilidade de gestão integrada das Unidades de Conservação já era prevista desde a criação do SNUC. De acordo com essa lei,

quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000, cap. IV, art. 26).

No caso brasileiro identificam-se pelo menos três formas de gestão integrada e participativa: reserva da biosfera, corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas.

Pinheiro (2010) reconhece que, nessa visão de gestão ambiental territorial, as áreas protegidas são percebidas como indutoras de um processo de desenvolvimento de determinada região e, a partir dela, desenham-se diferentes formas de gestão territorial. No caso dos corredores, as áreas protegidas são a premissa do estabelecimento de conectividade para possibilitar o fluxo genético entre populações isoladas pelo território alterado e degradado pelo homem, ao seu redor. Nas reservas da biosfera, as áreas protegidas compõem as zonas

núcleo e de amortecimento de um território maior, definido pelo seu potencial de conservação e desenvolvimento.

No caso deste trabalho, o termo adotado para caracterizar essa integração foi “Mosaico”. Segundo Lino (1992), foi originalmente apresentado na proposta de criação da Reserva Ecológica Integrada da Serra de Paranapiacaba, integrando o mosaico à gestão de Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, em São Paulo.

O significado da palavra mosaico, adotado pelo SNUC, vai além da forma física da paisagem que é composta por fragmentos naturais ou não, de diferentes formas conteúdos e funções. Este conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico, quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas, ali presentes, são interdependentes, suas administrações, também, devem ser (LINO, 1992).

A regulamentação da adoção do modelo de Mosaico veio com o decreto nº 4.340/2002 (BRASIL, 2002), que definiu as competências deste modelo de gestão integrada. Dessa forma, compete ao conselho de cada mosaico:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição; II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; e 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico; III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico (BRASIL, 2002).

Essas ações não são conflitantes com as competências estabelecidas para os conselhos gestores das Unidades que são:

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

De acordo com Pinheiro (2010), existem vinte mosaicos reconhecidos no Brasil. O primeiro foi criado em 2002 (Mosaico Tucuruí-PA) e o mais recente, o Mosaico Carioca (RJ), de 2011. Existem, também, vinte e um pedidos de reconhecimento. No banco de Teses da Capes foram identificados cinquenta e sete trabalhos, cuja palavra-chave é “mosaico de áreas protegidas”. O trabalho mais antigo data de 1997 e é da área de agronomia (KIMURA, 1997). Têm-se, ainda, os trabalhos de Abrrirached (2011), Herrmann (2008), Illenseer (2011), Nascimento (2010), Obraczka (2008), Rocha (2011), Sanches Junior (2008),

Scalco (2009), Schmidt (2009) e Tambellini (2007), que investigam a relação entre desenvolvimento, mosaico, população e território. Percebe-se um crescente interesse sobre Mosaico, visto ser a gestão integrada uma opção feita por diversos países para proteção de áreas naturais. No caso, o mosaico investigado, foram identificados os trabalhos de Lima (2009) e Saraiva (2008) que discutiu justamente a gestão neste mosaico.

O Mosaico investigado neste trabalho perfaz uma área total de mais que 1.800.000 ha. Localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregião Noroeste de Minas, e abrange as seguintes unidades de Proteção Integral: Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual da Mata Seca, Parque Estadual da Serra das Araras, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Refúgio Estadual de Vida Silvestre de Pandeiros. As de Uso Sustentável são: APA Federal do Peruaçu, APA Estadual de Pandeiros, APA Estadual do Cochá e Gibão, RPPN Fazenda Ressaca, RPPN Veredas do Acari, RPPN Arara Vermelha, RPPN Porto Cajueiro, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e Reserva Indígena Xakriabá. Como destaca Pinheiro (2010), a inclusão de áreas indígenas na gestão compartilhada é um novo desafio, e requer muita atenção e cuidado por parte dos gestores. Neste caso, o Mosaico Veredas-Peruaçu representa uma iniciativa pioneira no sudeste.

Os municípios englobados pelo MSVP são: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga, todos em Minas Gerais e Cocos na Bahia. Abaixo, apresentam-se algumas informações sobre os municípios.

Tabela 1 Tabela com informações gerais dos municípios

Município	Área Km ²	Habitantes	Habitantes Área Urbana	Habitantes Área Rural
1 Arinos	5.323	17.709	10.137	7.572
2 Bonito de Minas	3.901	7.863	1.420	6.443
3 Chapada Gaúcha	2.477	7.270	3.080	4.190
4 Cocos	10.084	17.611	6.424	11.187
5 Cônego Marinho	1.618	6.477	764	5.713
6 Formoso	3.833	6.522	3.409	3.113
7 Tacarambi	1.252	17.455	13.304	4.151
8 Januária	6.691	63.605	35.923	27.682
9 Manga	1.968	21.959	13.972	7.987
10 São João das Missões	675	10.473	2.089	8.141
11 Urucuia	2.088	9.615	4.319	5.296
Total	39.910,6	186.559	94.841	91.475

Fonte: Fundação Pró-Natureza - FUNATURA (2000)

2.3.1 O Mosaico Veredas-Peruaçu

O Mosaico de Unidades de Conservação Veredas-Peruaçu pode ser considerado um desdobramento das ações desenvolvidas pela ONG FUNATURA, que atua desde 1986, na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Aliás, este parque tem como origem o interesse desta organização em apoiar a preservação do Cerrado, que é o segundo bioma mais ameaçado do país.

Há 15 anos, era só o que havia: 13 milhões de hectares de cerrado na região dos Gerais, imensos e desprotegidos contra a rápida e desordenada ocupação, agravada pelo asfaltamento da BR-020 e o baixíssimo custo das terras. A luta para a criação de uma unidade de conservação que garantisse a integridade do bioma que materializava os cenários da obra de Guimarães Rosa começou em 1986, pela FUNATURA. Foram três anos de luta, até o Parque Nacional Grande Sertão Veredas ser criado, com a assinatura do Decreto Lei 97.658, de 12 de abril de 1989 (FUNATURA, 2012, p. 2).

O reconhecimento oficial Mosaico é de 24 de abril de 2009, sendo instituído pela portaria 128/09 do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL,

2009). O Projeto teve início em 2005 com a proposta de delimitar a área do Mosaico e elaborar um Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC). Dessa forma, as ações puderam ser coordenadas e orientadas de forma participativa, gerando uma sinergia entre os parceiros e interessados. De acordo com a FUNATURA (2008), o objetivo geral é promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Os objetivos específicos são: Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação; Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais.



Figura 2 Visita à torre de observação
Fonte: Acervo pessoal do autor

O Mosaico Veredas-Peruaçu conta com 11 unidades de conservação em diversas categorias. Essa divisão apresenta grandes diferenças conceituais e de gestão. Portanto, são apresentados de forma agrupada, a fim de auxiliar na compreensão da dimensão social do Mosaico e dos conflitos inerentes à sua gestão.

Na categoria parque têm-se: a) Parque Nacional Grande Sertão Veredas (ICMbio); b) Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (ICMbio); c) Parque Estadual da Serra das Araras (IEF-MG); d) Parque Estadual Veredas do Peruaçu (IEF-MG); e) Parque Estadual da Mata Seca (IEF-MG). Os parques são Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo principal é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. De acordo com o artigo 11 do SNUC, o parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Essas unidades devem contar com um conselho consultivo.

As APA que compõem o Mosaico são: a) Área de Proteção Ambiental do Peruaçu; b) Área de Proteção Ambiental de Pandeiros; c) Área de Proteção Ambiental do Cocha e Gibão. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). As APA devem possuir um conselho consultivo ou deliberativo.

Para o Refúgio Estadual de Vida Silvestre de Pandeiros, que tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a

existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (BRASIL, 2000), não existe obrigatoriedade de conselho.

Por fim, a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Seu objetivo básico é preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações (BRASIL, 2000). Exige-se conselho deliberativo.

A terra indígena Xacriabá é parte do Mosaico e possui uma cadeira no Mosaico. Todavia, apesar de estar presente em vários relatórios oficiais, sua inclusão não está respaldada pelo decreto de criação do Mosaico.

Em 24 de setembro, na Terra Indígena (TI) Xacriabá-MG, aldeia do Brejo do Mata Fome, ocorreram duas reuniões que trataram de temáticas socioambientais relacionadas à gestão territorial e ambiental da TI. Nesta reunião, além da pauta do Conselho do MSVP, o objetivo da FUNAI e do Projeto GATI foi apoiar o diálogo sobre a inclusão oficial da TI como área protegida no Mosaico, fortalecendo e potencializando as ações de gestão territorial e ambiental (FUNAI..., 2012).

Os conselheiros presentes manifestaram-se, positivamente, quanto à inclusão formal da TI Xacriabá no Mosaico, sendo definido como

papel. Essa ação de tornar “tangível” o conselho trouxe alguns benefícios para o próprio funcionamento do órgão colegiado. As prefeituras tendem a oferecer ajuda financeira e logística, para que a reunião aconteça em seu território. Infere-se, pela leitura das atas, que existe um ganho político com a realização da reunião do CCMVP na cidade.

A reunião é conduzida pelo presidente do conselho e pelo representante da FUNATURA, que é o secretário-executivo. Este fica responsável pelo registro da ata e por auxiliar na dinâmica das reuniões. Percebe-se, pelas observações feitas nas reuniões, uma grande dependência do conselho para com a FUNATURA, como será evidenciado ao longo do trabalho.

As atas reproduzem, de forma sintética, os fatos ocorridos nas reuniões, mas deixam registradas apenas as falas consideradas relevantes para a compreensão do contexto em que determinado assunto foi discutido. Em linhas gerais, elas apresentam a aprovação da ata anterior (somente em uma das atas houve aprovação com ressalva); ordem do dia e expediente de trabalho; agradecimento às autoridades, principalmente aquelas que estão sediando a reunião; assuntos da pauta e discussões. De acordo com o artigo 20 do regimento do CCMVP, as reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem: I. Verificação quorum mínimo; II. Instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho; III. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior; IV. Apresentação da pauta do dia; V. Discussão da pauta do dia; VI. Agenda livre para, a critério do Plenário, serem discutidos, ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral; VII. Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho (CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU - CCMVP, 2013).

O Conselho foi composto inicialmente e dividido na forma abaixo (BRASIL, 2009):

a) Representação governamental:

- os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação públicas federais e estaduais listadas no art. 1º da Portaria;
- um representante da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais;
- um representante da Fundação Nacional do Índio-FUNAI;
- um representante da Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais;
- um representante do Ministério Público Estadual – Promotoria de Arinos-MG;
- um representante da Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Regional de Januária-MG;
- um representante da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES;
- um representante do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET / Januária-MG;
- um representante da Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha;
- um representante da Prefeitura Municipal de Formoso;
- um representante da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas;
- um representante da Prefeitura Municipal de Januária;
- um representante da Prefeitura Municipal de Itacarambi;
- um representante da Prefeitura Municipal de São João das Missões;

b) Representação da sociedade civil:

- um representante da Fundação Pró-Natureza-FUNATURA;

- um representante do Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre;
- um representante da Cooperativa Regional Agissilviextrativista Sertão Veredas - Coop Sertão Veredas;
- um representante do Instituto Rosa e Sertão;
- um representante da Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha-ADISC;
- um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha;
- um representante do Centro de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária;
- um representante do Instituto Grande Sertão;
- um representante do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco-CEIVA;
- um representante da Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu;
- um representante da Associação Indígena Xacriabá;
- um representante do Serviço Social do Comércio-SESC/Januária;
- um representante da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea Grande - Itacarambi/MG;
- um representante dos Pequenos Empreendedores de Januária/MG;
- um representante do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerias - CAA-NM;
- um representante da Cáritas Diocesana de Januária/MG;
- um representante da Associação dos Moradores de Pandeiros;
- um representante da Associação Quilombola Vó Amélia;

- um representante do Comitê da Bacia do Rio Urucaia;
- um representante do Circuito Turístico Velho Chico;
- um representante da Casa de Cultura de Januária/MG;
- um representante para a Unidade de Conservação privada que compõe o Mosaico;

A criação de áreas protegidas pode ser explicada, de acordo com Alier (2008), por três correntes ambientalistas. Essas correntes divergem em vários aspectos, sendo a presença humana um dos principais pontos de controvérsia. A primeira, denominada de culto à vida silvestre, preocupa-se com a manutenção da natureza intocada, sem a presença humana. A segunda é denominada ecoeficiência e não só aceita o ser humano, como entende que ele é de vital importância para a conservação da natureza. E a terceira, denominada de ecologismo dos pobres, discute a distribuição injusta dos impactos negativos da exploração de recursos da biodiversidade e, também, o papel das minorias neste contexto.

Em termos de sociologia da Dádiva, pode-se delinear que a primeira corrente não aceita a formação de vínculos, negando à humanidade como um todo e aos povos que habitam esse território há séculos, o direito de usufruírem dos recursos que nele existem. A segunda e a terceira por sua vez, reforçam a necessidade da criação e manutenção dos vínculos para a conservação da biodiversidade. Esses vínculos são entre os seres humanos que residem em áreas protegidas, no seu entorno ou que têm preocupação com a criação e manutenção das mesmas. Dessa preocupação ou necessidade podem surgir associações, associações, ONG's, fóruns, entre outras formas de mobilização para defesa de determinado interesse, no caso a conservação das áreas protegidas. Esses vínculos são demonstrados pela valorização e respeito à natureza, com a doação

de recursos (tempo, dinheiro, palavras) que visam reforçar a importância das áreas preservadas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Como será apresentado no próximo capítulo, no caso investigado, ser o representante de uma instituição pode ser considerado uma dádiva-presente ou uma dádiva-veneno, pois a partir do momento em que se aceita esse papel, novos vínculos poderão vir a ser criados e novas cobranças poderão acontecer. O sujeito passa, então, a personificar uma coletividade e de certa forma, os representantes acima apresentados assumem esse novo papel perante o conselho e perante aqueles que representam. O paradigma da dádiva poderá, então, contribuir para compreender o agir desses sujeitos em um novo campo, neste caso um espaço público formalizado ou institucionalizado, no qual diversos sujeitos se apresentam e buscam, coletivamente, meios para promover o desenvolvimento social e econômico do noroeste de Minas Gerais.

Para auxiliar nessa compreensão, apresenta-se, no próximo capítulo, uma discussão sobre o fenômeno da Dádiva e suas possibilidades teóricas.

3 INTERPRETAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DA DÁDIVA

Deus nos dá pessoas e coisas, para aprendermos a alegria...
Depois, retoma coisas e pessoas para ver se já somos
capazes da alegria sozinhos... Essa... a alegria que Ele quer
(Guimarães Rosa)

A discussão apresentada neste capítulo visa esclarecer as possíveis contribuições da Dádiva para as ciências sociais, no aspecto geral e para a Gestão Social, em particular. Dependendo das referências e formação do leitor, ela pode ser enquadrada como uma teoria, como suporte metodológico ou, ainda, somente como uma manifestação no plano empírico. Além disso, como será demonstrado, acredita-se que a Dádiva possa ser entendida como um paradigma, pois existem correntes da comunidade científica que a aceitam e a adotam como balizadora de seus trabalhos. Todavia, deve-se considerar que existe a possibilidade da refutação da Dádiva nos três ou quatro campos apresentados, ou seja, ignorar sua existência e manifestação. Corroborando com Freitas (2008, p. 1), a escolha deste referencial não é arbitrária, pois como se pretende demonstrar ao longo do trabalho o “reconhecimento da “dádiva na cultura” permite uma ressignificação do processo de construção dos laços sociais que constituem a esfera pública democrática, articulando as questões da justiça com os princípios da solidariedade social”.

Compreender a Dádiva dentro destas perspectivas é buscar, primeiramente, uma aproximação das distinções de mundos feitas por Popper (2007) e ao entendimento de paradigma de Khun (1978). Para o primeiro autor existe uma realidade natural e tangível (primeiro mundo) às teorias sobre essas realidades (mundo dois) e às proposições ou conceitos sobre as teorias (mundo três). Espera-se demonstrar que a Dádiva está presente em pelo menos dois destes três planos, contribuindo, assim, para sua validação como conceito nas ciências sociais. Já para o segundo autor, “os cientistas que compartilham dos

mesmos paradigmas estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica” (CANÇADO, 2011, p. 30), e sendo assim a Dádiva teria essa capacidade de aglutinar um grupo de praticantes da ciência. Esses pensadores não fazem parte de um único projeto de pesquisa, constituem antes

traços pertinentes que permitem fazer repercutir, mútua e gradualmente, pesquisas diferentes por suas origens e seus objetivos declarados, sem que para tanto seja necessário postular um núcleo epistemológico comum ou uma convergência filosófica inelutável em última análise (DOSSE, 2003 apud MARTINS, 2002, p. 15).

Neste caso, há como referência os trabalhos desenvolvidos por Mauss (2003), cujo trabalho, para os Maussianos, “fornece as linhas mestras não apenas de um paradigma sociológico entre outros, mas do único paradigma propriamente sociológico que se possa conceber e defender” (CAILLÉ, 1998, p. 11). Constantino (2009, p. 215) afirma que

hoje em dia, inúmeros autores e movimentos intelectuais sustentam a tese da originalidade e do potencial heurístico, tardiamente descobertos, da obra de Mauss e, especialmente, de seu estudo sobre o dom ou a dádiva, bem como a emergência de um novo paradigma em ciências sociais.

Cumprir lembrar, primeiramente, que a Dádiva vem sendo apresentada mais como um paradigma (CAILLÉ, 1998; CASTRO, 2012; CONSTANTINO, 2009) do que como uma teoria acabada, pois aqueles que a defendem, apesar de cautelosos, são exigentes e acreditam nas suas possibilidades e potencialidades de ruptura com a lógica dominante. Para Freitas (2005, p. 28)

O paradigma insere-se em uma tradição que afirma que as ciências sociais distinguem-se por sua crítica radical ao utilitarismo generalizado. Mas também pela defesa de dispositivos metodológicos capazes de fornecer novas

chaves analíticas necessárias para uma descrição do funcionamento da democracia e da cidadania, a partir dos sistemas sociais concretos.

Em termos de Teoria, um dos mais relevantes estudiosos de Marcel Mauss, Marcel Fournier, aponta que talvez os textos de Mauss não tenham fornecido aos seus leitores teorias acabadas à espera de uso, mas, sim, uma experiência criativa e cheia de possibilidades (FOURNIER, 1993; REINHARDT, 2006). Essas possibilidades é que alimentam a ideia da Dádiva ser um - novo ou terceiro - paradigma nas ciências sociais. Martins (2011) expõe que o que é interessante na questão do Dom, diferente das demais teorias sociais, é que o Dom é a prática e a teoria, o Dom é o território das práticas dos seres humanos, e o Dom, também, é o sistema teórico, ou seja, o mapa que o observador utiliza para descrever o fato observado. O Dom é, ao mesmo tempo, o observador e o observado, é o mapa e o território da observação. Para ele a contribuição do Mauss é a organização do mapa. O Dom é o sistema teórico, pois fornece o mapa que o observador utiliza para descrever a prática do mundo da vida e na natureza da vida.

A discussão que se segue resgata alguns clássicos da literatura sobre o vínculo social, cujo objetivo é demonstrar a manifestação tangível da Dádiva para, então, inserir a Dádiva como elemento tensionador dessas relações. A partir daí evidenciar as possibilidades teóricas para que se permita emergir a Dádiva como uma possível teoria da ação social, justificando seu uso como recurso metodológico. Paralelo a isto, demonstram-se as novas potencialidades de alguns dos argumentos utilizados, apresenta-se, então, o paradigma da dádiva.

3.1 A dádiva

Marcel Mauss afirma que as sociedades progrediram na medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar, receber e finalmente retribuir (MAUSS, 2003). O “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss é considerado por muitos pesquisadores (CAILLÉ, 1998; GODBOUT, 1999; MARTINS, 2008a) como a base teórica da dádiva que se baseia no princípio de Dar, Receber e Retribuir. Essa Tríplice obrigação, ou obrigação Tripartite (SILVA, 2011) foi extraída da observação de fenômenos sociais e dos rituais coletivos de trocas que ocorriam em sociedades arcaicas. Como exemplo, na civilização escandinava e em bom número de outras, as trocas e os contratos fazem-se sob forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade, obrigatoriamente dados e retribuídos (MAUSS, 2003). Esses ensinamentos foram extraídos de várias observações, dentre eles o Kula³ e o Potlatch⁴.

Entretanto, foi a partir do início dos anos 1980, que o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais – M.A.U.S.S, assim denominado em homenagem a Marcel Mauss, procura resgatar e explorar o campo paradigmático a ser constituído a partir das luzes por ele lançadas, que permaneceram até então em estado latente.

³ O termo Kula significa círculo, o círculo que liga os parceiros do arquipélago das Trobriand. São rituais de troca que visam criar e fortalecer os laços entre os habitantes dessa região

⁴ O *potlatch* é um exemplo de fato social total. Era realizado por diversas tribos de índios da costa noroeste da América do Norte. Nesses casos, chefes, representando diferentes “linhagens” (ou, mais propriamente, “casas”, como demonstrou Lévi-Strauss (1979 apud LANNA, 2000)), competem entre si, oferecendo-se mutuamente quantidades cada vez maiores de bens, especialmente brasões de cobre esculpidos e peles de animais (posteriormente substituídas por cobertores industrializados, dado que estes teriam mais “valor”) (SAHLINS, 1988 apud LANNA, 2000). No *potlatch*, a troca de certo modo substitui a guerra, mas guardando um sentido de rivalidade: vence quem dá ou destrói mais, a “luta dos nobres” é a luta dos grupos. Em certos *potlatch*, o chefe deve gastar tudo o que possui e nada guardar (LANNA, 2000, p. 179).

Dentre todos os escritos de Mauss, o "Ensaio sobre a dádiva" é sem dúvida o mais conhecido, o mais "famoso": é a sua "obra central", afirma Maurice Leenhardt em 1950 e, por que não, sua "obra prima", como declara Stephen Lukes vinte anos mais tarde. O "Ensaio" foi publicado em 1925, no primeiro tomo da segunda série da *Année Sociologique* que Mauss conseguiu "relançar" com a colaboração de uma equipe de "trabalhadores desinteressados" composta por Célestin Bouglé, Henri Hubert, Paul Fauconnet e François Simiand (FOUNIER, 1993, p. 6).

Adotar a dádiva ou Dom como paradigma de leitura da sociedade permite ampliar os horizontes de investigação, ao mesmo tempo em que possibilita diversas críticas a esta postura. Para Caillé (2002a), um dos expoentes do grupo de estudos, o paradigma do Dom, na verdade, é antiparadigmático por não pré-conceber respostas, mas, sim, incitar o questionamento. Esta seria a razão da dificuldade de conceituá-lo precisamente (PETERS, 2007).

O Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, fortalecido pelos trabalhos de Caillé (1998, 2002a) e Godbout (1998), defende a ideia de que o sistema do dom não é arbitrário e que se abre a diversas racionalidades, entre elas, a do interesse instrumental. Essa defesa é importante, pois paira sobre a Teoria Social certo reducionismo econômico e a supremacia de certas teorias individualistas que ignoram o sistema de dádiva como uma categoria sociológica. Caillé (2002a) os classifica como utilitaristas, contratualistas, instrumentalistas e que, nas Ciências Sociais, inspiram o individualismo metodológico, a teoria da ação racional, a teoria dos jogos, entre outros. Para Martins (2008a), muitos esforços dos estudiosos sobre o Dom, ao menos nos anos 1980, foram direcionados para provar que a ação social não se reduz apenas ao interesse material, havendo também o interesse pelo poder, pelo prestígio e pelos bens simbólicos em geral (CAILLÉ, 2002a; MARTINS, 2008a; SERVA, 1993; VIZEU, 2009).

Paulo Henrique Martins e Jacques T. Godbout compõem um quadro sobre a resistência da difusão do Dom e aponta três focos de resistência: O primeiro deles tem a ver com a ligação religiosa do termo Dom. Para Godbout (1992), é preciso chegar a uma visão mais realista do dom, que escape tanto à imputação ao polo de uma transcendência inefável e fora do mundo, quanto à sua redução aos interesses profanos, que pensam mais como um sistema de troca social do que como uma série de atos unilaterais e descontínuos. No Brasil, país com forte tradição católica, há uma associação do termo Dádiva às ideias de caridade, graça de Deus, ou algo relacionado ao espírito, portanto, fora do controle e interferência do homem. Essa ambiguidade interpretativa prejudica o debate, deslocando o foco para o religioso, tornando pouco profícuo para o caso em tela. O segundo está relacionado com a reação utilitarista e neoliberal contra o pensamento humanista e associativo e o terceiro às barreiras da academia (MARTINS, 2008). Godbout (1992), também, explicita algumas razões para a ocultação da realidade do Dom.

Para Mauss (2003), a dádiva possui uma lógica organizativa do social com caráter universalizante. Para ele os fenômenos do Estado e do mercado não são universais ao contrário da dádiva, que pode ser vista em todas as sociedades pela presença constante de reciprocidades de caráter interpessoal (MARTINS, 2005).

Sob a perspectiva de paradigma, a dádiva pretende superar a dicotomia vigente nas ciências sociais, entre os paradigmas do individualismo e do holismo metodológicos. As correntes paradigmáticas predominantes são particularistas: o holismo somente conhece a ação tradicional, e o individualismo somente conhece a ação instrumental. O paradigma holista pressupõe a coerção. É como se se fosse obrigado a viver segundo os moldes ditados pela sociedade. Já no paradigma do individualismo, o homem caracteriza-se, basicamente, pelo “interesse” puro.

Autores com Bourdier (1996), Godbout (1998) e Tosel (2006) que não negam a existência e a própria necessidade do interesse por parte do indivíduo defendem a teoria da dádiva ou o paradigma do Dom. “A felicidade ou a satisfação implica que não se negligencie o interesse particular, que não se fala dele um momento inessencial que deveria ser reprimido como prescreve o ponto de vista abstrato de certo moralismo republicano à antiga” (TOSEL, 2006, p. 525). Destaca-se que Godbout (1998) enxerga o interesse por parte do indivíduo, porém critica o paradigma do individualismo por reduzir este interesse a bens de consumo, além de colocar-se como neutro em relação às preocupações com o outro.

Este autor critica, também, a “lei da equivalência” que suprime as obrigações futuras, pois é justamente a assimetria na troca que origina e fortalece o laço social. Outro ponto contraditório desse paradigma individualista é a negação de outras dimensões da escolha, como a emoção e na realidade concreta “cada decisão é uma aventura e uma surpresa” (GOUDBOUT, 1998, p. 42). No entanto, em relação ao paradigma holista, que tende a submeter os interesses individuais às normas e valores da sociedade, a crítica é exatamente a negação dos interesses individuais.

Nenhum dos dois paradigmas predominantes das ciências sociais dá conta da dádiva. Isto fica claro com o exemplo utilizado por Caillé (2002c), sobre o dilema dos prisioneiros. Ele mostra que o dom, a confiança, a não traição seriam as formas mais racionais para se chegar à melhor solução para ambos os lados. Nas palavras do autor “a busca do interesse racional [“egoísta”] pode ser para si mesmo o seu pior inimigo” (CAILLÉ, 2002c, p. 54). O autor ressalta que no Dom não há garantia de retorno, porém, cria-se um endividamento mútuo, positivo e completa afirmando que “na situação de confiança mútua os rendimentos são mais que proporcionais e todo mundo sai ganhando” (CAILLÉ, 2002c, p. 55).

Este seria, então, um terceiro paradigma, nas ciências sociais, que está centrado nas relações humanas, caracterizadas, conduzidas, mediadas, traduzidas, ou até simbolizadas, por um tipo de vínculo ordenador chamado de “dom” ou “dádiva”, e que envolve três ações (individuais - relacionais) conjuntas: dar – receber – retribuir. Num sentido prático, a dádiva é toda circulação de bens ou serviços que se dá sem a garantia de um retorno e que é feita em nome do vínculo social. Ela pode ser entendida como um elemento organizador da convivência e da coesão social, pois pode selar as alianças e a paz, ou a violência e a guerra, de acordo com os conteúdos que transmita, dado o seu caráter de reciprocidade implícito, mas passível de rompimento em decorrência da incerteza estrutural (MARTINS, 2005; PETERS, 2007).

Para Durkheim (2003), os fatos sociais são originados por uma obrigação de fazer, explícita ou implícita. A dádiva guarda em si esse caráter de obrigatoriedade, mas ao mesmo tempo confere a liberdade ao indivíduo para agir na situação específica de acordo com esse princípio, ou não. Neste contexto, Martins (2005) afirma que Marcel Mauss identifica o caráter não absoluto da obrigatoriedade, identificando, então, uma incerteza estrutural no sistema de circulação de dádivas. Para Godbout (1998), esta especificidade é relevante na medida em que ela permite a manifestação da confiança. A dádiva obrigatória seria, na concepção deste autor, de qualidade inferior e a espontaneidade lhe confere um valor maior, pois é uma manifestação do interesse ou desinteresse pelo outro em relação com aquele que se expressa simbolicamente.

Godbout (1998) define dádiva como tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao Mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Este autor afirma, ainda, que existe na sociedade uma forma de circulação de bens que difere intrinsecamente da forma analisada pelos economistas. Salienta, também, que a importância das associações baseadas no

princípio da dádiva, chamadas nos EUA de organismos comunitários, é cada vez maior e ressalta que muitas dessas associações, como, por exemplo, os sindicatos, foram criadas para combater as consequências negativas do mercado ou do Estado. Os critérios usados pelo autor para classificar tais associações como organismos baseados no princípio da dádiva são os seguintes: a não remuneração dos seus membros, a auto-atribuição de funções sociais e a abertura ao exterior (PETERS, 2007).

A partir das considerações acima, Caillé (2002a) propõe que o Dom se estabelece em quatro dimensões. No primeiro eixo, estão a obrigação e a liberdade, sendo esta a dimensão prescritiva do paradigma. No outro eixo, está a dicotomia interesse – desinteresse, ou interesse – amância. Caillé vai fundamentar o conceito do Dom, postulando que a ação e a relação social possuem todas estas dimensões. Ele valoriza esta pluralidade e argumenta que há uma submissão das dimensões do interesse e obrigação à da amância e liberdade, conforme apresentado na figura 5. Além disso, afirma que os princípios do Mercado e do Estado (o interesse e a coerção, respectivamente) estão presentes no paradigma do Dom, porém de forma equilibrada. Declara, também, que por ser antiutilitarista não significa que o Dom explique os fatos baseado apenas no desinteresse (como caridade) (PETERS, 2007).

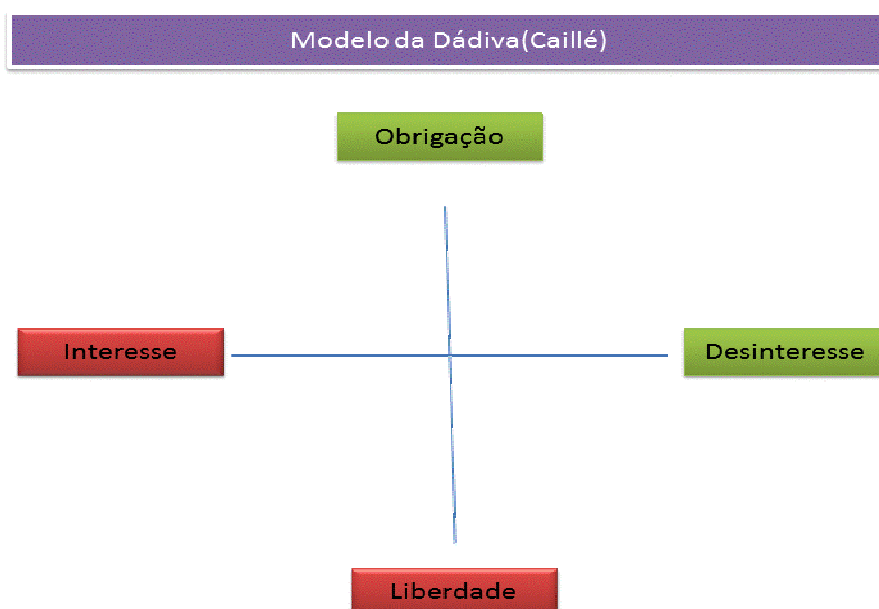


Figura 4 Modelo tradicional da Teoria da Dádiva
Fonte: Caillé (2002a), Godbout (1998) e Mauss (2003)

A dádiva, ao se apoiar em motivos paradoxais, possibilita compreender a prática social como uma totalidade simbólica de fluxos e refluxos de bens e serviços que são prestados sem garantias de retorno, pois o objetivo maior da ação não é o ganho, mas a geração do vínculo social. Os polos tradicionais são, então, a obrigação, a liberdade, o interesse e o desinteresse. O desafio que se impõe para a compreensão deste fato social total é pensar a dádiva como uma amálgama dessas categorias, possibilitando uma apreensão holística delas em uma coletividade, limitada no tempo e espaço. Assim, na relação de dádiva, o vínculo é mais importante que o bem. Daí que o sistema social da dádiva se abre para uma compreensão plural em que se dá destaque à importância positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica da ação social (CAILLÉ, 2002a). Começemos, então, sem que isso represente qualquer hierarquia, com a “obrigação”.

O termo tem sua origem no latim, *obligatio*, que é uma derivação sufixal do substantivo *ligatio* (ligação) e *ob* (posição em frente, diante) cujo sentido, portanto, é o de uma ligação recíproca de partes que se opõem ou, no contexto jurídico, do estabelecimento de um vínculo com propósito determinado. Constantino (2009) concorda com Vandenberghe (2006) que obrigação não é uma substância, mas um processo cíclico que estabiliza e perpetua uma relação entre pessoas. Dessa forma, o dom pode ser considerado um sistema de relações entre pessoas que se perpetua pelo dever (obrigação) com o outro. Para Constantino (2009, p. 226) “neste sentido, como processo, a dádiva não possui uma substância. Mas se pensarmos que, dentro da tradição filosófica, um dos atributos da substância é a permanência, a persistência temporal, então o ciclo da dádiva [...] possui uma substância”. Essa persistência temporal só acontecerá se houver o aceite e a retribuição da dádiva, ainda que seja incerto o momento em que isso acontecerá. Afinal, como expõe Derrida (1973) um dos grandes desafios à compreensão e existência da dádiva, para esse autor, é que o menor sentimento da obrigação do outro em retribuir, faz com que a Dádiva deixe de existir. Essa posição é radical em relação ao sistema de dádiva e não é recebida e compartilhada por outros autores, mas não deixa de ser relevante para compreendermos o fato de que muito dos conselheiros não consideram sua participação, em um primeiro momento, uma dádiva.

A obrigação pode, então, ser associada à regra, à coerção, à lei, à moral. Todavia, é importante frisar que essa obrigação social é diferente de uma imposição. Essa é uma diferença fundamental, visto que o mercado e a democracia, na vertente representativa, liberaram inicialmente as pessoas das imposições externas à comunidade, ou seja, enfraquecem os laços primários e reforçam os secundários. Constantino (2009, p. 102) insiste, ainda, no fato de que é

preciso insistir na explicação dessa obrigação livre de que trata Mauss. Tendo inicialmente enfatizado a obrigação, ele reintroduz gradativamente a liberdade e termina utilizando de uma forma sistemática os dois termos de forma associada: “dar livremente e obrigatoriamente”, dar de forma ao mesmo tempo desinteressada e obrigatória.

Ora, essa ambiguidade, essa incerteza da obrigação em relação ao outro permite diversas críticas ao sistema de dádiva, tais como a formulada por Levi-Strauss (2003) mencionada anteriormente.

Por fim, reforçando o paradoxo da liberdade da obrigação, destaca-se o entendimento de Vandenberghe (2004, p. 109) sobre a obrigação no contexto da dádiva:

Ela (a dádiva) é livre e, ainda assim, coativa; não pode ser imposta e, no entanto, é obrigatória. A dádiva é livre porque pressupõe a espontaneidade do ego, sendo, entretanto, socialmente coativa. Com efeito, um olhar mais cerrado revela que a dádiva envolve uma tripla obrigação: a. obrigação de ego em dar livremente; b. obrigação de alter em aceitar a oferta de ego; c. obrigação de alter em retribuir a oferta de ego. Contudo, obrigação de dar, de receber e de retribuir a dádiva não é forçada. Espera-se que dê, mas não se pode forçar qualquer indivíduo a dar, a receber ou a retribuir o dom.

Dessa forma, pode-se sintetizar que a obrigação é uma característica presente em todos os momentos de circulação da dádiva. Considerando que caso ela não se manifeste em algum momento da tríplice obrigação, corre-se o risco de interromper a circulação da dádiva e, conseqüentemente, a quebra do vínculo ou laço social. Com isso, reforça-se a ideia de incerteza da dádiva, pois se ela fosse pensada como algo certo, algo calculado, as teorias utilitaristas conseguiriam explicar e explicitar sua lógica de funcionamento.

Silva (2011) chama a atenção para o reverso da obrigação, que seria a liberdade. Essa característica pode ser associada à espontaneidade, ao lúdico, à

criatividade, à invenção, à práxis, ao prazer, à doação (CAILLÉ, 2002a). Para Guedes (2013) talvez não haja na história conceito tão estudado, debatido e tão pouco conclusivo, ou de conclusões tão amplas e diferenciadas como o da liberdade. Porém, como esforço feito até o presente tem buscado demonstrar, o paradigma da dádiva se apresenta como um terceiro paradigma (os outros seriam o individualismo e o holismo), pois recepciona valores presentes em ambas correntes. Neste caso, a ideia de liberdade possui relação com o princípio do individualismo (DUMONT, 1992) e como observada por diversos autores, esse é um valor essencial nas democracias e mercados. Como apontado por Godbout (1998, p. 3), “o modelo mercante visa à ausência de dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e, portanto, não nos insere num sistema de obrigações”. Ora, como visto anteriormente, a obrigação, o comprometimento com o próximo é uma característica do paradigma adotado e, portanto, valorizar de forma excessiva a liberdade pode inviabilizar a formação dos vínculos e compromissos entre os sujeitos. Por outro lado, é justamente a liberdade, como elemento fundante da Dádiva, que permite o sujeito não formar vínculos e alianças, tornando-se, no caso dos conselhos, um mero participante das reuniões.

A forma atual de leitura do mundo é “fortemente marcada pelo utilitarismo teórico” (DIAS FILHO, 2012, p. 7) e de certa forma rejeita toda forma de desinteresse e tudo o que não explicado pelo puro cálculo interessado. Nessa esteira, inserir um interesse não utilitarista e um desinteresse não desinteressado é o desafio que se impõe aos pesquisadores que buscam na Dádiva um meio para explicação e compreensão dos vínculos sociais.

Caillé (2002a, 2006), ao analisar esses pares, aponta para a ambiguidade da palavra desinteresse que, em muitas situações, pode ser entendida como ausência de motivação, como falta ou ausência de interesse. Silva (2011, p. 66) argumenta que se “poderia tentar opor um interesse preponderante por si a um

interesse para com o outro, o que vem coincidir com o que se denomina interesse instrumental (em fazer alguma coisa) e interesses finais (interesse para estes últimos associados à paixão”. Entretanto essas contraposições não definem o que seria interesse e desinteresse na perspectiva da Dádiva.

A definição do termo interesse traz consigo toda a complexidade para seu uso não utilitário, pois dentre as definições de interesse está “a parte dos lucros atribuída ao empregado por um estabelecimento no qual trabalha. Lucros provenientes de juros sobre um determinado valor ou capital” (INTERESSE, 2013). Além disso, interesse está relacionado ao que pode ser considerado útil, relevante, vantajoso ou proveitoso ou, ainda, característica ou particularidade daquilo que pode reter ou chamar a atenção. A palavra interesse tem origem latina: *inter esse*, estar entre, participar. Na perspectiva jurídica, o interesse é sempre uma relação e relação de complementaridade entre uma pessoa (sujeito) e um bem ou valor (objeto). No caso investigado está tratando do interesse de um sujeito em participar ativamente das atividades de um conselho.

Como visto em relação às resistências e associações indevidas ao termo “Dádiva”, o interesse, também, padece desse efeito, pois ao se refletir sobre interesse, acaba-se por valorizar as relações econômicas em detrimento de outras concepções de interesse como o interesse social, o interesse público, entre outros.

Com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre a Dádiva, buscou-se identificar manifestações da mesma no plano físico. Os resultados são apresentados a seguir.

3.2 A manifestação tangível da Dádiva

As discussões sobre vínculo social e sua importância para a vida em sociedade emergiram de dois trabalhos: Sociedade e Comunidade (TONNIES,

1995) e *Divisão Social do Trabalho* (DURKHEIM, 2004). Ambos os autores apresentam interessantes relações com Marcel Mauss. O primeiro autor guarda semelhança, no que se refere a sua posição entre os autores clássicos da sociologia, ou seja, é pouco valorizado. O segundo é tio de Marcel Mauss.

Marcel Mauss é espontaneamente identificado a Emile Durkheim, de quem é sobrinho, discípulo e alter ego. "A sombra de Durkheim", dizem aqueles que querem qualificar uma atividade intelectual realizada em estreita colaboração: compilação das tabelas para o Suicídio, atividade na revista *Année Sociologique*, fundada em 1896, redação do ensaio sobre "Algumas formas de classificação primitiva". Desse excesso de trabalho em colaboração, Mauss afirma: Colaborei em tudo o que (Durkheim) fez, como ele colaborou comigo e mesmo reescreveu páginas inteiras de meus escritos (FOURNIER, 1993, p. 2).

Brancaleone (2008, p. 98) expõe que "Ferdinand Tönnies aparece nos anais da sociologia muitas vezes como um daqueles anônimos autores menores, cuja existência restringir-se-ia a alimentar a imaginação de pesquisadores que cultivam alguma ordem de excentricidade teórica". Miranda (1995), também, reforça essa ideia, mas busca valorizar, por meio de um interessante resgate dos trabalhos do autor, suas bases epistemológicas. Como já mencionado anteriormente, há autores de bases epistemológicas distintas, sendo o primeiro da escola alemã e o segundo da francesa. Para Arenari (2007, p. 5)

No pensamento tonniesiano há um estreito laço entre a psicologia e a sociologia, a segunda é sustentada pelos argumentos da primeira, e há um terceiro elemento, a filosofia, onde ambas (psicologia e sociologia) estão assentadas. Diferentemente da sociologia francesa, que encara a sociedade como algo de caráter extra-individual que rege os indivíduos, Tönnies busca no próprio indivíduo as bases das configurações sociais.

A contribuição maior de Tonnies é a tese de que “se na comunidade os homens permanecem unidos, apesar de todas as separações, na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões” (TÖNNIES, 1947, p. 65). Neste sentido, cabe esclarecer o que o autor entende por comunidade e por sociedade, haja visto serem estes os termos chaves para a compreensão de sua tese. Para ele existiria nos processos de interações uma *vontade natural* e uma *vontade abstrata*, que resultariam em dois tipos de organização social: Comunidade e Sociedade. Ressalta-se que essa forma dicotômica de analisar os processos de sociabilidade acaba por dominar o discurso da quase totalidade dos autores. Miranda (1998) cita, por exemplo, os trabalhos sobre grupos primários e secundários (Cooley), família e mercado (Park e Burgess), folk e sociedades urbanas (Robert Redfield), sociedades sagradas e seculares (Becker) entre outros.

Durkheim (2004) reconhece a contribuição de Tonnies, apesar de criticar de forma negativa a complexidade da obra (TOTTO, 1995). Para além dessa dicotomia, Tonnies avança a possibilidade de uma terceira via, ou ainda um processo Híbrido (CANCLINI, 2008). Brancaleone (2008), em sua leitura dos textos de Tonnies, aponta que o registro feito por meio da categoria *gesellschaft* e vontade social arbitrária permite esta ressalva, pois assim se

pode compreender que padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente, na maioria dos casos, segundo esta perspectiva, e possibilitando a articulação até mesmo de outras sociabilidades híbridas” (BRANCALEONE, 2008, p. 102).

Esse aspecto é importante e será retomado quando na análise sobre democracia deliberativa e dádiva.

Retomando as ideias centrais de Tonnies, há, então, a *vontade*, como conceito inicial e central para esse processo. Miranda (1998, p. 187) emprestara ênfase no fato de que Tonnies “considera que as manifestações materiais e concretas pelas quais os homens isolados ou em coletividades se expressam dão-se no plano pessoal pela intervenção das vontades e no plano social pelos valores constituintes das formas culturais”.

Essa vontade, quando relacionada a fins de autopreservação, reprodução é denominada de vontade natural. Para Brancaloneo (2008), Tönnies comunga da noção aristotélica do homem como animal gregário e dessa maneira, essa vontade natural teria como consequência a união de indivíduos, produzindo uma comunidade (*gemeinschaft*).

A teoria da *Gemeinschaft* é baseada na idéia de que, no estado original ou natural há uma completa unidade de vontades humanas. Este sentimento de unidade é mantida mesmo quando as pessoas se separam. Ele assume várias formas, dependendo de quão longe a relação entre os indivíduos de forma diferente situados é predeterminado e "dado". A raiz comum dessas relações é o caráter abrangente do subconsciente", da vida vegetativa que decorre desde o nascimento: vontades humanas, cada um alojado em um corpo físico, estão relacionados um ao outro por descendência e de parentesco, pois eles permanecer unida, ou tornar-se tão fora de necessidade. Esta afirmação direta mútua é encontrado em sua forma mais intensa em três tipos de relações: a saber, (a) que, entre uma mãe e seu filho, (b) que entre um homem e uma mulher como um casal, como este termo é entendido em seu sentido natural ou biológica, e (3) que, entre aqueles que se reconhecem como irmãos e irmãs (TOONIES, 2001, p. 22).

Essa contribuição de Tonnies aproxima-se dos argumentos utilizados por Durkheim para construir o conceito de Solidariedade Orgânica. Contudo os autores divergem sob a forma de manutenção dos vínculos e união. Para Durkheim (1999), a solidariedade mecânica é caracterizada pela semelhança

entre seus membros individuais e para a manutenção dessa igualdade deve a coerção social, baseada na consciência coletiva⁵, ser severa e repressiva. Tonnies, por sua vez, argumenta que união só será garantida por meio da vontade dos indivíduos e não de algo externo a eles.

A solidariedade orgânica, outro conceito desenvolvido por Durkheim (1999), está associada à divisão social do trabalho e a uma estrutura organizada de sociedade, na qual cada membro possui uma responsabilidade e papel para que o todo funcione. Na construção de sua teoria, Durkheim (1999), também, demonstrou como seriam as características gerais das sociedades de solidariedade do tipo orgânica. Para tanto, seria necessário compreender, antes de tudo, a ideia de divisão do trabalho social.

De forma bastante sintética, na medida em que o capitalismo se desenvolve e a produção em larga escala começa, os meios de produção foram sendo ampliados e requerendo cada vez mais funções especializadas. Além disso, e mais importante, as relações interpessoais necessárias à vida em sociedade, aumentavam em termos de número de indivíduos com que cada um se relaciona. Ampliava-se, dessa forma, a divisão do trabalho social, consequência do desenvolvimento capitalista, o que daria condições para o surgimento das sociedades com solidariedade do tipo orgânica.

Na solidariedade orgânica, segundo Aron (1992), ocorre um enfraquecimento das reações coletivas contra a violação das proibições e, sobretudo, uma margem maior na interpretação individual dos imperativos sociais, em outras palavras, os indivíduos se libertam das amarras e sanções impostas pelo grupo. Na solidariedade orgânica ocorre uma individualização dos membros dessa comunidade, os quais assumem funções específicas dentro dessa divisão do trabalho social. Cada pessoa é uma peça de uma grande

⁵ Entende-se por consciência coletiva a soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une gerações.

engrenagem, na qual cada um tem sua função e é esta última que marca seu lugar na sociedade (RIBEIRO, 2012). Os indivíduos criam vínculos não por afinidade ou laços sanguíneos, mas, sim, porque criam estruturas de interdependência dentro da esfera social. Este tipo de solidariedade se aproxima da idéia de Sociedade de Tönnies que está apoiada na noção de vontade arbitrária.

A teoria da Gesellschaft toma como ponto de partida um grupo de pessoas que, como na Gemeinschaft, vivem pacificamente lado a lado, mas neste caso sem ser essencialmente unidos - na verdade, pelo contrário, eles estão aqui, essencialmente, desconectados. Em Gemeinschaft eles ficam juntos, apesar de tudo que os separa, em Gesellschaft eles permanecem separados, apesar de tudo que os une. Como resultado, não há atividades que acontecem que são derivadas de uma unidade a priori e pré-determinada e que, portanto, expressam a vontade e o espírito desta unidade através de qualquer indivíduo que os executa (TONNIES, 2001, p. 52).

Para Tönnies (2001), portanto, é fundamental, antes de se estabelecer uma descrição hipotética dos padrões de sociabilidade, desvelar a que tipo de inclinações os agentes estariam sujeitos. Em seu modelo explicativo, o tipo de vontade dominante seria um dos elementos mais importantes na determinação da configuração das relações sociais, apontando as tendências de organização institucional, moral e morfológica dos agregados humanos.

Durkheim (1999), por sua vez, entende que a coesão social independe da vontade individual, rejeitando, assim, interpretações biológicas ou psicológicas. Para ele, o que existe são “fatos sociais” que

é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda a maneira de fazer que seja geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência

própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 1999, p. 13).

E dessa forma, os padrões de sociabilidade são externos aos indivíduos.

Considerando os autores apresentados acima, os primeiros a sistematizar uma teoria sobre a estruturação da sociedade, ora dando ênfase no papel coercitivo dos pares no agir do indivíduo, ora às potenciais dos indivíduos, e ora as relações entre si, como estes se relacionam com a Dádiva?

Freitas (2008) argumenta que o paradigma da dádiva revela os pontos sensíveis da argumentação dominante tanto na tradição liberal quanto na tradição comunitarista.

Nenhum desses modelos consegue explicitar o ciclo da dádiva, haja vista o modo particular de valorização da liberdade e da obrigação nesse sistema, o qual rejeita o modelo de interiorização das normas que se impõem de forma externa aos atores sociais. Contudo, também não rejeita a ideia de que os sujeitos agem em função de normas e valores. O sistema da dádiva não elimina a dimensão da “obrigação” nas relações com os outros (FREITAS, 2008, p. 4).

Partindo de um momento anterior às interações, pode-se lançar mão da Dádiva como elemento fundador do vínculo social, ou a pedra fundamental da sociedade (MAUSS, 2003). Considerando as “interações” possíveis para o estabelecimento destes tem-se, então, a manifestação da Dádiva no plano físico e “tangível”. O primeiro mundo de Popper (2007). Para tanto, é necessário aceitar que esta seja não apenas um fato social, mas um fato social total⁶. Este termo foi

⁶ [...] tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: 1 religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais

cunhado por Mauss para definir este fenômeno que, para seus seguidores, extrapola o entendimento de fato social de Durkheim para abraçar diversos campos do mundo da vida. Inicialmente, a existência da Dádiva foi extraída de sociedades arcaicas, pesquisadas por Mauss (2003), por meio de relatos de outros pesquisadores. Concordando com Lanna (2000), percebe-se que Mauss define a dádiva de modo amplo. Para ele são dádivas: os presentes, as visitas, as festas, as comunhões, as esmolos, as heranças e um sem número de “prestações” enfim – prestações que podem ser “totais” ou “agonísticas”.

Dentre os principais fenômenos observados têm-se o Potchalt, o Maná e o Kula, sendo o primeiro o mais representativo deles. Haesler (2002) apresenta uma interessante história registrada pelo antropólogo americano Nicholas McDowell.

Duas tribos que não se conheciam se encontraram em um determinado dia. “Ambas julgaram que estavam tratando com monstros até o momento em que os integrantes de um dos grupos propôs uma dádiva à outra tribo. Foi então que se reconheceram como homens.” Ele defende que, com base em vários outros exemplos, a dádiva parece ser a passagem obrigatória para estabelecer a identidade das pessoas e dos interlocutores (HAESLER, 2002, p. 153).

Para Freitas (2008, p. 3)

Do ponto de vista mais estrito [...], o modelo analítico da dádiva permite entrever os processos de socialização como “transcendentes” aos modelos deterministas de integração social, ligando-se a uma nova ontologia do ser social que conduz à experiência de pertencer a uma comunidade que,

desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições - jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (MAUSS, 2003, p. 41).

longe de limitar a personalidade de cada um, ao contrário, a expande.

A título de ilustração, na área de abrangência do Mosaico investigado nesta tese, o “Encontro dos Povos”, evento anual realizado desde 2001, possibilita um momento de reflexão e agregação dos membros do território.

[...] a primeira reunião do conselho, sendo sua realização em paralelo ao V Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Este é um dos principais eventos anuais que acontece na cidade de Chapada Gaúcha. A escolha recaiu sobre esse evento, por ser ele hoje um grande mobilizador de instituições e comunidades tradicionais da região, e que tem como um de seus objetivos, o debate sobre o desenvolvimento sustentável na região do mosaico (FUNATURA, 2008, p. 3).

Mais recentemente, o grupo de pesquisadores do *M.A.U.S.S.* e diversos outros, como por exemplo, Constantino (2009), França Filho e Dzimira (1999), Vanderbergue (2004) e Vizeu (2009), se debruçam a identificar manifestações modernas de Dádiva. Dentre os motivos que justificam uma revalorização do Dom seria o fato de que “as formas econômicas têm valor diagnóstico, mas não terapêutico. Explicam a lógica de uma sociedade dada, mas não a superam” (MIRANDA, 1995, p. 185).

O que Freitas (2005) entende por paradigma da dádiva revela alguns pontos frágeis da argumentação dominante, seja ela na tradição liberal ou na tradição comunitarista. Para ele nenhum desses modelos consegue “explicitar o ciclo da dádiva, haja visto o modo particular de valorização da liberdade e da obrigação nesse sistema, o qual rejeita o modelo de interiorização das normas que se impõem de forma externa aos atores sociais” (FREITAS, 2008, p. 4).

No plano físico de manifestação da Dádiva, foram identificados alguns trabalhos no Brasil que evidenciam sua existência. No banco de Teses da

CAPES constam 156 dissertações e 65 teses (e uma das palavras-chave é “Dádiva”) defendidas nos últimos 17 anos no Brasil (APÊNDICE A).

Considerando a diversidade de temas tratados nestes 65 trabalhos e a não aderência de todos aos nossos objetivos, apresenta-se abaixo um pequeno grupo cujos dados apresentaram uma maior contribuição para a presente tese. Os primeiros trabalhos formam um grupo de teses cuja temática versa sobre a área de saúde e identifica a manifestação de Dádivas nos seus respectivos contextos. Os três últimos são trabalhos que apresentaram uma maior contribuição teórica à Tese, ao mesmo tempo em que também reforçam, no plano existencial, a Dádiva.

Lacerda (2010) revela que a constituição das redes de apoio social depende do reconhecimento dos atores como sujeito de valor em suas dimensões de afetividade, de direito e/ou de solidariedade. Essas redes são produtoras de saúde e se (re)constróem de modo mais espontâneo e frequente nas atividades desenvolvidas nos espaços comunitários do que nos espaços instituídos dos serviços públicos, formando um circuito de cuidado.

Lazzaretti (2008) verifica que, se para a equipe médica a proposta do transplante de fígado com doador vivo é oferecida como fruto dos avanços da ciência e da tecnologia e é realizada com naturalidade, para o doador é uma situação que possibilita a realização da dádiva: “perder para ganhar”. Embora a retribuição não tenha a equivalência da “coisa” doada, o valor é qualitativo, é o laço, o prestígio e a honra que são reforçados.

Os estudos realizados por Catão (2008) permitiram concluir que as doações renais são vivenciadas dentro de um contexto de uma relação social de troca entre o doador e o receptor. Constatou-se, também, que uma visão de mundo de cunho tradicional é trazida à luz em seu limite pela cirurgia de transplante renal; assim, a disposição para doação bem como para a aceitação do transplante ou órgão estão diretamente relacionadas a uma noção de pessoa

compartilhada ou negociada culturalmente, exteriorizando-se por meio de uma lógica altruísta ou de reciprocidades.

O trabalho teórico de Constantino (2009) resgata e reconstrói o conceito teórico de Solidariedade, articulando-o com a Dádiva e a ação comunicativa de Habermas. A tese de Freitas (2005) busca explicar os novos desafios para a formação humana, tendo em vista os vetores que informam a construção política do imaginário democrático das sociedades contemporâneas. Os resultados obtidos permitiram a emergência de um tipo particular de identidade: a do indivíduo como sujeito capaz de compartilhar um vínculo associativo que, apesar de ancorado nas relações concretas de pertencimento, tem em vista os ideais de cidadania e solidariedade social.

Silva (2011) evidenciou que a solidariedade existente no cotidiano de moradores de comunidades de baixa renda e na ajuda-mútua para construção de casas pode ser explicada pelas possibilidades de se fazer alianças com apoio na dádiva. A motivação para a solidariedade é condicionada por fatores religiosos, militância política e/ou partidária, envolvimento e participação em organizações comunitárias para melhoria do bairro, necessidade de reconhecimento, nível de necessidade e urgência do outro e por valores morais individuais. As ações dos agentes externos e internos podem inibir ou facilitar a manifestação de solidariedade.

Concluindo essa primeira demonstração da dádiva, ou seja, demonstrando sua existência no plano físico, apresenta-se uma passagem de George Simmel que Haesler (2002) considera o âmago do Dom:

A dádiva, diz ele, é uma das mais poderosas funções sociológicas. Se ela não fosse incessantemente dada e recebida – até mesmo, fora da troca – nenhuma sociedade teria condições de se constituir. Com efeito, a dádiva é, de modo algum, uma simples ação de uma pessoa sobre a outra, mas precisamente o que é exigido à função sociológica, ou seja, ser uma ação mútua. Quando outrem

toma ou recusa, ele exerce uma reação bem definida sobre o primeiro. A maneira como ele aceitará a dádiva, seja ele reconhecido ou ingrato, tenha recebido o que esperava ou tenha ficado surpreso, satisfeito ou não, tenha honrado ou menosprezado – tudo isso exerce uma reação bastante nítida, embora dificilmente mensurável e conceitualizável, sobre o doador; assim é que toda dádiva é uma ação mútua entre doador e donatário (SIMMEL, 1908 apud HAESLER, 2002, p. 155).

Como mencionado anteriormente, a Dádiva entre os modernos⁷ é pesquisada não somente por brasileiros, mas por investigadores de todo o mundo. Para ilustrar essa questão, apresenta-se no apêndice B, uma breve síntese dos principais autores internacionais.

3.3 Um modelo para a Dádiva

O uso de modelos nas ciências sociais visa simplificar ao mesmo tempo em que torna tangíveis determinados fenômenos que se apresentam em espaço versus tempo distintos. Para Domingues (2004), o termo modelo significa três coisas: a) o arquétipo de alguma coisa, o protótipo de uma série, o original de uma espécie qualquer; b) a simulação, a abreviação, a simplificação, o resumo da própria realidade; c) a construção ou a criação de algo pelo espírito que serve de instrumento para conhecer alguma coisa ou conduzir uma pesquisa, sem necessariamente referir-se à realidade ou a algum de seus aspectos. Esse recurso didático-científico torna possível, por meio da aplicação em contextos diversos, a validação ou refutação de determinado fato investigado. Para Domingues (2004, p. 54), “ademais, em sua qualidade de instrumento de conhecimento, o modelo tem a ver não com a teoria, embora a pressuponha, nem com a realidade

⁷ Nome dado ao livro de Paulo Henrique Martins

enquanto tal, ainda que se refira a ela (nunca ninguém viu ou tocou um modelo no real empírico), mas com o método”.

Considerando o fenômeno observado, Mauss (2003) edificou sua contribuição por meio do modelo de Dar-Receber-Retribuir. Nesse caso, adaptamos o modelo para o nosso objeto de pesquisa (Figura 2) e dessa forma concebe-se um modelo de circulação de dádivas entre sociedade, representantes e esfera pública institucionalizada. Os dois primeiros foram apresentados em momentos anteriores e cabe explicitar o que se entende por esfera pública institucionalizada antes de explicar o modelo.

Habermas, ao refletir sobre a sociedade burguesa (HABERMAS, 2003), desenvolve um conceito particularista de esfera pública. Esfera pública seria, então, a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados, culminando tal processo na formação da opinião pública que, por sua vez, age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios. Sob sua ótica, em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções de outro lado. O reconhecimento da institucionalização se dá em Direito e Democracia (HABERMAS, 1997) no qual o autor reconhece que parte da esfera pública se institucionaliza, por meio das tribunas e dos parlamentos, sendo esses os espaços que formalizarão as leis e as decisões políticas. No caso investigado, utiliza-se esse conceito para denominar o Conselho Consultivo do Mosaico Veredas - Peruaçu por entender que esse é um espaço privilegiado cuja atuação não apenas contribuiu para a formação da opinião pública, mas colabora sobremaneira para o aproveitamento de território.

O modelo apresentado abaixo possui a lógica do paradigma da dádiva, inspirado em Mauss (2003) e visa demonstrar a circularidade do processo.

Lembre-se de que cada um dos momentos são distintos no tempo e espaço e que as retribuições são incertas e de difícil mensuração. Ademais, o modelo permite visualizar quatro possíveis vínculos que serão formados, reforçados ou desfeitos por meio desses “dar”.

O primeiro são os vínculos externos entre a sociedade e o representante. De certa forma, a sociedade, nas democracias representativas, aceita determinadas instituições como legítimas representantes de suas posições. Essa posição é reforçada pela existência de 44 instituições que compõem o conselho consultivo do mosaico.

O segundo e o terceiro são os vínculos internos entre os membros dessas associações, e o terceiro é entre o representante dessa associação e os demais membros do mosaico. Esses dois grupos de vínculos podem apresentar uma tipologia semelhante. Como exemplos têm-se vínculos de amizade, companheirismo, afetivos, ou como identificados por Kramer e Faria (2007), sentimento de pertença, cooperação nas atividades, participação nas decisões, criação de inimigos, idealização da organização, reconhecimento e valorização dos indivíduos, solidariedade, integração entre membros, crescimento e desenvolvimento profissional, pessoal e autonomia.

E por fim, o vínculo externo entre o conselho do mosaico e a sociedade, no qual os sujeitos que compõem a sociedade na qual o Mosaico está inserido reconhecem sua capacidade e importância para modificar determinados padrões de relacionamento entre Estado e Sociedade. Neste trabalho o foco recaiu, principalmente, sobre o terceiro tipo de vínculo.

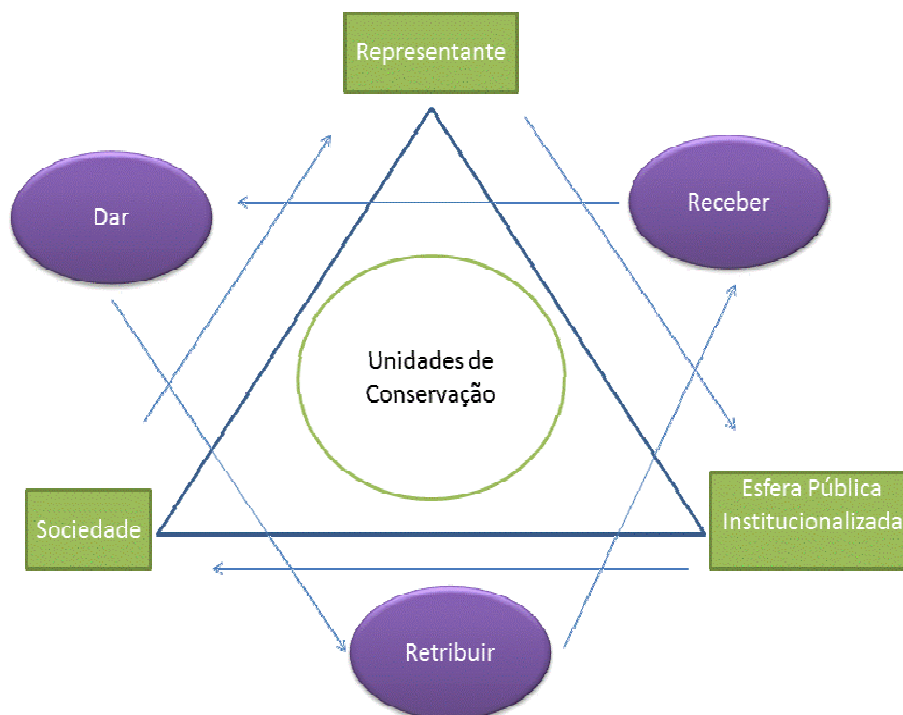


Figura 5 Modelo de circulação da Dádiva
 Fonte: Acervo pessoal do autor

É necessário uma autocrítica à tentativa de se criar um modelo e sistematizar a dádiva, pois essa é uma ideia que Mauss e alguns de seus seguidores não aceitam com certa facilidade. Esses autores entendem que a definição de um modelo, como o de Vandeveldt (2000) que apresentou um “Mapa conceitual de práticas de Dom”, pode engessar e limitar o entendimento da Dádiva como teoria para compreensão do vínculo social. Contudo, acredita-se que o modelo apresentado acima pode contribuir para a visualização da circulação da Dádiva no Mosaico.

3.3.1 Tipologia de Dons

Partindo das ideias acima apresentadas, existe um esforço da academia para criar uma classificação analítica da Dádiva. Para Silva (2011), essa tentativa é válida para entender a complexidade e o caráter dialético das manifestações de dádiva na atual sociedade, bem como os fatos geradores que as acompanham.

Em primeiro lugar, sem que isso represente uma hierarquia, existem os dons instrumentais ou estratégicos (VANDEVELDE, 2000). Estes dons buscam especialmente promover o interesse do doador. Como exemplo, têm-se os conselheiros que buscam nesta participação um retorno financeiro de sua atuação. Existe a possibilidade dos conselheiros que representem as grandes ONG's estarem atuando dentro desta perspectiva. Os conceitos de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos podem, também, ser analisados sob esta ótica.

Em segundo lugar se tem o dom agonístico (GODBOUT, 2002; SILVA, 2011; VALDEVELDE, 2010). É a dádiva de rivalidade, de antagonismo, dá-se para ter mais poder e prestígio em relação ao donatário. O exemplo mais conhecido é o *potlatch* e está igualmente perto do Dom simbólico. Nas relações agonísticas, a identidade dos atores sociais, sua dignidade e sua honra estão em jogo, o que significa que sua identidade não é fixa, mas sujeita a alterações e desafios repetidos. Esse modelo é o mais estudado por Marcel Mauss.

Oposto aos Dons estratégicos há Dons puramente altruístas. Estes dons exclusivamente visam ao bem-estar dos outros. Também é denominado Dádiva a desconhecidos (GODBOUT, 2002; SILVA, 2011). Nesta modalidade, a retribuição não vem do outro, vem de algum sentimento pessoal, prazer, de realização política. No entanto, para Vandavelde (2000) esta motivação pode ir de mãos dadas com uma dimensão considerável paternalista. Em vez de procurar um Dom que agradaria o beneficiário, pretende-se melhorar o comportamento

do beneficiário, escolhendo um Dom com valor educativo: o altruísmo não é sempre simpático, e certamente não exclui o instrumentalismo.

E, por fim, a Dádiva de Aliança ou generosidade ou Solidariedade que ocorre, quando há uma ação de dádiva que visa selar a aliança entre os sujeitos, transformando os inimigos em amigos (GODBOUT, 2002; SILVA, 2011; VANDEVELDE, 2000).

Existem algumas outras divisões tais como Dádiva Caridade, Partilha, Religiosa, Necessidade, Aproximação, Talento, Desconhecidos, Políticas que são explicadas por Barros (2011). Contudo essa não é uma categorização definitiva e ao longo da pesquisa espera-se contribuir para essa discussão.

3.4 A Dádiva como Teoria ou Teoria da Dádiva

Não é raro encontrarmos o termo “Teoria da Dádiva” associado à produção acadêmica que utiliza este referencial. Uma rápida pesquisa no Google retornou em janeiro de 2013 mais de 19.500 citações ao termo⁸. A proliferação de seu uso evidencia o crescimento de sua importância na sociedade moderna, mas ao mesmo tempo exige dos pesquisadores um maior rigor no seu uso a fim de evitar sua banalização. Godbout (1992, p. 279) questiona sobre qual seria o caminho para “explicar teoricamente um fenômeno que tem tantas características aparentemente opostas a toda a formalização: livre, contextual, espontâneo, recusando a distinção sujeito-objeto no centro do pensamento moderno, sem regras de funcionamento explícitas?”. Ou como teorizar sobre a Dádiva?

O desafio que se impõe ao pesquisador para compreender a Dádiva e teorizar sobre a mesma recai sobre quais os princípios básicos do método científico que serão aceitos como critério de demarcação. Neste caso, apoiado

⁸ Pesquisa realizada em 23/04/2012 tendo como palavra-chave “teoria da dádiva”.

em Domingues (2004) a distinção entre teoria e paradigma (que será explorado adiante) se faz necessária

em virtude da necessidade de fazer jus a um estado de coisas que caracteriza as ciências em geral e as ciências humanas (no nosso caso as ciências sociais aplicadas) em particular, segundo o qual o campo das atividades científicas comporta: a) uma dimensão teórica em cujo interior se formula o problema a ser investigado, se postula algo a respeito da realidade, se elege uma parte ou segmento do real como elemento ou princípio explicativo – uma força, um ente, um objeto; b) uma dimensão metódica, instalada pela teoria e guiada por ela, a qual se encarregará, entre outras coisas, de constatar a teoria em relação à realidade, servindo-se de técnica e de procedimentos apropriados (DOMINGUES, 2004, p. 52).

Apesar desse cuidado, a natureza do fenômeno observado produzirá algumas inconsistências à luz do que se entende por teoria na ciência moderna. Essas incongruências é que abrem caminho para que a teoria da Dádiva seja pouco considerada ou refutada nas pesquisas na área de administração.

A primeira questão que se impõe é a de se considerar a Dádiva dentro da perspectiva positivista ou não-positivista, ou melhor, quais seriam os critérios de demarcação⁹ (POPPER, 2007) aceitos para sua compreensão. A opção, nas ciências sociais, por métodos e técnicas oriundas das ciências naturais, impede que a primeira construa seus próprios horizontes. Nesse sentido, o predomínio do positivismo dentro das ciências sociais corroboraria para a validação daquilo que Levi-Strauss (2003) caracterizou como categorias nativas de alma ou de "espírito da coisa dada" (CAILLÉ, 1998, p. 5).

Santos (2008, p. 27) caracteriza o positivismo com as seguintes ideias fundamentais:

⁹ Denomino problema de demarcação o problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a lógica, bem como os sistemas "metafísicos", de outra (POPPER, 2007, p. 35).

Distinção entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade ou cultura; redução da complexidade do mundo a leis simples susceptíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerado o único válido e rigoroso – e outras formas de conhecimento como o senso comum ou estudos humanísticos; privilegiamento da causalidade funcional, hostil à investigação das “causas últimas”. Consideradas metafísicas, e centradas na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência.

Segundo Alencar (2003), desde os anos 1930 o positivismo tem dominado as ciências sociais e só a partir dos anos 1960 as abordagens interpretativas começam a ganhar espaço no meio acadêmico. O positivismo, segundo Alencar (2003), estaria baseado em três ideias: a identificação de leis universais, a geração do conhecimento se restringe à experimentação e toda pesquisa científica tem os mesmos princípios metodológicos.

Para Popper (2007, p. 35)

Os velhos positivistas só desejavam admitir como científico ou legítimo os conceitos (noções, ou idéias) que, como diziam, “derivassem da experiência”, ou seja, os conceitos que acreditavam ser logicamente reduzíveis a elementos da experiência sensorial, tais como sensações (ou dados sensoriais), impressões, percepções, lembranças visuais ou auditivas, e assim por diante. Os positivistas modernos têm condição de ver mais claramente que a Ciência não é um sistema de conceitos, mas, antes, um sistema de enunciados. Nesses termos desejam admitir como científicos, ou legítimos, tão-somente os enunciados reduzíveis a enunciados elementares (ou “atômicos”) da experiência.

No caso do nosso objeto, a abordagem positivista apresenta alguns problemas, pois “a pretensão em descrever a dádiva – para nós que estabelecemos a distinção entre um sujeito e um objeto – contém todas as armadilhas possíveis” (CASAJUS, 2008, p. 77). O Hau, descrito pelo Ranapiri,

um dos exemplos analisados por Mauss (2003) para construir sua Teoria da Dádiva, apresenta essas contradições.

Sabe-se que M.Mauss acredita encontrar o essencial da resposta a este problema no depoimento de um sábio maori, chamado Ranapiri, prestado a um missionário etnólogo, Elsdon Best: supondo que Best faz Dom a Ranapiri de um bem precioso (um taonga) e que Ranapiri, por sua vez, o dá a um terceiro, então, se esse terceiro der outro taonga a Ranapiri, é absolutamente necessário que Ranapiri ofereça esse novo taonga a Best, pois ele é o espírito – o hau – do dom de Best (GODBOUT, 1998, p. 175).

Nesta perspectiva há a impossibilidade de distinguir quem é o sujeito e quem é o objeto a ser investigado, pois o objeto carrega consigo parte do sujeito e para Godbout (1998), Mauss (2003) e Weiner (1985) oferecer alguma coisa a alguém é oferecer alguma coisa de si. Para Reinhardt (2006), a fórmula de Mauss, que afirma haver mais nas trocas do que as coisas trocadas, indica que o ato de permuta deve ser compreendido, simultaneamente, enquanto signo e objeto a que este signo se refere.

Pensando o vínculo mesmo, a teoria da dádiva abre a possibilidade de uma teoria da significação apta a apreender a dimensão imanente e indéxica, ou seja, eficaz e causal, das trocas comunicativas, saindo-se assim do espectro dualista que ameaça as análises antropológicas do simbólico (REINHARDT, 2006, p. 5).

Para Constantino (2009), o uso do termo Hau – que significa alma – com a intenção de chamar a atenção para o aspecto moral essencial da dádiva, que é esta obrigação de restituir, fez com que Lévi-Strauss (2003) ignorasse a ênfase no exame delicado desta moral que Mauss pretendia dar ao longo do Ensaio, para logo acusá-lo de sucumbir ao misticismo nativo (GODBOUT, 1998; SIGUAD, 1999). Todavia, quando questionado sobre suas contribuições

teóricas, Mauss afirmava, "Não estou interessado", confia ele a E. E. Eubank, "em desenvolver teorias sistemáticas [...]. Trabalho simplesmente com os meus materiais e se, ali ou acolá, aparece uma generalização válida, eu a estabeleço e passo a qualquer outra coisa" (FOURNIER, 1993, p. 4).

Nesse contexto, para se aceitar a Dádiva como Teoria é necessária uma mudança epistemológica e ontológica no e do investigador, ou como denomina Santos (2003) uma dupla ruptura,

[...] que procede a um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para construir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com esta dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproximada phronesis aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem. Aproximando-se, embora da phronesis aristotélica, a nova configuração do saber se distingue dela. A phronesis distingue o caráter prático e prudente do senso comum com o caráter segregado e elitista da ciência, uma vez que é um saber que só cabe aos mais esclarecidos, aos sábios. A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída [...] A dupla ruptura epistemológica é o modo operatório da hermenêutica da epistemologia. Desconstrói a ciência, inserindo-a numa totalidade que a transcende. Uma desconstrução que não é ingênua e nem indiscriminada porque se orienta para garantir a emancipação e a criatividade da existência individual e social, valores que só a ciência pode realizar, mas que não pode realizar enquanto ciência (SANTOS, 2003, p. 41-42).

Dessa forma, as teorias de Mauss foram pioneiras, em expor a "objetividade" do humano, ou seja, a forma com que encontramos o outro e a

nós mesmos nos objetos que nos cercam (inclusive no corpo, essa coisa entre coisas), como falamos por meio deles e como somos presos por seus vínculos, por seu espelhamento e por sua circulação, Reinhard (2006). Para Constantino (2009), a Teoria da Dádiva conteria em seu cerne uma teoria da reciprocidade e uma teoria moral em estreita relação com o tema da solidariedade, completando, assim, o mapeamento das principais vertentes teóricas contemporâneas que se dedicam à releitura deste conceito-chave da Sociologia.

Mas afinal, existe uma teoria da Dádiva?

Popper (2007, p. 61) ensina que as teorias científicas são enunciados universais, ou de forma metafórica, “são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo”, sendo o que se busca é estreitar cada vez mais essa teia. Na construção da Teoria da Dádiva, Reinhard (2006) destaca a convergência de três aspectos centrais: a relação objeto/signo, a relação eu/outro e a relação sujeito/objeto.

O primeiro retoma a ideia já apresentada de que o objeto dado faz vínculo e, por isso, é algo além de objeto. “Pode-se dizer que ele é o signo do vínculo, e se atentarmos para o fato de que o signo é sempre uma relação, e que “relação” é o outro nome do vínculo, diria que a dádiva dada pode ser tida, sinteticamente, como o signo do simbólico mesmo” (REINHARD, (2006, p. 16). Essa característica é que leva Godbout (2000), Martins (2008) e Reinhard (2006), a apontarem uma dupla função da Dádiva, ou seja, fenômeno social e modelo para a compreensão do social.

O segundo aspecto, que considero ser de ordem sociológica, refere-se àquilo que se produz pelo vínculo da coisa: a totalidade. A autonomia do social seria, para Mauss, a contraparte de sua interdependência, diferenciando-se do organismo *sui generis* de Durkheim, cindido entre morfologia (“real”) e representações (“ideal”). Desse modo, as sociedades comungariam nas coisas, não por sua utilidade e nem por seu caráter representativo, mas por elas viabilizarem a abertura de quem troca para a alteridade. De acordo com Lefort: “a idéia de que o dom deve ser restituído

supõe que outrem é outro eu que deve agir como eu; e este gesto em retorno deve me confirmar a verdade de meu próprio gesto, isto é, minha subjetividade. O dom é assim, ao mesmo tempo o estabelecimento da diferença e a descoberta da similitude”. A dádiva, nesses termos, seria uma forma de se oscilar entre a construção reflexiva da presença-a-si do sujeito (ipseidade) e o espelhamento em relação ao outro (alteridade), produzindo-se conjuntamente a relação e o critério para a relação; o vínculo e a lei da vinculação. Nesse caso, diferente da fixa “organização social”, estaríamos lidando com a maleável “socialidade”, assim como defendida por Maffesoli (1988) (REINHARDT, 2006, p. 17).

O terceiro aspecto contém uma dimensão ontológica e uma epistemológica e se refere àquilo que é veiculado pelo vínculo da coisa, ou seja, o sujeito mesmo, que “se dá” na relação. Reinhard (2006) entende que, nesse tocante, o dar-se do sujeito envolveria tanto o processo de captura do outro e do “si mesmo” (dimensão ontológica) quanto à participação no objeto enquanto modo de conhecimento (dimensão epistemológica). Ao “ser tomado” pelas teorias nativas (objeto), ou por quem dá o “dado”, Mauss acessa uma série de questões antes silenciadas, preservando o seu pensamento no círculo da dádiva.

3.5 Paradigma da Dádiva

A construção de teorias está diretamente relacionada à aceitação ou não dos métodos empregados em sua construção. No caso dos paradigmas, sua validação, também, dá-se pela aceitação ou refutação de seus fundamentos, mas para Alencar (2003, p. 24), ao eleger um paradigma como “o processo válido” de geração de conhecimento, “sentiu-se não ser mais necessário conhecer as bases filosóficas que o sustentam”. Dessa forma, para o autor, ocorreu um distanciamento da filosofia da ciência e o método científico, o que levou à

formação de gerações de cientistas sociais sem o devido conhecimento dos fundamentos do método científico.

Ao discutir a diferença entre paradigma, teoria e modelo, Domingues (2004) afirma que essa distinção se faz necessária, em virtude da especificidade dos campos que compõem a ciência em geral e das ciências humanas em particular. O primeiro é a dimensão teórica em cujo interior se formula o problema a ser investigado, postula-se algo a respeito da realidade, elege-se uma parte ou segmento do real como elemento ou princípio explicativo. O segundo é a dimensão metódica, instalada pela teoria e guiada por ela, a qual se encarregará, entre outras coisas, de contrastar a teoria em relação à realidade, servindo-se de técnicas e de procedimentos adequados.

O termo “paradigma” vem do grego *paradeigma* e significa, em sentido próprio, modelo ou exemplo. “Em seus múltiplos usos, pode ser empregado com acepção de algo que por sua exemplaridade deve ser imitado ou seguido, bem como com o significado de provar e demonstrar algo com a ajuda de outra coisa que serve de guia ou modelo” (DOMINGUES, 2004, p. 51).

O entendimento de Domingues (2004) diverge da leitura de Khun (1978). Para este último, se por um lado paradigma indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada, de outro denota um tipo de elemento nessa constelação: a solução concreta de quebra-cabeças, que empregada como modelos ou exemplos, pode substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KHUN, 1978).

No caso da Dádiva, para Constantino (2009, p. 215),

Hoje em dia, inúmeros autores e movimentos intelectuais sustentam a tese da originalidade e do potencial heurístico, tardiamente descobertos, da obra de Mauss e, especialmente, de seu estudo sobre o dom ou a dádiva, bem como a emergência de um novo paradigma em ciências sociais.

Isto se deve, dentre outras coisas, pois sua contribuição foi suficientemente sem precedente, permitindo uma aglutinação e aceitação por diversos cientistas de seus *insight*. “Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência” (KUHN, 1998, p. 30).

3.6 O método na Teoria da Dádiva

Corroborando com o entendimento de Alencar (2003), Freitas (2002) defende que é necessário um distanciamento dos chamados “tratados de metodologia” que se ocupam das técnicas de investigação e tratamento de dados, mas que, em geral, tendem a não distinguir o método da investigação do método da reflexão.

Esse tipo de proposição implica, portanto, uma diferenciação no interior das discussões metodológicas, uma vez que é preciso distinguir as posições epistemológicas (pressupostos sobre as bases do conhecimento) da metodologia de pesquisa (uma análise teórica que define um problema de pesquisa, e como a pesquisa deveria proceder) e esta, por sua vez, do método específico (ou seja, da estratégia ou técnica efetivamente adotada) (HENWOOD, 1996 apud FREITAS, 2002, p. 4).

Segundo Sartori (1997, p. 5), para “saber pensar” nas ciências sociais e humanas não há técnica que baste, ou seja, “para saber pensar são necessários método e lógica, método lógico – em uma palavra, metodologia”. No caso de Mauss (2003), Reinhard (2006) aponta que este processo de alargamento teórico da noção de troca foi realizada de forma comparativista. O texto de Mauss cresce, por meio de rigorosas idas e vindas aos dados etnográficos, que culminará na proposição de um modelo compreensivo genérico do sistema de

trocas por doação. Além disso, a análise, também, alcança fontes secundárias – principalmente, antigos códigos de direito, como o romano, o germânico, o hindu e o chinês – e a filologia, que aparece, por sua vez, como uma terceira dimensão da metodologia, contendo um menor peso nesse trabalho, em específico (REINHARD, 2006).

Para Freitas (2002), no âmbito metodológico da pesquisa sobre Dádiva, isso implica a delimitação de quatro critérios de análise dos sistemas sociais: a descriptibilidade, a compreensibilidade, a interpretabilidade e a praticidade.

A descriptibilidade envolve a capacidade de descrição objetiva da lógica de circulação dos bens sociais, nos diferentes níveis micro, meso e macrosociológico de sociabilidade elencados por Caillé (2002a). A compreensibilidade refere-se à compreensão dos motivos e significações das práticas (nos termos weberianos). A interpretabilidade retoma a capacidade de interpretação crítica da imaginação sociológica e de retradução dos fenômenos sociais. E, por fim, a praticidade articula a crítica social com os imperativos políticos e normativos da emancipação social (MARTINS, 2002).

A análise de Redes, também, é apontada por Godbout (1992) como outro método para compreensão da Dádiva, pois como afirmam Pereira e Meirelles (2009), o método é utilizado para a contextualização dos comportamentos para alcançar a visualização, de maneira sistemática, da dimensão relacional, às vezes invisível, das conexões sociais de uma sociedade. É um instrumento a serviço da Teoria da Ação Coletiva, que ajuda a redefinir conceitos disciplinares e produz conhecimento novo, a partir de perspectivas que contextualizam a visão do pesquisador.

3.7 Ideia, conceito, método, teoria e paradigma da Dádiva

Para Constantino (2009), se é temerário se falar num paradigma da dádiva, certamente esta moral arqueológica identificada por Mauss, ao buscar compreender a totalidade social não por interesses, mas também por normas, valores, regras, símbolos, abre, também, a possibilidade de se contemplar a política e as sociedades para além do liberalismo e do comunitarismo puros, ou do utilitarismo e holismo.

Considerado, inicialmente, como uma ideia, por meio do método comparativo, Mauss formulou um conceito sobre Dádiva entre os membros de sociedades arcaicas, pois o autor era resistente a formulações acabadas. Sendo assim, não se poderia falar que existe um teoria acabada da Dádiva. Posteriormente, os precursores franceses, ao resgatar os trabalho dele, acabam por se dividirem entre aqueles que concordam com a existência deste paradigma (CAILLÉ, 2002a) e aqueles que fazem algumas ressalvas em relação a ele (GODBOUT, 1992).

Nesta tese, aceitando os argumentos desenvolvidos ao longo do capítulo, será adotado, preferencialmente, o termo paradigma da Dádiva para descrever e compreender os fenômenos sociais envolvidos nas relações entre os membros do Conselho Consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu.

4 A SOCIEDADE E A DEMOCRACIA

Todo caminho da gente é resvaloso. Mas também, cair não prejudica demais - a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!... O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (Guimarães Rosa)

No campo de conhecimento denominado ciências sociais aplicadas existe um conjunto de autores que se tornaram clássicos e acabaram por influenciar nossa visão de mundo. Pode-se afirmar que, com base em Alencar (2003), que constitui um paradigma e por isso definem não somente a escolha do método com que se irá trabalhar, mas também os fundamentos ontológicos e epistemológicos de nossa pesquisa.

A escolha das categorias (democracia, sociedade e participação), sob a perspectiva da dádiva, impõe um alinhamento com autores que se permitem pensar o indivíduo além da estrutura social, bem como aqueles que o fazem ao contrário. No rol dos autores clássicos, e essa classificação é extremamente subjetiva, encontra-se Emile Durkheim, Max Weber, Alexis de Tocqueville, Marcel Mauss. Mais contemporâneos, temos Habermas, Boaventura de Souza Santos, Robert Dahl, Bordenave e Caillé. No caso dos autores nacionais, o destaque foi dado à obra de Paulo Henrique Martins.

Essa diversidade de autores e correntes pode produzir, em certos momentos, grandes tensões, visto que esses clássicos possuem ideias e posicionamento conflitantes. Por exemplo, no que se refere à democracia e desenvolvimento, pode-se argumentar que somente o Estado é o único agente capaz de se sobrepor aos interesses privatistas das oligarquias e que, portanto, não seria possível a participação de grupos sociais no processo de mudança (BARIANI, 2010). Em princípio, esta ideia estaria de acordo com o pensamento

Tocquevilleano, pois este concebia que há desigualdades de condições que são universais e inerradicáveis, porque se originam do impacto da diversidade inerente à natureza humana no plano da sociedade (JASMIM, 2005) e somente uma pequena parcela da sociedade seria capaz de promover essas mudanças estruturais. Esse mesmo pensamento é compartilhado por Schumpeter (1984) com a Elite democrática. Contudo, Tocqueville (1998) observa que a solução americana para a cisão entre a esfera pública e privada, não foi a submissão cega dos interesses individuais a uma força externa - o Estado, que funcionaria como pacificador de todos os interesses conflitantes, mas a compreensão de que a realização do interesse próprio depende, em certa medida, da realização do interesse comum.

Dessa forma, espera-se que este capítulo auxilie o leitor a compreender o posicionamento teórico em relação às categorias acima expostas e de que forma a Dádiva pode estar presente nesse entendimento.

4.1 Sociedade

Ao adotar o paradigma da dádiva neste trabalho, admite-se, à priori, que o vínculo social não estará restrito aos modelos contratualistas desenvolvidos por Hobbes e Rousseau. Segundo França Filho e Dzimira (1999), os filósofos iluministas como John Lock, Hobbes e Rousseau, conceberam o contrato social como uma espécie de acordo realizado entre indivíduos racionais, motivados por interesses instrumentais e particulares, ou seja, dentro de uma lógica puramente utilitária. Assim, de acordo com essa visão iluminista, “se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, é o acordo desses mesmos interesses que a tornou possível” (ROUSSEAU, 1989 apud FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999, p. 177). Dentro do que se pretende desenvolver, parte-se do princípio de que a dádiva, o dar, receber e retribuir é a

rocha fundamental da vida em sociedade (MAUSS, 2003). Qualifica-se de dom toda a prestação de bens ou de serviços efetuados sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou reestabelecer os laços sociais entre as pessoas. Constantino (2009) afirma que Mauss aprofunda a velha questão anteriormente colocada por Durkheim sobre o que mantém a sociedade unida, mas afastando-se das dicotomias funcionalistas e evolucionistas daquele, oferecendo uma interpretação mais essencial ao tocar o fundo moral da necessidade humana pela sociedade, resolvendo, como será visto, não apenas a ambivalência entre indivíduo e sociedade, entre o concreto e o simbólico, entre solidariedade mecânica e orgânica, como também revelando uma nova maneira de entender os contratos, as obrigações, o Direito e o interacionismo humano, por meio de uma abordagem não linguística. Nessa linha, Godbout (1992, p. 197)

O dom institui o registro da <<sociabilidade primária>>, de que forma a própria trama [...]. A sociabilidade primária representa o lugar real, simbólico ou imaginário no qual as pessoas entram em interação direta. Numa perspectiva fenomenológica, dir-se-á que a sociabilidade primária constitui o espaço concreto da intersubjetividade e, portanto, que o dom é desta modalidade concreta e específica. Aquilo a que é possível chamar, por oposição, <<sociabilidade secundária>> pertence ao registro da <<intermediação>>.

A distinção entre grupos primários e secundários, desenvolvida por Charles Horton Cooley, inspirada nos trabalhos de *Tonnies*, contribui para compreender a Dádiva como pedra fundamental das sociedades e, conseqüentemente, da democracia. Esse entendimento advém do princípio de que as democracias, em sua vertente deliberativa, possuem em sua raiz a noção de práticas associativas que se manifestam de forma híbrida em relação aos laços primários e secundários. Portanto, a troca de dádivas, ao fortalecer os vínculos pessoais e, possivelmente, os vínculos institucionais, poderá levar ao amadurecimento e consolidação de democracias deliberativas.

Para Reyes (2011), convencionalmente, pode-se admitir que a definição formal de grupo primário se estabelece em 1909, data em que Cooleu publica “Social Organization: A study of the larger mind”. Para Reyes (2011), no capítulo terceiro, monograficamente dedicado aos grupos primários, Cooley (1964) os define como os estabelecidos sobre as bases de um estreito relacionamento cara a cara entre seus membros, intervindo, decisivamente, na formação da natureza social da pessoa. O caráter primário destes grupos se deve ao fato de que são os primeiros, tanto do ponto de vista cronológico quanto qualitativo, que moldam o indivíduo.

Ora, é porque os indivíduos alimentam em seus grupos relações face a face mais ou menos idênticas que esses grupos, em razão de sua própria similitude, constituem, segundo o autor, “a própria experiência, a base de idéias, de sentimentos semelhantes no espírito humano”. É dentro desses grupos, em toda sociedade, que o indivíduo adquire, diz ele, o sentimento de “nós”, formando sua identidade social e se identificando, pela simpatia, à vida comum e aos interesses do grupo. Nos grupos, o indivíduo aprende a subordinar seu interesse pessoal ao interesse comum e, por isso, esses lhe oferecem sua primeira e mais completa experiência da unidade social e moral. Esse ideal de unidade moral, tal como é experimentado na família, no círculo de amizades e, também, no esporte, no espírito de equipe, constitui, para Cooley, a matriz de todos os ideais sociais (CHANIAL, 2009, p. 4).

Os grupos secundários são as relações que, geralmente, são estabelecidas por contato indireto e, no caso de serem por contato direto, são passageiras e desprovidas de intimidade (LAKATOS, 1982). Neste grupo a consciência de “nós” é fraca.

Anterior a essa ideia, Émile Durkheim, que é considerado por muitos estudiosos como o fundador da sociologia, concebeu o conceito de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Para Durkheim (1999), a primeira é

caracterizada pela semelhança entre seus membros individuais e, para a manutenção dessa igualdade, a coerção social, baseada na consciência coletiva, deve ser severa e repressiva. Entende-se por consciência coletiva a soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une gerações. A solidariedade orgânica, por sua vez, está associada à divisão social do trabalho e a uma estrutura organizada de sociedade, na qual cada membro possui uma responsabilidade e papel para que o todo funcione.

Para este trabalho, torna-se interessante a aproximação teórica entre sociabilidade primária e solidariedade mecânica e entre sociabilidade secundária e solidariedade orgânica, pois ambos os processos demonstram o aumento da complexidade das relações sociais e da vida em sociedade. Ademais, esse exercício contribui para compreensão das atividades do conselho investigado nesta tese.

Martins (2002) revela que os teóricos antiutilitaristas insistem no fato de que a obrigação mútua, gerada pelos movimentos da dádiva (dar, receber e retribuir), constitui não apenas um fenômeno sociológico das sociedades tradicionais, mas também das sociedades modernas, e que esta é a condição primeira da existência do vínculo social. Ou seja, a perspectiva do 'paradigma do dom' é de que as regras de fundação de uma sociedade são essencialmente paradoxais e interdisciplinares. Assim, existem regras próprias à economia, à política e ao social, mas a sociedade apenas resulta do modo ambivalente como essas diferentes lógicas, irredutíveis entre si, participam na montagem do jogo social, tendo, porém, a dádiva como sistema primeiro e anterior aos demais (o que faz dela o ponto de referência de um 'paradigma da dádiva'). A sociedade se funda, sobretudo, na ambivalência da reciprocidade: existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o pago e o gratuito. Pelo interesse utilitarista, dizem os maussianos, funda-se uma empresa

comercial, mas não o vínculo social. E, no sentido contrário, pelo desinteresse espontâneo se fazem amigos, casamentos, etc., mas não a economia de mercado ou o Estado.

No que se refere à sociedade e democracia, Chaniel (2009) defende que a democracia política supõe instituições, regras e procedimentos e que existe, de acordo com Cooley (1964), Dewey (1997) e Tocqueville (1998), uma continuidade entre democracia primária (comunitária) e democracia secundária (institucional ou funcional), ou, de preferência, esta gradação entre grupos primários, públicos e associações e instituições políticas.

Partindo deste quadro geral, apresentam-se alguns conceitos sobre democracia e posteriormente suas implicações para a o desenvolvimento da Dádiva.

4.1.1 Democracia(s)

As ideias gerais sobre democracia são bastante sedutoras. Apesar das críticas que recebe ao longo da história, esse modelo é bem aceito (ou imposto?) pela sociedade de massa. Os princípios de voto universal, igualdade de condições, justiça, liberdade são excelentes argumentos para que se rejeitem os outros modelos.

Enquanto a sociedade civil – isto é, de fato, o sistema econômico – é dominada pela desigualdade e pelos conflitos de interesses, a sociedade política deve ser o espaço da igualdade; portanto, a democracia tem como objetivo principal garantir a igualdade não só de direitos, mas também das oportunidades e limitar o quanto possível a desigualdade dos recursos (TOURRAINE, 1996, p. 160).

Novos movimentos, como os impulsionados pelas mobilizações sociais, descentralização, participação, imprensa e estabilidade econômica, reforçam a percepção de que este é o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

A perspectiva social de Tourraine (1996) pode ser complementada pela visão política de Dahl (2001), segundo a qual, no cerne dos sistemas democráticos, está a noção de que todos devem ser tratados como igualmente qualificados para participar das decisões. Assim, as democracias de fato devem resguardar: a participação efetiva, a igualdade do voto, o entendimento das questões comuns, o controle coletivo dos processos democráticos e a inclusão dos adultos (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 424).

Na visão de Martins (2008a), a democracia, ao mesmo tempo em que é desvelada como mais um grande discurso, assente na lógica interna de sistemas específicos, com inegáveis, embora dissimuladas, intenções colonizadoras / expansionistas, sustenta-se, de maneira irrefutável, no horizonte das ações humanas ao longo do percurso civilizatório. Oliveira, Pereira e Oliveira (2010) afirmam que a democracia possui mais virtudes que qualquer outra forma de governo e que nos dois últimos séculos, suas transformações promoveram a integração quantitativa e qualitativa dos cidadãos aos seus processos. Henderson (1991), Sen (2000), Stiglitz (2000) e Thomas (2001) comungam da ideia de que a ampliação da esfera pública e a expansão da cidadania criam novas formas de desenvolvimento. Outros pesquisadores, contudo, apontam para um caminho diverso, fazendo ressalvas às ilusões democráticas. Caillé (1998) argumenta que, contrariamente às esperanças que reinavam nos anos 1990, o ideal democrático parece estar regredindo em todo o mundo. Nessa mesma direção Martins (2008c) afirma que as primeiras avaliações sérias sobre o assunto demonstram que os ganhos resultantes de mobilizações sociais e culturais voltadas à criação de novos mecanismos de participação e de reconhecimento identitário, em nível do planeta, das nações, dos municípios e comunidades, não parecem apontar

necessariamente para o fortalecimento de um novo tipo de regime democrático, fundado em mobilizações cívicas transnacionais e espacialmente localizadas. Todavia, apesar das ressalvas apresentadas, esses autores apostam em um determinado tipo de democracia, como será visto posteriormente.

Reconhecendo o valor das posições acima apresentadas, pretende-se contribuir para o debate pelo argumento que a democracia é o sistema institucional que garante a combinação do mercado e das comunidades, bem como da racionalização e das identidades, pelo menos no plano político e sendo assim, defende-se que “a democracia é uma CULTURA e não somente um conjunto de garantias institucionais” (TOURRAINE, 1996, p. 175). Chantal (2001) concordando com Cooley (1964), Dewey (1997) e Mead (1972) afirma que, para esses autores, a democracia não é, em absoluto, uma forma de governo. Ela não se esgota em nenhuma “maquinaria política”. Ela não é algo externo a si. Ela comporta, antes de tudo, uma forma de vida, encarnada em nossas práticas e formas de cooperação mais básicas. Assim sendo, a democracia constitui, primeiramente, uma realidade e uma experiência local, ou seja, uma experiência sensível.

Nesse sentido, a proposta de relacionar a Dádiva à democracia, apresenta certas características de um agir democrático (MARTINS, 2008c), como será visto adiante, portanto, apresenta-se, na sequência, inspirado no trabalho desenvolvido por Oliveira, Pereira e Oliveira (2010) alguns modelos de democracia.

4.1.1.1 Democracia liberal

O modelo de democracia liberal se assenta sobre a noção de racionalidade, interesse instrumental e individualismo. MacPherson (1978) compara, com muita sagacidade, a democracia ao mercado. Dessa forma, “A

democracia é tão somente um mecanismo de mercado; os votantes são os consumidores; os políticos são os empresários [...] os consumidores políticos eram soberanos porque tinham uma escolha entre os fornecedores do cesto de bens políticos” (TATAGIBA, 2003, p. 22). As críticas, dentro das perspectivas adotadas neste trabalho, recaem sobre a racionalidade instrumental, pois, de acordo com March e Simon (1981), o homem econômico busca maximizar seus esforços, selecionando a melhor alternativa entre as que se lhe apresentam, mas essa escolha é limitada por uma série de fatores, o que acaba por levar o homem a contemporizar, isto é, buscar um curso de ação satisfatório ou razoavelmente bom. Contudo, o razoavelmente bom é influenciado pelo interesse instrumental e o individualismo, resultando em perda para a coletividade.

Santos (2009), ao discutir a concepção hegemônica da democracia na segunda metade do século XX, afirma que prevaleceram duas concepções de mundo. A concepção de MacPherson (1978), que a batizou de liberal-democracia e outra alinhada ao marxismo. Schumpeter (1984), com o clássico “Capitalismo, socialismo e democracia”, defende que não se pode pensar na soberania popular como um posicionamento racional pela população ou por cada um dos indivíduos acerca de determinada questão, visto que a democracia nada mais é do que um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas.

Pateman (1992), na crítica à concepção elitista de democracia de Schumpeter (1984) afirma:

O ponto de partida de sua análise é um ataque à noção de teoria democrática como uma teoria de meios e fins. Democracia, afirma ele, é uma teoria dissociada de quaisquer ideais ou fins [...] democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, legislativa se administrativas e, portanto, não pode ser um fim em si mesmo, não importando as decisões que produzem sob

condições históricas dadas [...] na medida em que se afirma uma 'lealdade sem compromissos' à democracia, supunha-se que o método cumprisse outros ideais, por exemplo, o de justiça (PATEMAN, 1992, p. 12).

Para Santos (2009, p. 45), “a doutrina schumpeteriana da democracia adota integralmente o argumento da manipulação dos indivíduos nas sociedades de massa. Para Schumpeter, os indivíduos na política cedem a impulsos irracionais e extrarracionais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões”. Corroborando com o pensamento procedimentalista, Bobbio (1986) avança nesta concepção hegemônica de democracia e defende que a democracia se constitui de um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas. Oliveira, Pereira e Oliveira (2010), ao apresentar esse modelo de democracia, nota que ela inspirou, nos séculos XIX e XX, três grandes orientações: a democracia protetora, a democracia desenvolvimentista e a democracia de equilíbrio ou elitista-pluralista. Chama-se a atenção para o último modelo no qual os eleitores não devem se ater com os problemas políticos propriamente ditos, visto que somente a elite teria condições para o mesmo e ao mesmo tempo permite uma pluralidade de representações. Na concepção elitista-pluralista, a lógica da política aproximou-se da lógica do mercado: os eleitores agiriam como consumidores; e os políticos, como ofertantes. Ambos seriam maximizadores racionais atuando em condições de livre concorrência política.

Contudo, a possibilidade de um eleitor consumidor tornar-se um político ofertante é, na maioria dos casos, limitada pela desigualdade de recursos. Mesmo entre a classe política não prevalece o equilíbrio de condições. Como resultado, oligopólios políticos podem ser formados e o sistema perderá sua capacidade de contemplar demandas específicas (OLIVEIRA, 2012, p. 426).

Esse modelo de democracia estabilizou as tensões sociais de duas formas: pela prioridade conferida à acumulação de capital em relação à redistribuição social e pela limitação da participação cidadã, tanto individual, quanto coletiva (SANTOS; AVRITZER, 2009). Essas limitações, principalmente a última, tiveram como objetivo limitar a “sobrecarga democrática”, que seria a excessiva inclusão de “direitos” aos excluídos, o que inviabilizaria a ação estatal. Esse argumento já foi utilizado para criticar a constituição brasileira que, na esperança de garantir condições mínimas de sobrevivência ao povo, não teria se preocupado com a origem dos recursos que possibilitariam garantir a efetividade deste projeto democrático.

O modelo a seguir não rompe com os princípios acima descritos, mas aprimora ou reforça determinados mecanismos presentes na democracia liberal, dentre estes, a burocratização da vida política e a representatividade.

4.1.1.2 Democracia representativa

Como já mencionado, o senso comum identifica a democracia como um modelo de governo que envolve algum tipo de delegação de poder. Essa delegação reflete, em certos aspectos, a incapacidade da sociedade se organizar, bem como a dificuldade de mobilização das massas. A delegação em essência não é boa ou ruim, é um fato presente em diversos tipos de democracia para viabilizar a celeridade nas decisões.

Godbout (2002), ao discutir democracia direta e democracia representativa, expõe que é falsa a percepção de que a segunda é fruto da primeira. Para o autor, o ponto de partida da democracia representativa é a oposição ao poder absoluto (real) de parte de diferentes comunidades locais, e especialmente das cidades, na Idade Média. Ela é, então, uma democracia de oposição ao poder constituído.

O trabalho de Hirst (1992), desenvolvido dentro da realidade britânica, expõe que a democracia representativa possui dois grandes problemas centrais: as limitações da prestação de contas e o baixo envolvimento popular nas decisões políticas. Se, por um lado, as democracias de massa legitimam a autoridade política; por outro, não favorecem o protagonismo popular e o controle social (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010). Questionando o baixo envolvimento e a limitação da prestação de contas, Godbout (2002) questiona se seria possível haver representação sem representatividade, e acaba por concluir que seria um erro conceder poder de decisão a pessoas que não são eleitas, uma vez que a representatividade é uma característica *a posteriori* da relação.

Robert Dahl, de acordo com Santos (2009), foi o autor que mais defendeu a democracia representativa. Para ele:

Quanto menor for a unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadão e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representados (DAHL, 1988, p. 110).

Esse autor expõe, também, as instituições necessárias para uma democracia representativa em larga escala. São eles: a) Representantes eleitos; b) Eleições livres, justas e frequentes; c) Liberdade de expressão; d) Informação alternativa; e) Autonomia para as associações; f) Cidadania inclusiva. Essas instituições visam garantir uma participação efetiva do cidadão, controle do programa de governo, igualdade de voto e entendimento esclarecido (DAHL, 2001).

Como essas instituições tendem a funcionar de maneira disforme, Oliveira, Pereira e Oliveira (2010) apontam os desdobramentos dos aspectos acima: a) a tendência de a democracia representativa se transformar em um despotismo eletivo, no qual os políticos exploram ao máximo as possibilidades oferecidas pela administração para alcançar objetivos particulares; b) a emergência, ao lado do despotismo político, do poder não fiscalizável da burocracia; c) a limitada disseminação de informações politicamente relevantes; e d) a difícil condução de mudanças políticas em virtude da resistência administrativa e à pluralidade de visões e interesses intragoverno.

Os próximos dois modelos, a democracia participativa e a democracia deliberativa, são denominados contra-hegemônicos, pois reconhecem a pluralidade humana a partir de dois critérios: criação de uma nova gramática social e cultural, e o entendimento da inovação social com a inovação institucional (SANTOS, 2009).

4.1.1.3 Democracia participativa

Durante muitos anos, em especial nas décadas de 60 e 70, a democracia participativa foi considerada uma alternativa viável à democracia liberal. Hilmer (2010) aponta que, na década de 90, ela foi quase esquecida, perdendo seu charme e sendo preterida às tipologias liberal minimalista, deliberativa e agonística. Contudo, ressurgiu neste limiar de século XXI como o centro das atenções na teoria democrática.

O neologismo democracia participativa se refere, conforme Hilmer (2010), a um aspecto específico da teoria democrática que se origina das contribuições de Arnold S. Kaufman's. Este, fortemente influenciado por J. Dewey, C. Wright Mills e Paul Goodman, defende que os benefícios da participação política permite aos cidadãos interferir no seu próprio projeto de

desenvolvimento, indo além do mero sentimento, em direção à ação (HILMER, 2010).

Godbout (1983, p. 37), ao citar os trabalhos de Pateman, argumenta que Mill, Cole e Tocqueville foram os autores que desenvolveram os fundamentos da democracia participativa, deixando claro que “há uma interrelação entre as estruturas de autoridade das instituições, e as mentalidades e atitudes das pessoas [...] e a participação foi a primeira cuja função é educar”. Concordando com esse argumento, Oliveira, Pereira e Oliveira (2010, p. 428) afirmam “que a democracia participativa tende a reverter a prioridade política, enfatizando sua face educativa em detrimento da decisória. Os benefícios da primeira devem ser percebidos como subprodutos e não como fins”.

A democracia participativa pode ser compreendida, por meio da expansão das capacidades individuais coletivamente organizadas, que buscam ampliar, não somente os espaços de decisão, mas pressionar os governos a aderirem a determinados programas e projetos. Dessa forma, surgem novas arenas e atores, ampliando, via de regra, o questionamento de uma gramática social e estatal excludente (SANTOS, 2007).

Para Martins (2005), as dificuldades de criação de novos mecanismos de regulação e de redistribuição que assegurem a justiça social num contexto de crise do social, de ampla reorganização cultural e de diversificação crescentes, revelam-se nas tentativas voltadas para estimular a participação local, como o orçamento participativo, por exemplo.

Tais experiências se, por um lado, são ousadas na sua concepção, por outro, são preocupantes, ao suporem que levam a melhor, em geral, os grupos mais articulados (movimentos de gênero, étnicos e culturais entre outros) que ganham visibilidade local a partir de programas sociais, mas que não têm, em geral, relação orgânica com o bairro ou a comunidade local. Paralelamente, levam a pior os segmentos territorialmente localizados, e que deveriam ser

os verdadeiros beneficiados dos recursos do Orçamento Participativo, mas que possuem pouca visibilidade política no plano extra-bairro. Tudo isso denota, enfim, a força do utilitarismo prático nessas experiências tidas como exemplares da democracia participativa, levando à perversão do ideal igualitarista dessas políticas redistributivistas locais. O poder local, aqui, concentra toda a tensão existente entre os pares de opostos acima lembrados (redistribuição x reconhecimento; representação x ação direta) (MARTINS, 2005, p. 10).

Na visão de Pereira (2005), a natureza participativa das democracias é o modelo que desponta nas sociedades tidas como avançadas. Desse modo, ela supera os tipos elitistas de representação sem, contudo, concretizar o ideal deliberativo. A vertente participativa:

Satisfaz-se com as condições de que o debate envolva uma participação substancial das organizações da sociedade civil e siga regras mínimas de ação comunicativa, em especial a do respeito mútuo pelos argumentos que justificam cada posição. As decisões serão tomadas, em última instância, pelos parlamentares eleitos no contexto de um sistema representativo, mas cada decisão importante será precedida de um vivo e amplo debate público. Tal debate influenciará a agenda e o enquadramento das principais alternativas para cada decisão. Em alguns casos os argumentos apresentados serão suficientemente fortes para convencer a outra parte. Em outros uma nova alternativa surgida do debate poderá satisfazer os grupos conflitantes, superando-se assim o conflito. Na maior parte dos casos, porém, o compromisso continuará sendo necessário, e o voto da maioria acabará decidindo o assunto. (PEREIRA, 2005, p. 82).

Sendo assim, pode-se, segundo estes princípios, afirmar que quanto maior a participação das pessoas nas decisões, mais democráticas serão as decisões tomadas, mas, “ao depender das qualidades de cidadãos orientados para o interesse público, ela apresenta um caráter homogêneo e virtuoso não

compatível com a realidade” (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 428) e enfrenta problemas como o apontado por Dagnino (2004).

A “confluência perversa” é um fenômeno recente de cooptação de entidades e grupos da sociedade civil pelo Estado, servindo à adaptação do projeto neoliberal em contextos de capitalismo periférico como o brasileiro. Ela explica que a inserção institucional de setores da sociedade civil visando a uma atuação conjunta com o Estado, com vistas a aumentar o seu potencial participativo, tem contribuído para apagar distinções e divergências e gerar um vocabulário comum de procedimentos e mecanismos institucionais que enfraquecem a dimensão política da cidadania e da solidariedade (DAGNINO, 2004; SANTOS 2009). Confluência perversa expressa, então, um processo de centramento de decisões que desfaz os mecanismos de mediação institucionais e políticos que possibilitam a existência efetiva do direito público, em nome da necessidade de assegurar a distribuição de serviços e benefícios sociais exigidos por demandas particularizadas e utilitárias.

O próximo tipo de democracia não rompe totalmente com este modelo, mas busca chamar a atenção para o aspecto discursivo da democracia, ao passo que a democracia participativa encontra-se mais preocupada com as formas e tipos de participação.

4.1.1.4 Democracia deliberativa

Como mencionado, na década de 90, as atenções dos teóricos da democracia mudaram de foco, e a democracia deliberativa ganhou projeção nas pesquisas da área, pois demonstra ter a capacidade de assimilar as virtudes dos outros ideais democráticos, ao mesmo tempo em que expande suas capacidades, principalmente no que se refere à comunicação/ argumentação. Para Hilmer (2010), a produção sobre a área é crescente, sendo os expoentes James Bohman,

Diana Mutz e Jurgen Habermas. Este último é um dos mais utilizados nos estudos sobre democracia contemporânea no Brasil, apesar de certas imprecisões, na visão de Losekann (2009), na aplicação no nosso processo de democratização, pois existem fatores históricos culturais que devem se levados em consideração no uso do referencial.

Como é uma teoria em construção, os conceitos ainda não estão sedimentados, mas existem elementos que são comuns aos teóricos e constituem o núcleo básico deste modelo de democracia.

O primeiro deles é a ênfase no processo de deliberação pública racional sobre um determinado assunto comum a cidadãos livres e iguais. O objetivo da deliberação é compreender e explicitar qual é o valor principal para os envolvidos no processo, uma espécie de “vontade geral” (HILMER, 2010). De acordo com Vizeu (2008, p. 90), a democracia deliberativa “é um tipo de entendimento sobre o processo democrático centrado na prática discursiva, onde a argumentação racional e os procedimentos equitativos para a participação discursiva e decisória são os critérios de igualdade democrática”. Em tese, por meio de um processo de deliberação entre cidadãos, e esta é uma importante característica deste modelo, transformam-se preferências privadas em anseios públicos, que deverão ser permutados em ações políticas. Para Vizeu (2008), nesse tipo de democracia, as diferenças entre os indivíduos não é negada nem tão pouco excluída, mas existe uma igualdade política entre os mesmos. “Ela não exclui a natureza individual em nome da coletividade, como pretende o requisito da vontade da maioria no modelo da democracia representativa” (VIZEU, 2008, p. 90). Todavia, existe a questão do espaço ou esfera desse processo de deliberação e, via de regra, parte-se dos argumentos de Habermas para justificar essa esfera pública.

A esfera pública habermasiana tem sua origem nos ensinamentos contidos no livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” de Habermas (2003).

Para o autor, a esfera pública burguesa é uma categoria típica de uma época, não podendo ser pensada fora deste contexto. Esse público é aquele público que lê, portanto, uma parcela da sociedade capaz de interferir ou manter o status e desigualdades.

Neste mesmo livro, “Habermas preocupou-se com a formação de um espaço de interação diferenciado do Estado, no qual os indivíduos pudessem debater questões políticas e delinear estratégias capazes de tornar o poder público sensível às suas deliberações” (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 429). Em tese, neste espaço prevaleceria o melhor argumento e não outras formas de status e ou discriminação.

Ao publicar *A Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas estabeleceu as noções de mundo social reflexivamente adquirido e de ação intersubjetiva voltada ao consenso comunicativo. Por meio delas, este autor buscou reincorporar a argumentação aos campos social e político. O nexos entre a teoria de Habermas e a política emerge da percepção de que a legitimidade desta não é, exclusivamente, produto da vontade da maioria. Antes, ela depende de processos deliberativos capazes de promover a participação racional de cidadãos interessados ou afetados por decisões públicas (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 429).

Nessa esfera pública se deve prestar atenção à ética do discurso que busca dar à ética um fundamento racional pela ideia de que a reflexão sobre os pressupostos da comunicação interpessoal permite identificar os princípios morais realmente irrenunciáveis, que devem ser a base de toda a convivência humana: o reconhecimento do outro, a não coação da comunicação e a disposição para a solução de problemas e a fundamentação de normas por um discurso livre e igual.

Reis (2007), ao discutir os dilemas da democracia no Brasil, aponta para a atualidade do debate sobre este tipo de democracia, principalmente no que se

refere à comunicação e ao debate livre, em vez do jogo e do embate de interesses que dá ênfase aos conflitos, próprios da democracia representativa e na interação estratégica. Contudo, é criticada a perspectiva que tende a envolver “certa idealização dos atores próprios do setor, vistos como caracterizados por motivações generosas e altruístas” (REIS, 2007, p. 456). Outras duas críticas são apresentadas pelo autor e estas possuem certa relação com as perspectivas adotadas neste trabalho.

A primeira aponta para uma falsa noção de desinteresse. Para Reis (2007), a sociedade civil tende a ser intransigente com suas posições, isto porque, a despeito do que se idealiza sobre a sociedade civil, suas ações carregam grande parcela de individualismo.

Este é o foco, por exemplo, de um volume de Ernest Gellner de alguns anos atrás, em que, contra “a retórica dos recém-convertidos à idéia da Sociedade Civil” e os riscos antidemocráticos representados, no limite, pelo ideal da comunidade baseada na fé compartilhada, o rótulo de “sociedade civil” é reclamado para indicar justamente o modelo da sociedade pluralista e individualista em que as identidades coletivas e as correspondentes lealdades e compromissos são objeto de livre escolha individual e temperadas pela capacidade de distanciar-se das pressões e demandas sociais e pelo equilíbrio tolerante e reflexivo (REIS, 2007, p. 456).

Com isso, existe a possibilidade de um agir estratégico da sociedade civil e, no caso da presente proposta, esse agir irá se afastar do que se pretende denominar “Agir Dádivoso”.

A segunda crítica diz respeito à própria noção de democracia deliberativa. É inegável que o princípio do livre e respeitoso debate é ideia central na democracia contemporânea. “Qualquer democracia moderna requer, para seu funcionamento, a operação de tais espaços em planos e nichos diversos da aparelhagem do Estado e da sociedade, a começar do parlamento ou

congresso” (REIS, 2007, p. 457). Contudo, é a resolução do conflito de interesse que, na perspectiva do autor e desconsiderando o nosso agir dádivoso, irá se acomodar de maneira instrumental, ou seja, “assim, a ideia de deliberação coletiva, não tem como pretender servir, por si só, como fundação satisfatória para uma teoria adequada da política e da democracia” (REIS, 2007, p. 458).

Tendo como ponto de partida os argumentos acima apresentados, Tenório (2010) apresenta uma metodologia para análise da cidadania deliberativa (Quadro 1). Os referenciais utilizados, apesar de não relacionar diretamente à Dádiva, apresentam correlações interessantes com o defendido no capítulo 2.

O primeiro ponto destacado se refere à inclusão, pois “considera-se que o poder ilegítimo, que não representa o processo democrático, pode tomar espaços e, assim, favorecer as tendências endógenas do poder administrativo, existentes nas localidades” (TENÓRIO, 2010, p. 399). Traçando um paralelo com a Dádiva, no que se refere à inclusão, podem-se apontar algumas congruências. A cidadania deliberativa prevê a abertura de espaços de decisões que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos, dando chances iguais a todos de participarem da tomada de decisão. Prevê, também, a aceitação social e valorização da participação.

Parte-se, então, que esse processo deve ser incondicional, não levantando barreiras e condições para a aceitação do outro. Considerando que por meio de Dádivas se celebra a paz (ou a instaura-se a guerra), o sistema que permitirá a criação dos vínculos necessários e suficientes para que a incorporação de atores individuais e coletivos seja de forma plena, é a circulação de Dádivas.

Dentre estas, tem-se a Dádiva de palavras. Infere-se que a “capacidade da sociedade civil em desenvolver impulsos vitais, por meio de esferas públicas autônomas e capazes de ressonância, as quais podem introduzir no sistema

político os conflitos existentes na periferia” (TENÓRIO, 2010, p. 399), será reforçado por meio da incondicionalidade presente no paradigma da Dádiva. Essa incondicionalidade é um elemento valorizado por Derrida (1973) para quem a Dádiva só se manifesta na medida em que não exige, não existe a menor perspectiva de retorno, ou seja, a doação é incondicional em relação à perspectiva de retorno objetivo e subjetivo.

Em relação à categoria pluralismo, Tenório (2010, p. 399) enfatiza que

o Estado pluralista é simplesmente um Estado onde não existe uma fonte única de autoridade que seja competente em tudo e absolutamente abrangente, isto é, a soberania, onde não existe um sistema unificado de direito, nem um órgão central de administração, nem uma vontade política geral. Pelo contrário, existe ali a multiplicidade na essência e nas manifestações.

Em outros termos, o interesse no desenvolvimento da comunidade, a obrigação para com a coletividade é que proporcionará o pluralismo. A ressalva feita por Habermas (2003 apud TENÓRIO, 2010) de que a teoria do pluralismo é funcionalista e tende a não trazer a participação plural, é verdade na medida em que o desinteresse da sociedade se sobressai aos outros campos da Dádiva. A categoria pluralismo, trabalhada por Tenório (2010), diz respeito à totalizada dos participantes.

A igualdade participativa e a autonomia se apoiam no nivelamento das oportunidades de atuação efetiva nos processos de tomada de decisão e a possibilidade de escolha (TENÓRIO, 2010). Essas características são, feitas as devidas ressalvas, impensáveis sem um agir apoiado no paradigma da Dádiva, no interesse e liberdade, desinteresse e obrigação dos sujeitos presentes ou representados nas esferas públicas e espaços públicos.

Por fim, em relação ao bem comum, ressalta-se que ele representa os benefícios tangíveis ou intangíveis para comunidade ou localidade oriundos das

ações dos sujeitos atuantes nas esferas constituídas. O bem comum representa a capacidade de realizar integração social baseada no consenso.

Categorias	Crítérios
<p>Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para mobilização dos potenciais participantes.
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaço de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vistas.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança afim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação.
	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
<p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas</p>	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância de sua participação.
<p>Pluralismo: multiplicidade de atores que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas</p>	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo
	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos participativos.

Quadro 1 Critérios de análise da cidadania deliberativa

(...continua...)

“Quadro 1, conclusão”

Categorias	Crítérios
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas	Formas de escolha de representante: método utilizado para a escolha de representante.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representante.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil de liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimento que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática	objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Tenório (2010)

Considerando os critérios de Cidadania Deliberativa, apresentado por Tenório (2010), as formas de democracia apresentadas por Pereira, Oliveira e Pereira (2010) e o paradigma da Dádiva, é possível visualizar algumas relações entre esses conceitos.

A democracia, em sua vertente liberal, prioriza as liberdades e os interesses individuais, podendo, às vezes, sobrepor os interesses privados aos interesses coletivos. A democracia liberal engloba dois aspectos que, apesar de distintos, não são necessariamente excludentes. Ao contrário, historicamente o liberalismo - Locke - afirmou-se na luta contra o Estado absolutista em defesa

do Estado de direito. Este por sua vez, legitimou-se na luta contra o Estado totalitário em defesa das liberdades individuais - tão caras a Rousseau - quer no plano da política quer no plano raso da economia (FERREIRA, 2009). Relacionar essa vertente a um individualismo exacerbado não é consenso entre os pesquisadores da área, mas, considerando as evidências da história recente de diversas localidades, não é de todo impossível essa relação. Sendo assim, dentro da compreensão de Dádiva apresentada, julga-se que a vertente liberal não está alinhada com o agir proposto por valorizar duas categorias, em detrimento das outras duas, que compõem uma ação baseada no paradigma da Dádiva.

No que se refere à democracia representativa, entende-se que esse modelo pode levar os sujeitos a agirem, somente por meio da coação, da obrigação não tendo eles a possibilidade de refutar a criação de vínculos. Nesse sentido, entende-se que essa vertente prioriza em algum sentido a ação mecânica e burocrática, sendo a participação e a criação de espaços de interação meros suportes para que o governo exerça seu poder. Essa característica aparece em diversos estudos que apontam os problemas da representatividade, dentre eles a possibilidade de se ter a Dádiva patrimonialista. Para Ribeiro (2010), além da questão da representatividade, tem-se a proeminência do papel da técnica (em especial do econômico) e sua relação com o político. Bobbio (1986) entende que a democracia representativa, por si só, renuncia ao princípio da liberdade como autodeterminação, uma vez que quem tem a prerrogativa de decidir é o representante. A democracia representativa moderna não eliminou as elites, mas ao contrário, tem por característica a existência de muitas elites que disputam para conquistar o voto popular. Nesse sentido, a falta de liberdade (dentro da perspectiva da Dádiva) e a racionalização do mundo da vida levam à busca de uma maior eficiência na alocação de recursos e podendo levar a uma burocratização das relações. Por conseguinte, reduz a participação da sociedade. Essa redução será justificada pela, em tese, maior capacidade dos “eleitos e

indicados” para conduzirem o desenvolvimento da sociedade. Por isso entende-se que essa vertente prioriza as obrigações formais-legais e os interesses individuais.

A democracia participativa e a deliberativa possuem uma raiz comum. Essas correntes estão baseadas nos sujeitos ativos, em cidadãos ativos do ponto de vista político e de recursos na busca pela emancipação, divergindo, em nossa percepção, no que se refere ao desinteresse e à liberdade. Bernardo (2009) apresenta dados dos Estados Unidos para evidenciar que existe um grande desinteresse, no sentido de baixa preocupação com o resultado geral, dos cidadãos americanos. Isto porque ao mobilizar entre 1/3 e 2/3 dos eleitores, grande parte dos que não votaram deixaram que outros decidissem por eles. O autor, também, aponta grande abstenção em diversos países da Europa, como por exemplo, na França. “O desinteresse é mais pronunciado, ainda, nas eleições regionais, já que entre 1986 e 1998 a taxa de abstenção praticamente duplicou, passando para 42%” (BERNARDO, 2009, p. 1).

O caso brasileiro é diferente, pois o voto é obrigatório, o que diminui as ausências. Todavia o Tribunal Superior Eleitoral já começou a se preocupar com o aumento das faltas às eleições, o que demonstra que, mesmo existindo a estrutura legal e formal para eleições temporâneas, a população começa demonstrar desinteresse pela participação. Mas, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2002, mostra que quase dois terços dos brasileiros (62%) estão insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país e, praticamente, a metade dos entrevistados (46%) abriria mão do voto se esse não fosse um direito de exercício obrigatório. Além disso, a pesquisa revela que mais da metade dos eleitores (54%) não se lembrava dos candidatos. No caso da Figura 4, optou-se por acentuar a liberdade e o desinteresse por entender que essas ausências são fruto dessas duas características, pois mesmo havendo a obrigação em votar, os cidadãos optam por não fazê-lo.

A democracia deliberativa, por sua vez, é aquela que, seguindo alguns princípios aristotélicos, mas sem se basear única e exclusivamente neles, nasce da exposição de opiniões coletivas, opiniões que divergem e convergem instituindo um intenso diálogo, que almeja o alcance da verdade prática, a qual orienta toda ação política. Assim, o fundamento da democracia é a razão prática (prudência) que busca uma verdade prática. Neste caso, o equilíbrio entre as categorias da Dádiva, também, aplicam-se. Dessa, propõem-se as seguintes possíveis interseções entre as categorias da Dádiva e as Democracias.

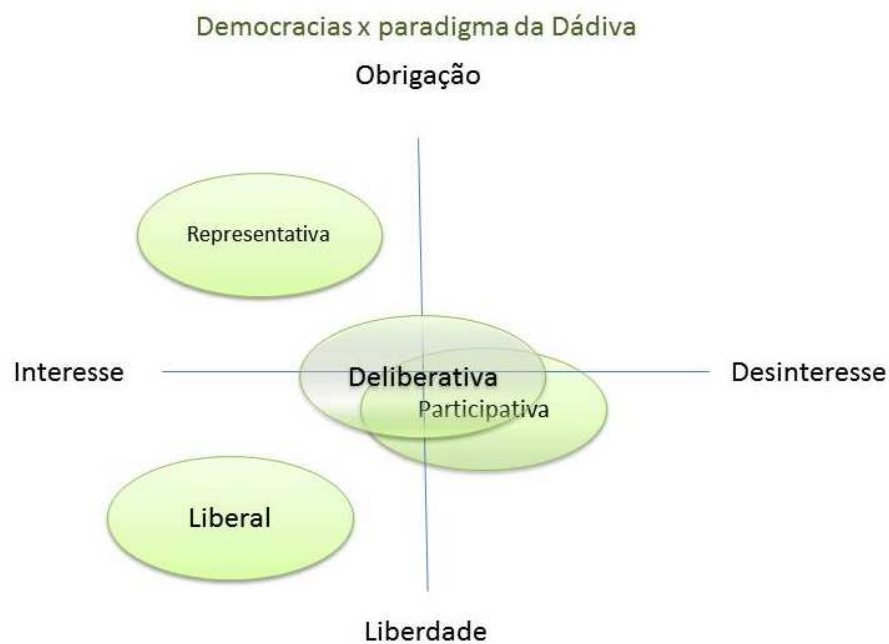


Figura 6 Relação entre modelos de democracia e dádiva

Fonte: Acervo pessoal do autor

As contribuições desse modelo para a Tese é que uma das formas de se alcançar a democracia deliberativa é por meio das associações. Caillé (2002a) parte do princípio de que existe um vínculo privilegiado entre associação e

democracia; que à semelhança da dádiva e do político, são uma só e mesma coisa, pois o futuro da democracia não se define somente no plano do pacto coletivo tácito, no plano do político, nem somente no plano da política instituída, mas também no dia a dia, no âmago dos espaços públicos primários, ocupados pelas associações.

A seguir, apresenta-se a relação entre democracia e gestão pública no Brasil, pois se entende que, a partir de uma maior pressão popular, a gestão pública buscou meios de inseri-la em sua forma.

4.2 Democracia e gestão pública no Brasil

Após um longo período em que se alternava centralização dos processos de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas com relativa descentralização, o Brasil parece, aos poucos, aderir a um regime democrático. Essa opção é fruto, dentre outras coisas, de dois grandes movimentos ou formas de pressão sofrida pelo Estado. A primeira decorrente da democratização, a partir dos anos 80, que reflete mudanças na sociedade civil, cada vez mais questionadora e com uma maior capacidade de demanda. A segunda é decorrente da crise fiscal, que colocou para o Estado a necessidade de reformular seu papel nos negócios públicos e, por conseguinte, a gestão dos serviços públicos (ABRUCIO, 1998; AVRIZTER, 2007; GOHN, 2000; PEREIRA, 2003).

Neste contexto, propostas de descentralização, participação, privatização, terceirização, parcerias entram na agenda pública como estratégias de reforma do aparelho do Estado, objetivando tornar a gestão do setor público mais eficiente e aberta à sociedade (CKAGNAZAROFF, 1997). Todavia, entende-se que esse quadro se aproxima mais ao pensamento de Martins (2005) que expõe que fóruns sociais, orçamentos participativos, conselhos municipais,

assembleias e plenárias, mobilizações locais de grupos de mulheres e de orientações sexuais diversificadas, movimentos étnicos, nacionalistas, culturais e religiosos, tudo isso compõe o quadro do que tem sido conhecido como democracia participativa nas duas últimas décadas. Para ele, acreditou-se que a formalização dos movimentos sociais, o crescimento do número de organizações não governamentais transnacionais, o surgimento de governos de esquerda, mais sintonizados com as novas demandas sociais e culturais e as manifestações de rua nas grandes cidades seriam sinais de que estaria para acontecer, brevemente, uma mudança importante. Dessa forma, o processo de reforma do Estado traz consigo elementos importantes para a consolidação de uma democracia participativa e deliberativa.

Como resultado da democratização, o país rompe, como afirma Diniz (2005), com a tradição golpista, busca o consenso em torno das regras do jogo democrático, amplia a capacidade de lidar com as indeterminações típicas da democracia pelo acatamento dos resultados eleitorais, a tolerância ao dissenso e o respeito à gestão negociada dos conflitos abrem uma nova fase no aperfeiçoamento da ordem política destas sociedades.

No regime democrático, todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização, para a democracia liberal, é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de formalização da incerteza (PRZEWORSKI, 1994).

Fruto desse processo, o conselho gestor foi a grande novidade dos anos 90, por ter um caráter interinstitucional. Ele tem o papel de ser instrumento mediador na relação sociedade/Estado e está inscrito na Constituição de 1988. Nota-se que essa Constituição adotou como princípio geral, a cidadania, e previu

instrumentos concretos para seu exercício, via democracia participativa. Leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação, por meio de conselhos deliberativos, de composição paritária entre representantes do poder executivo e de instituições da sociedade civil (LÜCHMANN, 2002, 2007; TENÓRIO, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2010). Desde então um número crescente de estruturas colegiadas passou a ser exigência constitucional em diversos níveis da administração pública federal, estadual e municipal. Muitas já foram criadas, a exemplo dos conselhos circunscritos às ações e aos serviços públicos (saúde, educação e cultura), e aos interesses gerais da comunidade (meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio histórico-cultural), assim como aos interesses de grupos e camadas sociais específicas como, crianças e adolescentes, idosos e mulheres (GOHN, 2000).

Se a democratização do país tem como marco inicial a constituição federal de 1988, a reforma do aparelho do Estado tem como marco o processo iniciado em 1995. Todavia, como observa Pereira (2003), essa pode ser considerada a terceira reforma administrativa do Estado, pois outras reformas foram realizadas, como a de 1936 (reforma burocrática) e a de 1967, sendo esta um “ensaio” à descentralização e a desburocratização.

A reforma do aparelho do Estado, iniciada em 1995, pode ser considerada uma reforma gerencial, pois objetiva adequar o país às novas demandas sociais garantidas, e de certa forma potencializadas, pela constituição de 1988. Para Pereira (2003), por pressão de diversas classes, ocorreram alguns retrocessos burocráticos na aprovação da constituição federal. Dessa forma, iniciativas que poderiam amenizar a crise fiscal não foram incorporadas ou foram retiradas do texto final, o que acarretou em grandes prejuízos para o país.

Cabe observar que, apesar dos retrocessos citados por Pereira (2003), o país busca encontrar um ponto de equilíbrio entre as forças de mercado e os

interesses públicos e dessa forma, dentro de um processo democrático, rediscutir a melhor forma de intervenção estatal.

Dentro desse processo, Abrucio (1998) apresenta, de forma sintética, quatro dilemas pós-burocráticos, que devem ser enfrentados para maior efetividade da reforma. O primeiro deles é o fator político da reforma, para o qual não se pode desconsiderar a importância do envolvimento dos funcionários públicos e da população. Envolver a população não é tarefa simples visto que, conforme aponta Avritzer (2007), até os anos 1980, o país teve baixa propensão à participação popular. Esse fato possui estreita ligação com a organização sociopolítica do país, fortemente vinculado ao clientelismo e ao poder relacionado a terra. Por isso, mesmo que a constituição federal de 1988 tenha garantido, por meio dos mecanismos de referendo, o plebiscito e a iniciativa popular como formas de intervenção direta da sociedade na elaboração de leis e controle social, passados 20 anos, ainda, não se pode afirmar que a população use realmente este direito.

O segundo é evitar que a lógica fiscal se imponha sobre a lógica gerencial. Em que pese os articuladores da reforma do aparelho do Estado em não aceitar o rótulo de neoliberais, em diversos casos o rigor fiscal da reforma se sobrepõe às mudanças gerenciais. Dessa forma, fica inviável se aproximar do cidadão, afastando-se da proposta original.

O terceiro é validar a descentralização como instrumento de democratização e eficiência. Apesar de uma parcela considerável de pensadores que tecem críticas à descentralização e à democratização como sendo um processo que leva a uma perda da eficiência, percebe-se, atualmente, ser possível aliar eficiência, descentralização e democracia, como explicita Grau [SD].

No Brasil, a Constituição Federal prevê a criação de diversos conselhos (deliberativos ou consultivos) com o intuito de descentralizar a gestão pública.

Para Fleury (2006), o controle social exercido pelos conselhos, não é apenas um instrumento externo ao Estado, mas deve se constituir em verdadeiro componente do aparelho estatal. Isto porque permite reduzir “a seletividade estrutural do Estado em favor das elites políticas, publicizando as demandas populares, socializando o conhecimento sobre os processos de gestão pública e permitindo o diálogo e a argumentação entre atores interessados” (FLEURY, 2006, p. 56).

O quarto e último dilema é a separação entre formulação e a implementação das políticas. Essa separação é apontada como um dos entraves à responsabilização. Dessa forma, deve-se repensar esse modelo, ou formas de buscar a *accountability*.

Por “*accountability*” Gomes (2003, p. 58) entende:

a “susceptibilidade ao controle”, particularmente ao controle sobre os resultados (sobre as “coisas”), executado por mecanismos objetivos e exteriores ao responsável. Esta definição reforça a perspectiva de o “*accountability*” estar associado exclusivamente a uma imposição externa ao indivíduo, abandonando qualquer ligação a uma conotação moral relativa à introjeção de valores públicos pelo agente.

Considera-se válido este entendimento quando aplicado a processos regulares de eleição quando os cidadãos irão, por meio do voto, validar ou não determinado governo. Essa posição, também, é válida para os órgãos de controle tais como TCU, TCE e agências reguladoras. Esses processos de responsabilização já foram bastante estudados e classificados (ARATO, 2002; CARNEIRO; COSTA, 2001 apud VIEIRA, 2005; O’DONNELL, 1998).

Na percepção de Carneiro e Costa (2001 apud VIEIRA, 2005), a *accountability societal*, tem como fonte as formas não tradicionais de inspeção, isto é, um mecanismo de controle não eleitoral, envolvendo uma multiplicidade de ações (jurídicas, denúncias, participações em conselhos). Esta não pode ser

confundida com a perspectiva dos grupos de pressão ou de interesse (na medida em que não há uma vantagem material em foco ou disputa), mas, sim, como modo de agir de uma autoridade pública. Desta maneira, os conselhos podem ser considerados como instrumento de *accountability societal*. Os conselhos, também, podem ser vistos como mecanismos de participação e agentes de *accountability*, ao se apresentarem como canais de vocalização e como instância de formulação de políticas e de acompanhamento do desempenho do governo e de controle de seus atos, por parte da sociedade.

O tipo *societal* é o que mais se aproxima do nosso entendimento, mas existe uma característica dos conselhos que, ainda, não foi suficientemente explorada nas discussões sobre *accountability*. O dilema que se impõe é que, na origem do processo, temos uma cooperação firmada entre Estado e Sociedade para a formalização dos conselhos. Dessa forma, acredita-se que existe uma simbiose entre os atores. Contudo,

os problemas práticos já não são contemplados por uma ação política coerente, mas apenas compensatória da disfunção produzida pelo próprio sistema [...] e por isso a disparidade existente entre os moderníssimos aparelhos de produção e de defesa e a estagnação na organização dos sistemas de troca, saúde e educação (MARTINS, 2008a, p. 261).

Com isso, concordando com Martins (2008), os problemas práticos só podem ser vistos enquanto sistemas que precisam de uma “regulagem” técnica e dessa forma esvazia-se o papel de responsabilização dos conselheiros.

Sendo assim, considerando os dilemas apresentados, em especial a noção de *accountability*, as características da democracia participativa e da deliberativa, dando ênfase ao caráter emancipador destes modelos, os problemas da participação, dentre eles a falta de liberdade e interesse, e a dádiva em si,

torna-se relevante investigar seus desdobramentos em uma esfera menor, no caso, Unidades de Conservação localizadas na região Noroeste de Minas Gerais.

4.2.1 Gestão social

Na ausência de um conceito amplamente aceito, poder-se-ia afirmar, com razoável grau de certeza, que não existe um conceito formal de gestão social. Entretanto, os esforços empreendidos pelos pesquisadores faz com que esta afirmação já não seja tão aceitável como foi há alguns poucos anos. Cançado (2011, p. 206), em sua tese de doutorado, afirma que “em um esforço de síntese, podemos definir Gestão Social como: um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação do homem”.

Segundo Tenório (2010), a origem do termo gestão social acontece em 1992, durante o Seminário Iberoamericano de Desarrollo de profesores em gerência social, que aconteceu em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. É importante ressaltar a origem desse discurso como associado ao mundo empresarial. Entretanto, não deixa de ser frisada a contemporaneidade de tal entendimento, pois efetivamente isto não corresponde à visão tradicional da gestão. Esta, ao contrário, sempre enfatizou a dimensão da capacidade técnica individual, sobretudo, em suas qualidades de planejamento racional (FRANÇA FILHO, 2008). Dessa forma, o termo carrega em si forte apelo para sua ampla utilização, mesmo em contextos utilitaristas. França Filho (2008) entende que toda gestão supõe, portanto, uma dimensão necessariamente social ou interacional, o que torna redundante uma formulação do tipo “gestão social”.

Pinho (2010) faz uma crítica contundente à construção do conceito de gestão social e às possibilidades da cidadania deliberativa. O termo “gestão emancipadora” seria mais apropriado que gestão social, pois “o termo social é

muito convencional, indefinido e carregado de ambiguidades e pode ser aproveitado oportunisticamente” e completa “o social é um termo muito fraco, indefinido, abrangente, ambíguo e anódino para conter a força e pretensão da proposta formulada por Tenório” (PINHO, 2010, p. 25).

Maia (2006, p. 8), ao analisar 77 artigos sobre Serviço Social, apresenta algumas inferências sobre a temática. A democracia e a cidadania são valores básicos, explicitados por diversos autores, o que confirma, “de alguma forma sua origem e implicação com o projeto societário de desenvolvimento que temos identificado como cidadão”. Os propósitos dos projetos focam ações, processos e desenvolvimento social. Para a autora, apesar de esses propósitos revelarem uma efetiva relação, eles guardam uma importante distinção que justificam aquilo que Carrion e Garay (2004) apontaram como distinção entre *gestão do social e gestão social*, que dá sustentação à diferença conceitual do tema que vem sendo apresentado por estudiosos e gestores em diferentes ambientes e que merecem aprofundamento.

A “gestão do social” trata das ações ou mesmo dos processos que reúnem um conjunto de ações, seja na perspectiva gerencial (TENÓRIO, 1998), como em torno das políticas públicas (SINGER, 1999) ou políticas sociais (CARVALHO, 1999), não explicitando a intervenção imediata na complexa trama do desenvolvimento societário, apesar de reconhecê-las como importantes mediações para o desenvolvimento. Muito facilmente a gestão do social pode ser reconhecida pelo caráter exclusivamente instrumental, dada a sua proximidade com os referenciais e empreendimentos nessa área pelos promotores do capital. Já a gestão social constitui-se, como afirma Fischer (2002), como um processo de desenvolvimento societário, reconhecendo todos os seus movimentos constitutivos, desde o poder, o conflito, a aprendizagem e, também, a transformação, destacada por Dowbor (1999) (MAIA, 2006, p. 8).

Assim, compartilhando da noção de democracia contra-hegemônica de Santos (2008) a gestão social, também, funda-se na contra-hegemonia do projeto societário cidadão, já se constitui como sua “superação” (CURY, 2000 apud MAIA, 2006), constituindo-se como um processo social de desenvolvimento ou conjunto de processos sociais, viabilizador do desenvolvimento societário.

Os diversos *focos de pesquisa* apresentam um referencial teórico comum especialmente em relação à administração, economia, ciência política e ciências sociais. A autora faz uma ressalva sobre o referencial teórico, pois

esse referencial é basicamente utilizado pelas produções que relacionam a gestão às ações, justificando com isso, o caráter instrumental dado à gestão do social. Por outro lado, vemos ampliados os referenciais teóricos pelos autores que apontam a gestão social como um processo de afirmação ou transformação do desenvolvimento. Esse quadro focal ampliado pode justificar a *gestão social como um possível processo de construção paradigmática* (KUHN, 2003) à medida que aponta para um conjunto de novos referenciais problematizadores das leis, conceitos, modelos, valores, regras e critérios até então afirmados (MAIA, 2006, p. 9).

A gestão social aparece nas esferas públicas, privadas e terceiro setor, bem como outros espaços híbridos. Contudo, para Maia (2006, p. 14) existe uma valorização da Gestão do Social sobre a Gestão Social e

Eis aqui um desafio para o trato da gestão social e da gestão do social como totalidade. Esses campos introduzem a perspectiva da necessária pactuação entre as dimensões e agentes sociais, políticos e econômicos (DOWBOR, 1999), assim como da viabilização da “política das escalas” (ACSELRAD, 2002, p. 33), que aponta o importante e tensionante debate em relação às questões do território e do poder, que são estratégicos para o enfrentamento ao modelo hegemônico de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, afirmação dos *espaços públicos* do desenvolvimento ou gestão social.

Por fim as metodologias apontadas pelos autores como possibilidade de caminho é rica em pressupostos, estratégias e ferramentas para a viabilização da gestão social. Entretanto, considera-se importante destacar o processo social indicado por Fischer e Melo (2006) e Tenório (2002) como estratégia metodológica.

O reconhecimento da metodologia como processo social é fundamental em vista a torná-la um caminho estratégico e coerente de aproximação entre as diversas dimensões da gestão social aqui apresentadas, valores, propósitos, focos, locos, agentes e, conseqüentemente, sua viabilização, alavancada por ferramentas adequadas. A referência de processo social é buscada em Souza (2004). O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social (MAIA, 2006, p. 10).

Retomando o pensamento de França Filho, ressalta-se a proposição de uma interpretação do conceito que tenta absorver, tanto a dimensão do processo (como opera a gestão), quanto a da finalidade (quais os objetivos da gestão). “É assim que pensamos ser necessário considerar dois níveis de análise ou de percepção da gestão social: de um lado, aquele que a identifica a uma problemática de sociedade, do outro, aquele que a associa a uma modalidade específica de gestão” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 228).

Efetivamente, enquanto problemática de sociedade, a ideia de gestão social diz respeito à gestão das demandas e necessidades do social. O social aqui aparece como uma categoria inventada no seio da modernidade, quando a sociedade estratifica as diversas esferas de ação dos sujeitos, em razão da autonomização adquirida pela esfera econômica (com a preeminência do princípio mercantil), em relação às demais esferas da vida (cultural, política,

social, ecológica...). O econômico (ou a esfera econômica) desempenha efetivamente um papel determinante, pois ele passa a constituir o *locus* principal de constituição das identidades individuais e coletivas, que passam pelo trabalho. A sociedade moderna é, antes de tudo, uma sociedade do trabalho. Nessa representação, o social viria identificar um dos espaços do não trabalho.

Logo, em decorrência desta forma de compreensão, tem-se uma sobreposição entre gestão social e gestão pública. Entretanto, é preciso reforçar que o termo gestão social pode se viabilizar pela própria sociedade, detonado pelos mais variados mecanismos de auto-organização e autorregulação, notadamente na forma associativa. Para Botrel, Araújo e Pereira (2010 apud CANÇADO, 2011, p. 77),

a Gestão Social se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão.

Outra característica da gestão social é a transparência, pois, se o processo decisório passa pelo consenso, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas, as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a este processo. Para que isto aconteça, a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010). Mais uma vez nos aproximamos da ação comunicativa de Habermas.

Segundo Vizeu (2005), a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas pressupõe crítica e fundamentação a partir: a) da verdade proposicional (o que eu falo e faço é racional porque é baseado em uma verdade factual); b) da sinceridade (quando expresso minha subjetividade estou sendo sincero e, por

isso, verdadeiro), c) da retidão (quando o que faço ou falo pressupõe fundamentação moral) e d) da inteligibilidade (o que faço e falo somente pode ser criticado e passível de fundamentação se meu discurso for compreensível ao ouvinte).

Por fim, temos a emancipação como o próprio resultado da gestão social enquanto processo baseado na cidadania deliberativa. “A participação efetiva no processo de tomada de decisão traz crescimento e amadurecimento para os atores (FREIRE, 2001), que ampliam sua visão de mundo enquanto seres humanos dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública” (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 620).

Ainda, com base em Oliveira, Cançado e Pereira (2010), cabe ressaltar que estas características discutidas: tomada de decisão coletiva, livre de coerção e baseada no entendimento, transparência e linguagem inteligível, podem ser consideradas como um tipo ideal weberiano, pois as relações de poder, desigualdades sociais e culturais podem facilmente nos levar a crer que estas características são impossíveis de se verificar na prática. O próprio processo de gestão social, por meio da sua potencialidade iminente de emancipação, tende a aumentar as possibilidades destas características se apresentarem. Em outras palavras, a gestão social como prática, norteadas por estas características, ao ampliar as possibilidades de emancipação, tende a reforçá-las.

Em nosso entendimento, as características apresentadas acima estão intimamente relacionadas com as características de esfera pública de Habermas e servem de base ou de fundamento teórico para delinear um futuro conceito de Agir Dádioso. Este poderá vir a ser confrontado com o conceito de dádiva e utilizado na análise da atuação dos conselhos das Unidades de Conservação.

4.3 Democracia, gestão social e agir dádivoso

O esforço empreendido até aqui buscou demonstrar a importância da participação para a consolidação de um ideal democrático emancipador, que busca libertar o indivíduo das amarras institucionais e expandir as esferas públicas. Nesse sentido, é necessário reafirmar ou inserir dois esclarecimentos. O primeiro é que “a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, em vista a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominantes” (PIZZORNO, 1971 apud GOHN, 2001, p. 25). Essa participação somente existe, no plano pragmático e real, pela experiência do sujeito.

De fato, a ideia de sujeito combina três elementos cuja presença é igualmente indispensável. O primeiro é a resistência à dominação, tal como acaba de ser evocada; o segundo é o amor de si pelo qual o indivíduo estabelece sua liberdade como a condição principal de sua felicidade e como um objetivo central; o terceiro é o reconhecimento dos outros como sujeitos e o conseqüente apoio às regras políticas e jurídicas que proporcionam ao maior número possível de pessoas o máximo de oportunidades de viver como sujeitos (TOURRAINE, 1996, p. 172).

Nessa mesma direção, Signates (2013) afirma que, mesmo no campo da política, é possível agregar, até certo ponto, a noção de solidariedade ao conceito de democracia, porquanto as sociedades democráticas pressupõem a predominância do interesse comum e da participação pública, que são formas coletivas de viabilização da solidariedade, para se realizarem enquanto tal. Adicionalmente, Caillé (2002c) entende a que a solidariedade, em seu sentido moderno e restrito, é considerada como uma retribuição dos bens, materiais e simbólicos, efetuada por aqueles que têm mais a favor daqueles que têm menos.

Tradicionalmente, a solidariedade desenrolava-se no âmago da sociabilidade primária, no registro do interconhecimento; além disso, era garantida pelos mecanismos próprios da dádiva partilha ou sob uma forma ou outra de dádiva assimétrica. Essas diferentes formas, até mesmo profundamente modificadas, são ainda vivazes. No entanto, o caráter próprio da modernidade consiste em ter procedido à substituição sistemática da solidariedade de homem a homem, personalizada, por uma solidariedade impessoal, funcional, pública e estatística. A forma predominante da solidariedade é garantida por um sistema público de retribuição que implanta a dádiva mecânica e impessoal que poderia ser qualificada como dádiva secundária (CAILLÉ, 2002c, p. 203).

Contrapondo esta ideia, o autor afirma ser necessário reinventar essa solidariedade para preservar o futuro da humanidade, sendo o primeiro passo aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade e têm a obrigação de olharem uns pelos outros. Para Constantino (2009), o conceito de solidariedade, dentro da Teoria Crítica, desenvolveu-se, segundo vias e temas distintos, conforme a preocupação de cada autor. Entretanto, se é possível identificar um núcleo em comum, ele é dado por Habermas, em suas discussões que se iniciam na Teoria da Ação Comunicativa. Lá, Habermas toma o conceito dicotômico de Durkheim e o reinterpreta à luz da teoria dos sistemas e do mundo da vida: primeiramente, a solidariedade é um recurso escasso do mundo da vida. Os sistemas mercado e aparato burocrático operam, exclusivamente, na base de sua cibernética binária – não há solidariedade, apenas função. O sistema dispensa a solidariedade para seu funcionamento. A solidariedade orgânica, no mundo da vida, recuou para as trincheiras dos sindicatos, das associações várias da sociedade civil, a todo instante ameaçadas pela partidarização e pela carência de recursos, como pode ser vista na citação abaixo. Além disso, a solidariedade mecânica, num mundo pós-tradicional, perdeu sua unicidade de fundo, fragmentando-se em diversas visões de mundo sectárias, tanto em suas formas religiosas quanto laicas, ou mesmo no hibridismo destas.

Portanto, em princípio, a origem do conceito de solidariedade guarda pouca relação com o sentido moderno atribuído pelo senso comum. Relaciona-se à coesão gerada pela —camaradagem, que se expande dos lares até adquirir a forma de um conceito jurídico e civil. Solidariedade é solidez. *Solidus* é o denso e o firme. Assim, o conceito jurídico romano *in solidum* expressava uma obrigação moral de todos para com todos, com a unidade, com a justiça, com a *solidariedade*; uma lealdade e uma responsabilidade global, como na máxima —um por todos e todos por um—: *obligatio in solidum*. —Dessa forma, o *obligatio in solidum*, por meio de um direito abstrato, coliga pessoas *estranhas*, papéis *complementares* e interesses *heterogêneos*, guardando, assim, uma estreita relação com o conceito de solidariedade orgânica que será desenvolvido por Durkheim (CONSTANTINO, 2009, p. 21).

Dessa forma, o conceito de solidariedade que, para alguns autores faz parte da dádiva, deverá ser mais bem discutido e aprofundado a fim de inseri-la no contexto da dádiva moderna e do próprio “agir dadivoso”. Por hora, acredita-se que ela possa ser um elemento de ligação entre democracia e dádiva, visto ser a solidariedade para com o próximo uma forma de doação, no qual aquele que possui o recurso (material ou simbólico) compartilha com quem necessita sem que, necessariamente exista a reciprocidade. Esse é, a nosso ver, uma das grandes rupturas conceituais necessárias para a compreensão da Dádiva como elemento fundamental para a democracia deliberativa. Isto porque, ao evidenciar a necessidade da reciprocidade no contexto deliberativo, retoma-se o princípio do agir estratégico, instrumental, no qual o sujeito só irá “deliberar” na medida em que consiga equacionar de forma instrumental e precisa os bônus e os ônus daquela ação (e seus resultados).

O segundo elemento é a questão cultural. Os avanços da sociologia da cultura nas últimas décadas tendem a sublinhar o entendimento de cultura como significação simbólica como podemos observar em alguns autores renomados. Martins (2005, p. 6) ao defender uma cultura do Dom, expõe:

Para o sociólogo inglês Raymond Williams, por exemplo, a sociologia lida tradicionalmente com duas noções de cultura, uma idealista e outra materialista. Por sua vez, C. Geertz sustenta que a antropologia interpretativa deve considerar as dimensões simbólicas em estreita relação com os acontecimentos sociais, pois não há nada de tão coerente como a ilusão de um paranóico ou a estória de um trapaceiro (GEERTZ, 1989). A perspectiva antropológica de Marshall Sahlins (2003) segue direção paralela embora ele enfatize o caráter prático da cultura. Para ele a cultura é um esquema de significação criado pelo homem para definir suas atividades práticas, esquema que não espelha nenhum propósito utilitarista prévio, mas que ele mesmo é definidor do que seja entendido simbolicamente como utilidade ou razão prática (SAHLINS, 2003, p. 206).

Esta compreensão da cultura como prática é relevante para se esclarecer uma prática cultural baseada no espírito da associação. No presente caso iremos inserir a noção de “Culturas Híbridas” de Canclini (2008). O autor entende por hibridação “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de formas separadas, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. 19). Este conceito foi utilizado por ele para discutir, principalmente, processos culturais artísticos, mas neste caso será adotado para defender que o Agir Dádivoso é fruto de estruturas, objetos e práticas híbridas, da democracia, da ação comunicativa e da Dádiva.

A democracia participativa e deliberativa são estruturas e práticas híbridas entre Estado, sociedade e interesse particular. São criadas esferas institucionalizadas (participativas) ou esferas públicas (não institucionalizadas) na perspectiva de Habermas. Todavia, existe uma tendência à fusão de ambas, criando uma esfera participativo-deliberativa, que, em nosso entender, poderiam ser os conselhos. Contudo, em relação a experiências práticas, Pinho (2009 apud OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010), cita os problemas de funcionamento dos Conselhos Gestores baseado em Tatagiba (obrigatoriedade dos conselhos levando à participação por decreto, incapacidade dos conselheiros

de representar suas instituições, desprestígio do Estado em relação a estas instâncias, dentre outras), concluindo que seria praticamente impossível que eles funcionem como se deseja nas atuais condições ou mesmo em situações ótimas.

A ação comunicativa de Habermas também pode ser lida como uma prática híbrida, pois rompe com modelos tradicionais e, para Canclini (2008), um campo de conhecimento muda quando alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem sua reformulação. A própria dádiva, também, encaixa-se nesta figura 5.

Partindo dessas noções, apresenta-se o modelo síntese da proposta de um Agir Dadivoso, inspirado nas noções de solidariedade e culturas híbridas, bem como democracia, Teoria da Ação Comunicativa e Dádiva.

O Agir Dadivoso é um modelo em construção, cuja amplitude extrapola os conhecimentos atuais do pesquisador. Todavia, é possível, dentro dessa limitação, apontar algumas convergências entre Dádiva e Democracia, em especial sua vertente deliberativa. Como apontado por Constantino (2009), o sentido redescoberto nas práticas sociais, regidas pela dádiva, revela uma dimensão política irreduzível aos polos da liberdade individual e das obrigações para com a comunidade. A democracia, nesse caso, menos que uma forma de governo, designa uma forma de vida incorporada em nossas práticas e formas de cooperação cotidiana (CONSTANTINO, 2009; MARTINS, 2002; TOURRAINE, 1996).

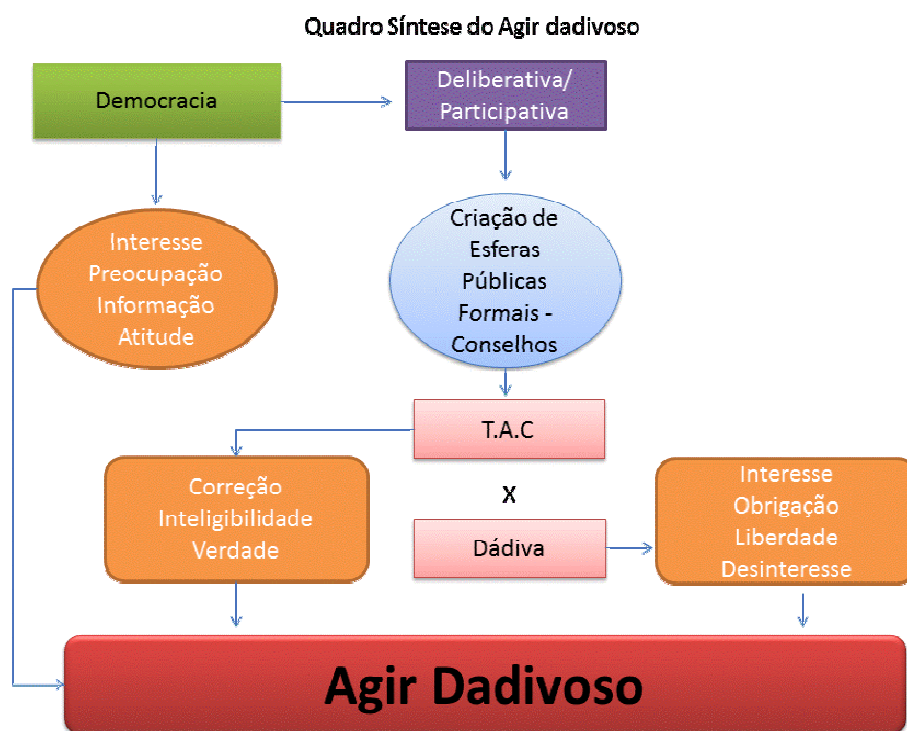


Figura 7 Proposta de um Agir Dadivoso
 Fonte: Acervo pessoal do autor

Em primeiro lugar, tem-se a relevância da sociedade civil para o modelo proposto e para a democracia deliberativa. Segundo Chantal (2001), o paradigma da dívida concebe a democracia primeiramente como uma experiência sensível e partir do princípio de que a sociedade civil existe para ser contra o Estado é problemático. De um ponto de vista histórico, a primeira nasce de forma indissociável da segunda e somente com o passar do tempo é que foram se afastando para polos distintos. Com isso, no desenvolvimento de sua relação com o Estado, pode-se considerar que, atualmente, o papel da sociedade civil seja algo próximo do que defende CEFAI (2006, p. 702 apud FREITAS, 2005): “um engajamento limitado no espaço e tempo; desafeição pelas organizações

centralizadas e burocratizadas e formação de redes flexíveis e móveis; busca de formas de democracia direta e de novos canais de participação e de representação”.

Uma preocupação com a coletividade, um interesse público bem compreendido e atitudes interessadas nesse mesmo sentido, a disponibilidade de informações corretas, uma obrigação de agir de forma inteligível, um desinteresse verdadeiro e por fim uma liberdade plena no agir. Ao possibilitar uma experiência face a face, liberta das amarras e armadilhas do individualismo exacerbado e do holismo cego, permite ao indivíduo um reconhecimento recíproco. Chanial (2003) aponta, dentre outras possibilidades, a noção de simpatia, capacidade essa de se identificar com o outro e se perceber parte das totalidades sociais. Dito isso, considera-se que a sociedade civil tem papel relevante no contexto da democracia e que a existência da primeira depende, em grande parte, de práticas associativas que rompem as barreiras das sociabilidades secundárias.

O conjunto de ações expostas acima possui uma correlação com as práticas associativas, práticas essas que se encontram no campo das sociabilidades primárias. Esse campo recebe a seguinte consideração de Chanial (2001, p. 155)

[...] Considerando-se que a ajuda social seja monopolizada por profissionais e organizada exclusivamente pelas estruturas burocráticas do Estado, as fontes mesmas da compaixão e da solidariedade se esgotam. Elas não são mais necessárias. O que ameaça, portanto de desaparecer é esta forma essencial de decência social que encarna a relação do Dom. Se o socialismo e Dom são indissociáveis, é porque o ato de doar é bom em si, ele representa uma das maneiras de exprimir esta emoção política que Aristóteles nomeava amizade. Esta emoção – a virtude própria ao dom privado – nenhuma prestação pública, mesmo prescrita por uma decisão democrática, pode reproduzi-la. O Estado mais justo não pode encarná-lo e exprimi-la. Ele não pode produzir um

sentido qualquer de solidariedade ou de comunidade. Mais ainda: sendo desta forma incapaz de mobilizar as capacidades altruístas, fragiliza a sociabilidade democrática e desencoraja as formas de engajamento e de participação cívica.

O autor entende, então, ser desaconselhável que o Estado suplante a sociedade civil, pois suas ações visam, em especial, ao modo de produção capitalista, desarticular a sociedade civil, ou melhor, enfraquecer a sociabilidade primária – relações de amizade, entre membros da família, entre pessoas que estabelecem laços de conviviabilidade mais fortes – pois a prática de solidariedades, característica do dom, enriquece sobremaneira a esfera pública, possibilitando o real desenvolvimento de uma comunidade política.

Característica evidenciada por Latouche (2006), a conduta virtuosa, que consiste em unir o interesse pessoal ao interesse geral, reside apenas na sociabilidade e não é senão o resultado de um cálculo que, sozinho, permite distinguir entre o verdadeiro interesse e o interesse cego e essa comunidade de interesse entre iguais é o fundamento do tratado de aliança perpétua que concretiza o estado da sociedade.

Como apontado por Vizeu (2013)¹⁰, o arranjo da sociedade baseado em Tönnies (1995) e apresentado no capítulo 2, induz à constatação de ser inevitável a estruturação da sociabilidade em laços fracos, de comunidade de interesses, onde o dom e o desinteresse aparentemente seriam coisas do passado. “O diagnóstico da modernidade em Tönnies (1995), o da destruição dos laços comunitários e a crescente substituição por vínculos pontuais, característicos de sociabilidades secundárias, hoje não encontra apoio entre os que estudam o tema” (MARTINS, 2008b, p. 240). Autores como Wellman (2007 apud MARTINS, 2008b) nos mostram que, em grandes centros urbanos, ainda, há lugar para as conviviabilidades características dos laços fortes, das estruturas

¹⁰ Fábio Vizeu (PPGA-UFLA, em 30/08/2013).

identitárias ancoradas no território, nas redes de vizinhança. Com isso, essas práticas associativas relacionam-se ao fortalecimento da democracia via práticas associativas e, a nosso ver, essas se cristalizam por meio da Dádiva.

Por outro lado, partindo de Luchmann (2002), vislumbra-se que alguns aspectos negativos da democracia deliberativa e da própria "Teoria da Ação Comunicativa" são limitativos para o aprofundamento e ampliação da racionalidade comunicativa. A transformação do cidadão em consumidor e em cliente, característica de um processo de burocratização e monetarização, ancora-se em uma racionalidade pautada nos interesses individualistas, suprimindo os espaços de autonomia, diluindo solidariedades e limitando a participação coletiva. No entanto, a racionalidade presente no paradigma da Dádiva difere-se substancialmente desta (vigente nas democracias contemporâneas), pois a racionalidade instrumental impõe a necessidade da reciprocidade e, para Mauss (2003), a reciprocidade está baseada na dádiva, sem que esta última seja igual à primeira, pois, reciprocidade refere-se a responder uma ação positiva com outra ação positiva, e responder uma ação negativa com outra negativa. Ações recíprocas positivas diferenciam-se de ações altruístas visto que ocorrem somente como decorrência de outras ações positivas e diferenciam-se de uma dádiva social, visto que esta não é concedida na esperança ou expectativa de respostas positivas futuras (SIQUEIRA, 2005). No caso, acredita-se que, para a consolidação de um ideal democrático deliberativo, os sujeitos deverão aproximar-se de ações, que, com muita cautela, nomeia-se de "Dadivosas" para que enfim, o futuro da democracia não seja definido somente no "plano do pacto coletivo tácito, no plano político, nem somente no plano da política institucional, no plano que se poderia designar por espaços públicos institucionalizados, mas também no dia a dia, no âmago dos espaços públicos primários, ocupados pelas associações" (CAILLÉ, 2002c, p. 202).

No próximo capítulo apresentam-se os caminhos percorridos para construção da presente tese e as opções metodológicas feitas pelo pesquisador para que os objetivos fossem alcançados.

5 METODOLOGIA DE TRABALHO

O sertão é do tamanho do mundo; Sertão é dentro da gente; O sertão é sem lugar; O sertão não tem janelas, nem portas. E a regra é assim: ou o senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa. (Guimarães Rosa).

Pesquisa, no sentido mais amplo, é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento. A fim de merecer o qualificativo de científico, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando para isto métodos próprios e técnicas específicas. Dalen e Meyer (1978 apud RUDIO, 1981) lembram que o trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, mas requer imaginação criadora e iniciativa individual. Todavia, a pesquisa não é uma atividade feita ao acaso, porque todo trabalho criativo pede o emprego de procedimentos e disciplinas determinadas.

Neste trabalho utilizam-se métodos qualitativos para analisar a natureza da relação entre a participação dos conselheiros e o agir dadivoso nas unidades de conservação. Mais especificamente, buscaram-se evidenciar os vínculos que se sobressaem no conselho investigado e como estes podem vir a contribuir para a gestão social.

Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem um caráter mais subjetivo e visa analisar os resultados de forma indutiva, sem que seja necessária uma hipótese a ser testada, sendo esse o caminho adotado. Para Alves (1991), a pesquisa qualitativa garante subsídios para que o investigador possa captar o sentido dado pelos sujeitos na ação, na realidade vivenciada. Esta realidade, por sua vez, é percebida como uma construção social, da qual o pesquisador participa levando em consideração o contexto. Neste sentido, Godoy (1995) afirma que um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre.

Por outro lado, Flick (2002) afirma que a pesquisa qualitativa se fundamenta em quatro bases teóricas: está pautada na realidade social, vista como construção e atribuição social de significados; apresenta ênfase no caráter processual e na reflexão; são relevantes as condições objetivas de vida, por meio de significados subjetivos; possui caráter comunicativo da realidade social que permite o refazer do processo de construção das realidades sociais para que este se torne ponto de partida da pesquisa.

Godoy (1995) evidencia a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: A pesquisa Documental, o Estudo de Caso e a Etnografia. Na presente tese adotam-se as duas primeiras.

5.1 A pesquisa documental

Essa técnica foi utilizada para compreender o atual estágio de formalização do conselho consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu, tendo como base as atas fornecidas pela FUNATURA. A opção por realizar a análise da formalização, por meio das atas, deve-se aos princípios burocráticos weberianos, principalmente, à importância da documentação/ formalização das ações dos gestores. Apesar dos constantes esforços de pesquisadores e organismo públicos e privados, não existe uma metodologia dominante na avaliação da gestão das Unidades de Conservação. Percebe-se o uso de métodos mais quantitativos, quando enfocam a gestão estratégica, ou seja, as Unidades de Conservação analisadas pela lógica do mercado e outro grupo que busca ir além da mera questão contábil. No caso da análise das atas, foi adotada a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, p. 42), visa descrever o conteúdo das mensagens produzidas pelos sujeitos investigados, por meio de “indicadores (quantitativos ou não)” que possibilitem a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

Como suporte para análise, adotou-se a matriz proposta por Santos (2008) em trabalho similar realizado nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Distrito Federal. No modelo original, este instrumento é preenchido de forma binária (sim/ não), mas por questões de zelo para com o objeto pesquisado, a matriz foi preenchida com “presente”, “em parte”, “não se aplica” e “não identificado”. Essa modificação metodológica visa respeitar as bases ontológicas e epistemológicas do trabalho, que reconhece a capacidade limitada do pesquisador em compreender a realidade. O modelo utilizado encontra-se no apêndice C.

Para a obtenção das atas, foram necessários, além dos e-mails e telefonemas, dois encontros com o secretário-executivo da FUNATURA.

5.2 O estudo de caso

O Estudo de Caso foi utilizado como uma forma de delineamento da pesquisa de campo, pois este “[...] não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (GOODE; HATT, 1969, p. 422). Yin (2001) afirma que o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Esta definição, apresentada como uma “definição mais técnica” por Yin (2001), ajuda-nos, segundo ele, a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade, o método experimental e o survey.

O método em questão, muitas vezes, é colocado como sendo mais adequado para pesquisas exploratórias, sendo, particularmente, útil para a geração de hipóteses (CAMPOMAR, 1991), e isto pode ter contribuído para

dificultar o entendimento do que é o método de estudo de casos, como ele é desenhado e conduzido (YIN, 2001).

Ao comparar o Método do Estudo de Caso com outros métodos, Yin (2001) afirma que, para se definir o método a ser usado, é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, este método é adequado para responder às questões "como" e "porque" que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

Isto, também, aplica-se ao Método Histórico e ao Método Experimental que, também, objetivam responder a estas questões. Contudo, o caso do Método Histórico é recomendado, quando não houver acesso ou controle pelo investigador aos eventos comportamentais, tendo que lidar com um passado "morto" (YIN, 2001), sem dispor, por exemplo, de pessoas vivas para darem depoimentos e tendo que recorrer a documentos e a artefatos culturais ou físicos como fontes de evidências.

No caso do Método Experimental, as respostas a estas questões são obtidas em situações onde o investigador pode manipular o comportamento de forma direta, precisa e sistemática, sendo-lhe possível isolar variáveis, como no caso de experimentos, em laboratório. Ao fazer isto, deliberadamente, isola-se o fenômeno estudado de seu contexto (YIN, 2001).

De acordo com Yin (2001), a preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o Estudo de Caso se caracteriza pela "[...] capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações" (YIN, 2001).

Este método (e os outros métodos qualitativos) é útil, quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre. Pois, segundo Yin (2001), os objetivos do método de Estudo de Caso, são (a) capturar o esquema de referência e a definição da situação de um dado participante (b) permitir um exame detalhado do processo organizacional e (c) esclarecer aqueles fatores particulares ao caso que podem levar a um maior entendimento da causalidade.

Campomar (1991, p. 206), ao tratar dos objetivos da coleta de dados, coloca como objetivos do Método do Estudo de Caso não a quantificação ou a enumeração, "[...] mas, ao em vez disto (a) descrição, (b) classificação (desenvolvimento de tipologia), (c) desenvolvimento teórico e (d) o teste limitado da teoria. Em uma palavra, o objetivo é compreensão".

De forma sintética, Yin (2001) apresenta quatro aplicações para o Método do Estudo de Caso:

- a) Para explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos 'surveys' ou pelas estratégias experimentais.
- b) Para descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu.
- c) Para fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada; e
- d) Para explorar aquelas situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos.

Considerando que somente a análise das atas seria insuficiente para atingir os objetivos deste trabalho, foi realizado um estudo de caso com uso de narrativas de experiência, por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003). Essa metodologia foi utilizada por Gondim e Fischer (2009), para estudos na área de administração, por Cubas (2005), para a área de saúde, dentre outros. Essa técnica usou como elementos de análise os sucessivos registros das reuniões e as experiências vivenciadas pelos participantes e comunidade representadas nas reuniões. Para esta etapa, o pesquisador participou de todas as reuniões ordinárias que aconteceram no período da pesquisa compreendido entre o Julho de 2012 e Dezembro de 2012. Foram acompanhadas três reuniões do Conselho do Mosaico e três reuniões do Conselho do PNGS.



Figura 8 Ônibus quebrado
Fonte: Acervo pessoal do autor

Para interação com os sujeitos, foi adotada a entrevista semi-estruturada, que conforme Mattos (2005), é aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a resposta. Estabelecemos com o entrevistado uma conversa mediada por um roteiro (APÊNDICE D) em que se formula uma pergunta mais geral, deixa-se que ele encaminhe a resposta e o encorajamos nos desdobramentos da questão, seguindo o que o autor chama de “significados incidentais relevantes”, digressões reveladoras da interpretação do tema em pauta. A intenção era entrevistar os dezessete conselheiros que atendessem o critério de serem Conselheiros do Mosaico e, também, conselheiros do PNGSV e/ou da RDS (APÊNDICE E). Em um plano geral, há predominância de homens e as mulheres representam um terço das entrevistas realizadas. As idades variam entre vinte e oito e sessenta e três anos, com concentração na faixa de trinta a quarenta anos. Todos possuem, pelo menos, o segundo grau completo e dois estão terminando o mestrado ou doutorado.

Foram realizadas onze entrevistas presenciais, entre junho de 2011 e outubro de 2012, registradas com consentimento dos entrevistados. As entrevistas foram pré-agendadas nas reuniões do CCMVP e confirmadas por telefone, sendo a data, local e hora determinados pelo entrevistado. Como observado na foto X, o acesso à região, via Januária, não é asfaltado e o ônibus que a atende apresenta problemas constantemente. No meu caso aconteceram duas quebras, o que prejudicou o cumprimento dos prazos de defesa. Para as entrevistas não houve problema, pois o pesquisador optou por alugar um carro para conseguir se deslocar e realizar as entrevistas. As entrevistas duraram entre cinquenta e cinco minutos (a mais breve) e uma hora e vinte e três minutos (a mais longa) e em algumas entrevistas a atividade foi intercalada com uma pausa para café e água.

Quatro entrevistas foram realizadas por email, pois não foi possível agendar as entrevistas presencialmente. Antes do envio do email, foram feitos

contatos pessoais e pré-acordos que a entrevista seria enviada por email. Nestas oportunidades, o pesquisador pode aprofundar alguns temas, mas não foram gravados. Duas não foram realizadas, sendo uma por dificuldade de agenda do entrevistado (foram desmarcadas em cima da hora) e uma por dificuldade do entrevistador em chegar à comunidade. Para auxiliar na entrevista foi utilizado o roteiro de entrevista individual – Dádiva, Gestão e UC's (APÊNDICE D).

Para a análise, foi empregado o método de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por Lefèvre e Lefèvre (2003, 2005, 2006) e Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000), ao final da década de 1990 é o foco deste, bem como de outros estudos na área da saúde como alternativa de enfrentamento dos problemas relativos à análise de *corpus* qualitativo e à análise quantitativa de pesquisa de opinião que findam por negligenciar a discursividade (GONDIN; FISCHER, 2009). O desafio que este método busca responder é o da expressão do pensamento ou opinião coletiva.

O DSC é considerado uma modalidade de análise de discursos obtidos em depoimentos verbais ou obtidos em qualquer manifestação discursiva que se possa encontrar em textos e documentos escritos. Um dos objetivos da técnica, a partir dos procedimentos que adota, é reduzir a variabilidade naturalmente presente nos discursos, visando, com isso, validar o conhecimento (SALES; SOUSA; JHON, 2007). Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 58) definem o DSC como sendo: "uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, papers, revistas especializadas, dentre outros".

A proposta consiste, essencialmente, em analisar as informações verbais coletadas, retirando-se as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chave das ideias centrais ou ancoragens semelhantes compõem-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do

singular. Para este estudo utilizou-se a terceira pessoa do singular, sendo essa opção justificada mais à frente.

Para o desenvolvimento da proposta, os autores do método DSC estabeleceram as seguintes figuras metodológicas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003):

- a) Expressões chave (EC): são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser sublinhados e que revelam a essência do depoimento, constituem matéria-prima para a construção dos Discursos do Sujeito Coletivo.
- b) Ideias centrais (IC): é um nome ou expressão linguística que descreve, de forma sintetizada e precisa, cada um dos discursos analisados e cada conjunto homogêneo de expressões-chave.
- c) Ancoragem (A): Algumas expressões-chave remetem não a uma ideia central correspondente, mas a uma figura metodológica que, sob a inspiração da teoria da representação social, denomina-se ancoragem.
- d) Discurso do Sujeito coletivo (DSC): é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas expressões chave que têm a mesma ideia central ou ancoragem.

Exemplo de Análise

Receber	Obrigaçã	É importante a sequência do trabalho
	Liberdade	Se um não pode, o suplente participa
	Interesse	Minha manifestação é pontual, somente onde posso contribuir
	Desinteresse	Deixa em aberto o representante
		As vezes os conselheiros é mais uma atividade...

Fonte: Entrevista 01

Expressão Chave

Ideias Centrais

Figura 9 Exemplo de Análise DSC

Fonte: Acervo pessoal do autor

A proposta, para fazer a análise do DSC, é que este seja feito na primeira pessoa do singular, os autores defendem que esta simboliza, de modo mais preciso, um hipotético sujeito coletivo único para qual se concede um caráter ontológico (GONDIM; FISCHER, 2009). Contudo, para este trabalho foi utilizada a terceira pessoa do singular, pois se concorda com Gondim e Fischer (2009, p. 14), “que o mesmo argumento ontológico daria sustentação ao discurso construído na terceira pessoa do singular, figura de tratamento tradicionalmente recomendada na linguagem científica”. As autoras argumentam que a diferença é que enquanto a linguagem científica defende o uso da terceira pessoa para dar um caráter de distanciamento entre o pesquisador e o objeto pesquisado, no contexto do DSC e da produção do senso comum, a terceira pessoa seria usada

para fazer alusão a um sujeito genérico que representa o coletivo (GONDIM; FISCHER, 2009).

Este discurso coletivo permite trazer à luz o sujeito coletivo. Na construção do Discurso do Sujeito Coletivo, os autores recomendam que, para a tabulação dos dados coletados, o pesquisador siga rigorosamente os seguintes passos:

- a) Analisar cada questão isoladamente.
- b) Identificar e destacar em cada uma das respostas as expressões-chave das ideias centrais.
- c) Identificar as ideias centrais a partir das expressões-chave.
- d) Identificar e agrupar as ideias centrais de mesmo sentido ou de sentido equivalente, ou de sentido complementar.
- e) Criar uma ideia central que expresse todas as ideias do mesmo sentido.
- f) Construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Na construção do Discurso do Sujeito Coletivo, devem-se aplicar alguns critérios: a coerência do discurso, o posicionamento próprio frente ao tema e a distinção entre a diferença e a complementaridade do DSC e a chamada "artificialidade natural" (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003). Para auxiliar essa análise foi utilizado o instrumento do Apêndice F.

A opção de trabalhar com o DSC se deu por acreditar que por esta forma de análise se consegue atender melhor os objetivos deste trabalho, pois, como afirmam Gondim e Fischer (2009, p. 14) “o discurso do sujeito coletivo é a junção dos discursos individuais, respeitando os sentidos e o nível de compartilhamento”, o que acaba por dar maior credibilidade às informações

prestadas, pois torna possível identificar o pensamento coletivo, o que de comum existe para o grupo estudado.

O instrumento foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa da UFLA para autorização da pesquisa de campo, bem como ao ICMBio e ao IEF-MG para respectivas autorizações. Após aprovação, o instrumento foi aplicado a todos os conselheiros que participavam do CCMVP e do PNGS e/ou da RDS. Foram realizadas quinze entrevistas.

De posse destes dados foi feita uma triangulação dos dados e informações coletadas nos documentos, entrevistas e aplicação de questionários. Para Alencar (2003), a triangulação é relevante porque permite confrontar os diferentes pontos de vistas dos atores e estabelecer uma relação entre os mesmos a fim de ajudar a analisar o problema identificado e atingir os objetivos propostos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente[...] (Guimarães Rosa)

6.1 Formalização do conselho consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu

A presente análise buscou responder a um dos objetivos deste trabalho, que é caracterizar o processo de formalização do CCMVP. Para sua comprovação, buscou-se avaliar os mecanismos formais-legais (decretos, discursos, medidas provisórias, projetos de leis, leis, comunicados e outros), e a rotinização da prática. Pode-se afirmar que o conselho está em funcionamento e cumpre com suas obrigações, estando institucionalizado do ponto de vista formal-legal e de rotinização da prática.

Essa afirmação funda-se na análise da matriz de presença e ausência adaptada de Santos (2008) e nas observações feitas durante a pesquisa. Na matriz original, a presença da variável (dada como número um) significa o elemento positivo, ou seja, o elemento que, se presente, favorece a melhor atuação do conselho gestor, e a ausência (dado como número zero), o elemento negativo, ou seja, a ausência que prejudica a efetividade do conselho. No nosso caso, a análise foi feita considerando a presença, cumprimento em parte, não identificado e não se aplica. No caso de “presente”, as informações estão disponíveis nas atas e são atualizadas quando necessário. “Cumprimento em parte” significa que a ação aconteceu e não ocorre mais ou foi cumprida parcialmente. Optou-se por “não identificado” em vez de ausência, pois se

entende que toda pesquisa é passível de falha e neste caso a não identificação é mais confiável que ausência.

O primeiro ponto que foi “cumprido em parte” é a “Existência de estratégia para identificação, mobilização e capacitação das comunidades”. Percebe-se que o grupo que atua no CCMVP é bastante diversificado, contando com colaboradores que atuam em vários níveis. Estado, empresariado, sociedade civil estão representados no órgão. Alguns atores, considerados importantes para a implementação do Turismo nas Uc’s, que compõem o Mosaico, não estão mais representados no CCMVP, como por exemplo, representantes dos Circuitos Turísticos da região (Vale do Urucuia e Velho Chico). Estas entidades possuíam uma cadeira quando da criação do conselho. A ausência deste segmento se deve mais ao desinteresse e desarticulação dos empreendedores e ong’s que atuam neste segmento do que falta de espaço e convite. Este aspecto é reforçado por Gomes et al. (2008) e Silva et al. (2012), ao analisar a política de circuitos turísticos de Minas Gerais. Isto porque as ações empreendidas no “Encontro dos Povos” e nos cursos de sensibilização desenvolvidos no projeto de “Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas” contribuem para a identificação, mobilização e capacitação das comunidades.

Outra deficiência observada encontra respaldo teórico em Oliveira (2012) e Pinho (2010), cujo dilema que se impõe, são os processos de educação e dinâmica de aprendizagem. Pinho (2010) entende a educação como chave para o processo de legitimação e efetividade dos conselhos e da própria Gestão Social. Para ele

se existe alguma participação essencial esta reside na participação, no saber, não desmerecendo o saber popular, mas consciente de que a entrada no mundo moderno e contemporâneo exige uma série de conhecimentos básicos e amplos, sem as quais o cidadão (ou candidato à) fica à margem (PINHO, 2010, p. 44).

Oliveira (2012), por sua vez, concordando com Freire (2001) para quem a educação dialógica (respeito aos saberes e competências existentes) é um caminho longo e difícil, mas possível, propõe que a construção da participação/cidadania se manifeste durante o processo e não depois de uma educação ampla, como propõe Pinho (2010).

Neste trabalho, identificou-se uma única ação de formação e capacitação dos conselheiros. Como consta no FUNATURA (2008), a FUNATURA fundamentou suas metas para a execução do Projeto Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu em quatro eixos fundamentais: mobilização, organização, informação e capacitação dos diferentes parceiros do projeto. Dos eixos citados, apenas um não atingiu resultados até esse momento, sendo este o relacionado à capacitação. O fato se dá pelo motivo da capacitação estar programada para uma etapa posterior à apresentação do Plano de DTBC. Isso se concretizaria a partir do mês de outubro de 2007. Entretanto, por questões econômicas, a capacitação se deu em 2010.

Na sequência, no item 8, sobre andamento da implementação das ações planejadas para a gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu definidas na capacitação realizada em maio de 2010, que envolveu os gestores das UCs e outros membros do Conselho, a presidente Helen Faria colocou que é importante que, no início do próximo ano, essas ações sejam objeto de uma avaliação a fim de serem colocadas em prática (Ata 7).

Em maio de 2010 foram realizadas duas capacitações, sendo a primeira voltada para os gestores das Unidades que compõem o mosaico e contou com participação de um total de 21 pessoas. Para a instrutora, “a capacitação foi bastante proveitosa e proporcionou uma reflexão sobre alguns conceitos de gestão e sobre as ações desenvolvidas ou em desenvolvimento no Mosaico,

tendo como referência o Plano de DTBC. Além disso, foram definidas, pelos participantes, ações para a gestão integrada do Mosaico” (Ata 2).

A segunda capacitação foi voltada para os conselheiros. O foco foi o papel do conselheiro e sua ação, não só nas reuniões do Conselho, como no dia a dia do seu trabalho. Contou com a participação de 44 pessoas. Para a instrutora, Dra Isabel de Castro, “a capacitação foi de muita valia e proporcionou uma rica reflexão dos conselheiros sobre o seu papel e atuação no Mosaico” (Ata 2). O entrevistado 05 e o entrevistado 11 afirmaram que a capacitação foi muito boa e precisa ser realizada constantemente, pois há renovação do conselho. Além disso, de acordo com eles, essa capacitação atua como elemento motivador.

Considerando que essa capacitação ocorreu uma única vez e que existe uma rotatividade de conselheiros e uma renovação a cada dois anos, conclui-se que o Mosaico cumpre parcialmente o com a “Existência de Programa de Formação Contínua de Conselheiros e Comunidade, com ou sem Plano de Manejo”.

Em termos de *accountability* ou transparência e controle social, a principal deficiência encontrada foi o item de “As atas e decisões são publicadas nos diários oficiais e em jornais de grande circulação.” Como não está previsto no regimento interno, no caso da eleição para conselheiro, houve grande discussão, chegando-se ao consenso da necessidade de divulgação nos principais jornais da região. Na sequência, após muitos debates, o Conselho definiu que o edital seja publicado nos Jornais “O Barranqueiro” e a “Voz do Povo”, no dia 30 de abril, além de ser amplamente divulgado pela internet (Ata 8).

A divulgação nos jornais e na internet cumpre, parcialmente, a intenção de divulgar a eleição e as ações do conselho. Isso, porque o perfil de alguns conselheiros e interessados, bem como o tamanho da região e a dificuldade de acesso aos meios de comunicação (telefone, internet) trazem limitações aos resultados pretendidos. Como exemplo, há o município de São Joaquim das

Missões, onde se encontra a Reserva Indígena dos Xacriabas, que dista 37 Km da antena de Celular mais próxima (COBERTURA CELULAR, 2013). Para minimizar este problema, o conselho criou um jornal e foram impressas 6 edições. Esse material é parte do acordo de cooperação técnica entre o IEF-MG e a FUNATURA, mas encontram-se encerradas suas edições. A necessidade da manutenção deste é evidenciada pelo representante da UNIMONTES: “O representante da UNIMONTES, [...], sugeriu que o Jornal do Mosaico seja amplamente divulgado para que todas as comunidades tomem conhecimento das atividades desenvolvidas no Mosaico” (ata 3).

Outra observação acerca deste ponto é que algumas ações e decisões do conselho precisam ser mais bem acompanhadas e a forma como as Atas são produzidas não favorecem esse controle. Para Oliveira (2012, p. 89), uma característica da gestão social é a “transparência, pois, se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas, as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações, também, são estranhos a este processo”. Neste caso, as decisões são públicas e respeitam os princípios da democracia deliberativa, mas o instrumento de publicização é pouco eficiente para o controle dos resultados.

Conforme quadro síntese apresentado abaixo, pode-se perceber que o conselho consultivo do Mosaico encontra-se bem estruturado, cumprindo grande parte de suas obrigações regimentais. Sua composição foi feita mediante chamada pública e negociação na assembleia de 16 de março de 2010, observando o artigo 17 do decreto lei 4.340/2002 que rege a distribuição harmônica entre sociedade civil e Estado, perfil geral dos membros, mandato, entre outros (BRASIL, 2002). Pelo exposto e confrontado nas entrevistas, o evento “encontro dos povos” cumpre parcialmente a função de mobilização e, mais recentemente, novos projetos apoiados pelo Mosaico divulgam suas

atividades na região. A presidência é exercida pelo chefe de uma UC's, como preconiza o SNUC. Para CEFAl (2006, p. 700 apud FREITAS, 2005), nas democracias contemporâneas, "a detenção da autoridade legítima não é nunca absoluta e definitiva: ela é um jogo de conflito e contestação, ela permanece circunscrita no tempo e limitada pelas leis". Analisando as entrevistas e as atas, percebe-se que os conselheiros não se opõem a essa situação, aceitando que o conselho seja presidido por um representante do Estado. Todavia, apesar desse conformismo e da imposição legal, acredita-se que a presidência do CCMVP deveria ser também um cargo ao qual todos poderiam almejar.

Em relação aos itens acima, os conselheiros tendem a seguir o regimento, não existindo grandes discussões, salvo o enquadramento da entidade. Essa situação ficou mais evidente no conselho do PNGSV no qual houve calorosa discussão sobre se determinado entidade era do setor empresarial ou terceiro setor. "Não votei contra, mas questioneei a função de uma das entidades no conselho. Foi difícil e, ao mesmo tempo, constrangedor. Às vezes percebo que o conselho está muito institucionalizado e que as divergências quase não têm espaço. Há muitos consensos rápidos."(Entrevistada 15). No caso do Mosaico, a principal discussão observada foi a entrada de uma grande ONG internacional como membro do CCMVP. O processo envolveu muita discussão presencial e virtual, mas, pelos relatos nas entrevistas, o debate foi saudável e produtivo, levando os membros a uma reflexão sobre o que querem para o futuro do Mosaico.

Existem as atas registrando a nomeação e posse dos conselheiros, publicadas no diário oficial da união (DOU). Os documentos ficam sob a guarda da FUNATURA, que é a OSCIP escolhida para gerenciar o processo de implementação do conselho e todos os documentos solicitados foram enviados. Existe o regimento interno e pode-se perceber que é um documento importante, pois algumas questões de organização/ funcionamento do mosaico foram

sanadas por meio deste documento. Este, por sua vez, prevê eleição, perda de mandato, vacância, votação e condução das reuniões. Este último ponto foi criticado por alguns dos entrevistados. Para estes, há a necessidade de melhor gerenciar o tempo das reuniões e das falas. Todas as reuniões que foram observadas não respeitaram o tempo definidos em pauta, extrapolando em até 4 horas. Essas reuniões são públicas, periódicas e marcadas com antecedência, contando com uma expressiva participação externa, mas com pouca participação de pessoas da comunidade. As atas são enviadas com antecedência e, de acordo com um dos entrevistados, influencia na presença dos conselheiros. Para ele, existem pautas que motivam outras que não. Como mencionado, a FUNATURA escolhe, junto com os conselheiros, os locais das reuniões e prepara toda a infraestrutura. Os conselheiros recebem um ajuda de custo (transporte, alimentação), se necessário.

Como analisado anteriormente, as atas não são publicadas no diário oficial e em jornais de grande circulação, pois não existe esse último veículo na região. A FUNATURA mantém a lista de presença arquivada, sendo esta assinada todos os dias no início das reuniões. A formação dos conselheiros precisa ser melhorada e repensada, bem como as estratégias para acompanhamento de programas, projetos e ações. O orçamento inicial de R\$320.000 para desenvolvimento do PDTBL, encerra-se em 2012 e a FUNATURA busca novas fontes de financiamento para dar continuidade às atividades do conselho.

A natureza do conselho é consultiva, tendo sido aprovado seu regimento interno após ampla discussão. O plano de trabalho anual ainda não é uma ferramenta muito utilizada, sendo a agenda de encontros para o ano seguinte, discutida na última reunião do ano.

FORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO	SITUAÇÃO
Identificação e Definição das Representações pela via negocial.	Presente
Observância do art. 17 do Dec. 4.340/2002.	Presente
Existência de estratégia para identificação, mobilização e capacitação das comunidades.	Em parte
Paridade entre componentes do Poder Público e da Sociedade Civil.	Presente
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GESTOR	
Exercício da Presidência pelo Estado.	Presente
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR	
Existência de ato de nomeação e posse dos conselheiros.	Presente
Existência de processo autuado para o conselho	Não se aplica
Existência de Arquivo Público	Presente
Existência de Regimento Interno	Presente
O Regimento Interno contém regras de eleição, perda de mandato e vacância	Presente
O Regimento Interno contém regras de votação, tomada de decisões e condução de reuniões	Presente
Regimento Interno com estrutura administrativa definida	Presente
Regimento Interno com atribuições dos membros do conselho para cada órgão da administração	Não se aplica
Regimento Interno com disciplina para os casos omissos.	Presente
As reuniões são periódicas	Presente
Reuniões bem divulgadas e públicas.	Presente
Pautas claras e pré-estabelecidas.	Presente
Secretaria Executiva	Presente
Estrutura Física Mínima	Presente
Local das reuniões é acessível	Presente
Convocação das reuniões com antecedência de 7 dias	Presente
As atas e decisões são publicadas nos diários oficiais e em jornais de grande circulação.	Não identificado
Há manutenção e controle de lista de frequência.	Presente
Existência de Programa de Formação Contínua de Conselheiros e Comunidade, com ou sem Plano de Manejo.	Em parte
Aprovou Zoneamento.	Não se aplica
Aprovou Plano de Trabalho Anual	Não identificado
Aprovou Plano de Manejo.	Não se aplica
Aprovação de Programas, Projetos e Ações, ainda que emergenciais.	Presente
Andamento de Programas, Projetos e Ações.	Presente
Programas, Projetos e Ações Concluídos.	Presente
Integração com outras Unidades de Conservação e conselhos	Não se aplica

Quadro 2 Análise Formalização do Conselho Consultivo Mosaico Veredas-Peruaçu

(...continua...)

“Quadro 2, conclusão”

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR	
Orçamento próprio	Presente
Decisões formalizadas e encaminhadas acima de 5 por ano.	Presente
Possui Relatório Financeiro Anual para a UC	Não se aplica
Pareceres sobre licenciamento ambiental de obras e atividades na UC, no mínimo 5 por ano.	Não identificado
DOS PODERES DO CONSELHO GESTOR	
Natureza deliberativa	Ausente
Aprova seu regimento interno	Presente
FORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO	
SITUAÇÃO	
Aprova seu plano de trabalho anual	Não identificado
Propõe e aprova o orçamento da UC	Não se aplica
Aprova as contas da UC	Não se aplica
Aprova o Zoneamento e o Plano de Manejo	Não identificado
Decide sobre licenciamentos e autorizações ambientais	Não identificado
OS CONSELHOS GESTORES E AS OSCIPs	
Gestão por OSCIP	Presente
OS CONSELHOS GESTORES E OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE	
Gestão por outro conselho	Não se Aplica

Ao comparar a análise acima com o trabalho de Pinto (2006), pode-se tender a concordar com a autora que, em seus estudos sobre as Conferências Nacionais do Governo Lula, infere que estas não poderiam ser consideradas esferas públicas – levando-se em conta a perspectiva de Habermas. Desta maneira, argumenta que, quando as organizações da sociedade civil têm sua participação vinculada a um convite do próprio Estado, suas formas de atuação ficam limitadas e, assim, a constituição da esfera pública é dificultada. Todavia, apoiada em Losekann (2009) e no discurso dos sujeitos presentes nas reuniões, acredita-se que o conselho consultivo do Mosaico Veredas - Peruaçu é uma esfera pública formalizada e atende aos princípios básicos da gestão social no que se refere à tomada de decisão coletiva, sem coerção, transparente e que

busca valorizar e emancipar cada um dos sujeitos presentes e representados nas reuniões.

6.2 Análises do conselho

O conselho consultivo do Mosaico Veredas Peruaçu é um órgão que visa apoiar e dinamizar o desenvolvimento na região. Para tanto, realiza reuniões periódicas para discutir quais os caminhos serão seguidos pelas UC's que compõem o Mosaico. O órgão também fiscaliza os recursos que serão aplicados em projetos aprovados pelo conselho. Dessa forma, propõe-se analisar alguns aspectos do funcionamento dessa instância de gestão social.

6.2.1 Liberdade de manifestação

Apesar de o conselho ser um órgão aberto à participação de todos os interessados, sua estrutura burocrática poderia, em tese, restringir as manifestações de pessoas que não são conselheiros. Como demonstra o extrato da Ata 3, p. 2, é livre a manifestação de pessoas que não são conselheiros. Existe uma presença constante de membros externos, convidados ou não, com manifestação e intervenções nas reuniões. “O Sr. AC, morador da APA do Cocha e Gibão, informou que acha a representação dos moradores pequena no Conselho”. Participam das reuniões, em média, 18 pessoas externas. Os convidados estão respaldados pelo art. 7º da portaria que estabeleceu o conselho. “O conselho de Mosaico poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos” (BRASIL, 2009). Os demais contam com o respeito e compreensão dos membros do conselho para fazerem uso da palavra. Dessa forma, pelas manifestações registradas nas atas, nota-se que o conselho do

Mosaico é um órgão que permite a livre manifestação de membros que não são conselheiros, pois os participantes tratam uns aos outros como iguais. Dessa forma, atende-se à premissa de liberdade na ação dos membros e de pessoas interessadas no Mosaico.

Partindo do princípio de que a diferença e a liberdade de ação são uma das bases da democracia contemporânea, a gestão das reuniões do conselho de Mosaico desempenha um importante papel de mediar os conflitos. Estes, por sua vez, desde que respeitadas as idiossincrasias de cada indivíduo, tornam-se elemento de amadurecimento e desenvolvimento do grupo e das comunidades. Apesar de poucos conflitos internos registrados nas atas, na 7ª reunião do conselho, uma conselheira cobrou a disponibilização de mais e melhores informações sobre os projetos aprovados pelos conselheiros. “[...] Conselheira AB colocou que não só os projetos devem estar disponíveis para todos os conselheiros, como também os documentos das parcerias, com as respectivas contrapartidas, já que foram oficializadas junto com as propostas”.

Acredita-se que um dos motivos que ensejou essa cobrança, sejam os vultosos valores dos projetos que contaram com o aval do conselho para serem captados. Essa situação provocou no grupo sentimentos díspares, que levaram o conselheiro AA a intervir “É importante, no entanto, que o trabalho seja realizado de forma integrada, sem que eventuais desavenças comprometam todo o esforço realizado até agora por todos”.

Os conflitos de ideias não são fatos e momentos isolados dentro da atividade de um conselho. Esses conflitos só irão aparecer na medida em que aja liberdade de manifestação e respeito às opiniões diversas. Portanto, para que a participação no processo de entendimento seja produtora, não basta que o sujeito participante tenha a capacidade de falar e agir, ele também deve ter competência comunicativa. O participante competente comunicativamente é o sujeito descentrado (autônomo, socializado e comunicativo) que interiorizou as

ações, na medida em que suas estruturas lógicas e de consciência foram se formando mediante seu atuar sobre o mundo objetivo, e internalizou ou incorporou a fala e as perspectivas dos outros enquanto interagiu no mundo social, conduzindo-o para a acomodação das estruturas cognitivas do seu mundo subjetivo (FREITAS, 2005). Aliada a essa ideia, tem-se a concepção de “tolerância como coexistência”, similar à concepção de “tolerância como permissão”, pois também entende a tolerância como o melhor meio de dirimir conflitos. Porém, a relação entre os sujeitos e os objetos da tolerância é diferente. Não se trata mais de uma relação entre a autoridade e uma minoria, mas entre grupos ou indivíduos com poderes equilibrados que entendem que a tolerância é o melhor caminho para a manutenção da paz social e concordam com um compromisso recíproco a certo *modus vivendi* capaz de manter a coexistência pacífica (ALIER, 2007).

6.2.2 Frequência

A frequência a reuniões de conselhos gestores é fruto de uma série de fatores. O local da reunião, recursos financeiros para participação, momento político, interesse, obrigação e como apontou um dos entrevistados, a própria pauta influi na participação do conselheiro “a última convocação já tem muita gente falando que não vai, é só um dia para o conselho e os outros para um pequeno grupo [...]” (entrevistado 5).

Nesta análise destaca-se o interesse na participação, as condições materiais para se fazer presente e a disponibilidade de tempo. Nesse sentido, dado a antecedência com que as reuniões ordinárias são marcadas, parece que o fator tempo teria um peso menor em relação ao interesse e às condições materiais para participação. No que se refere ao último, a FUNATURA possui recursos financeiros para custear as despesas com transporte, alimentação e

hospedagem (se necessário) dos conselheiros. Conforme informado pelo secretário-executivo, os custos de gasolina são bancados pelo Mosaico, ficando o conselheiro responsável por “arrumar o veículo”. Para facilitar a prestação de conta, os conselheiros recebem uma diária e com isso custeiam a alimentação e a hospedagem, quando necessário. Dessa forma o interesse do indivíduo se manifesta como o principal fator na presença às reuniões. Analisando as atas do Conselho do Mosaico Veredas-Peruaçu, há uma frequência média de 4,84 participações por entidade ou 53,8% de frequência. O comparativo entre instituições públicas x sociedade civil aponta uma maior frequência de instituições do poder público.

Tabela 2 Análise geral sobre frequência

	Geral	Poder Público	Soc. Civil
Média	4,844	5,043	4,478
Desvio padrão	2,504	2,477	2,626
Variância da amostra	6,271	6,134	6,897
Mínimo	0,000	0,000	0,000
Máximo	9,000	8,000	9,000

Contudo, neste segmento, há uma instituição que não participou de nenhuma reunião e nenhuma participou de todas as reuniões. Santos (2008), ao analisar as Unidades de Conservação do entorno de Brasília, identificou números próximos ao do Mosaico. No relatório de frequência feito pelo IBAMA/DF para o ano de 2005, “se vê que das 12 (doze) reuniões realizadas, a média de presença dos representantes do Poder Público é de 54,6%, enquanto que a média de presença da sociedade civil é de 40,08%. A média geral de presença de todos os membros do conselho é de 48,6%” (BRANDÃO, 2008, p. 159).

Em relação a essa pequena vantagem das instituições públicas, apontam-se quatro hipóteses que são: a responsabilidade direta pelas ações em sua área

administrativa; recebimento de diárias; disponibilidade de tempo e obrigação legal. No caso em tela, torna-se relevante aprofundar a discussão sobre a obrigação legal e disponibilidade de tempo na respectiva frequência. De acordo com o SNUC, as unidades de conservação devem possuir um conselho – deliberativo ou consultivo – para auxiliar na gestão da área. Nesse sentido, o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais, ciente das dificuldades de conciliar a agenda dos gestores e as demandas oriundas da gestão participativa das Unidades de Conservação, está adotando como estratégia para a consolidação dessa ferramenta a junção de conselhos. Como por exemplo, tem-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e Parque Estadual Serra das Araras. Na Ata 9, p. 8 encontra-se “em seguida, no próximo ponto de pauta ‘Assuntos Gerais’, a presidente Helen Faria Duarte deu informe sobre a fusão dos conselhos das APA’s do Pandeiros e do Cochá e Gibão, do PE Veredas do Peruaçu e do REVS do Pandeiros”.

Essa unificação visa aumentar a frequência dos conselheiros e efetivar os conselhos como instância consultiva ou deliberativa de cogestão das UC’s. O entrevistado “Cic”, ao analisar esse processo, afirma que ele é positivo, não encontrando dificuldade para separar as decisões. Apesar disso, reconhece que os ânimos são mais exaltados no conselho deliberativo, principalmente, quando se decide a aplicação de recursos financeiros. Esta opinião é compartilhada pela conselheira “Mei” que relata a tensão para a produção de consenso no uso dos recursos. No caso do mosaico, que também é uma instância consultiva, entende-se que a participação dos chefes de unidades de conservação que o compõem é obrigatória e, por isso, ao se analisar a frequência dos chefes de UC’s de forma isolada, tem-se uma frequência superior a 75%¹¹.

¹¹ A frequência foi ajustada por causa de uma falta coletiva em função de convocação extraordinária do secretário de meio ambiente do Estado de Minas Gerais, sendo a falta justificada na respectiva ata.

Para a nossa proposta de investigação, a simples presença nas reuniões não caracterizaria o que se pretende denominar de “Agir Dádivoso”. Apesar de a Dádiva ter essa característica de ser obrigatória, a mesma não deve ser analisada sozinha, ou seja, desconectada das outras dimensões. Nesse sentido, recorrendo às manifestações proferidas durante as reuniões e a disposição para atuar em GT’s e comissões, nota-se que as UC’s e suas respectivas chefias possuem iniciativa de participar de vários outros trabalhos demandados pelo CMVP. Sendo assim, encontra-se outro elemento da Dádiva, que seria o interesse e a liberdade no agir em prol do todo, visto que eles poderiam não apoiar as ações. No que se refere ao desinteresse não foi possível analisar por meio das atas.

Por fim, ao analisar as frequências (presença) das instituições da sociedade civil, nota-se que as organizações que possuem projetos com financiamento externo (recursos captados de terceiros ou em via de captação) são as que apresentam a maior frequência, atingindo 82,22% de frequência. Dessa forma, o interesse econômico, também, está presente na ação dos sujeitos representados no conselho.

6.2.3 Manifestações e intervenções

A simples frequências às reuniões caracteriza um indicador fraco para evidenciar um possível “Agir Dádivoso”. No caso de algumas instituições, a frequência a esses encontros conta pontos na avaliação de desempenho, tendo impacto direto no salário. Para ampliar a discussão, apresenta-se o gráfico abaixo que evidencia o total de intervenções feitas por cada instituição:

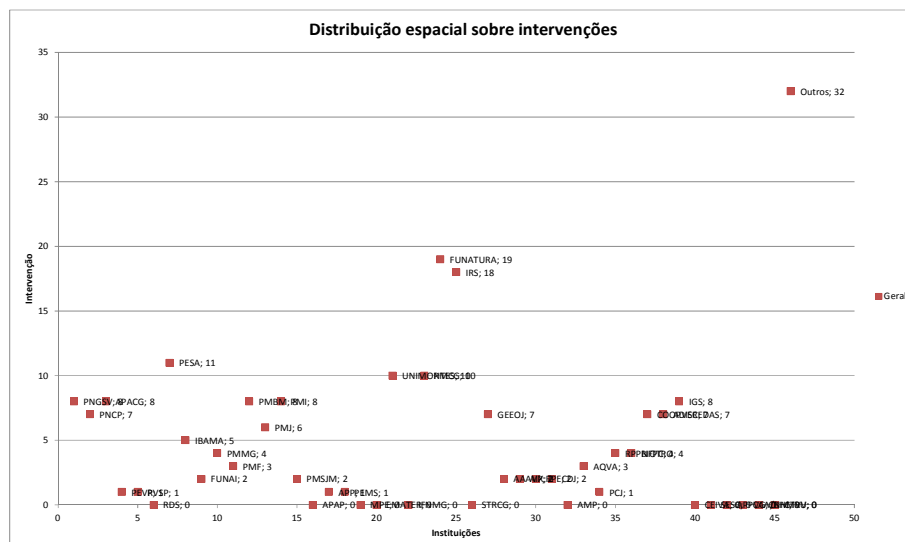


Gráfico 1 Distribuição espacial intervenções

Considerando a distribuição acima, pode-se agrupar os participantes em 3 grandes grupos. Estes seriam: alta manifestação, média manifestação e baixa manifestação. É importante considerar que neste momento não foi feita uma análise do tipo de intervenção feita, suas consequências, entre outros. Foi feita, apenas, a contagem das manifestações. Sendo assim, têm-se cinco instituições com alta manifestação, onze instituições com média manifestação e quinze instituições com baixa intervenção e treze instituições não se manifestaram em nenhum momento.

6.2.4 Que se discute nas reuniões do conselho

A portaria que criou o conselho consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu determinou, também, suas competências de atuação. Nesse sentido, os pontos principais das discussões que ocorreram nas reuniões do conselho do Mosaico correspondem ao Art. 3, que define as competências do conselho. Ao analisar os

fatos registrados nas atas, conclui-se que o conselho cumpre com suas principais atribuições. Como ponto negativo, tem-se o não cumprimento do inciso V do artigo 3º, que diz que compete ao conselho:

V. Compatibilizar planos, programas, projetos e ações de órgãos públicos, entidades não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de garantir a preservação dos atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável da região, conforme dispõe os Planos de Manejo das Unidades abrangidas;

Por conta da carência de Planos de Manejo (inexistência ou desatualizados) e da dinâmica da ação estatal, alguns planos, programas e projetos são apenas apresentados, cabendo ao Mosaico realizar os ajustes para se adequar à demanda. Neste caso, o processo é quase unilateral, no qual a compatibilização recai sobre as UC's do Mosaico. Alguns pontos positivos são evidenciados pela reincidência do tema. Entende-se que os assuntos que retornam, podem indicar que o processo é dinâmico, sendo essa uma característica das democracias deliberativas, pois embora a deliberação vise a uma decisão justificável, não pressupõe que seja efetivamente justificável, no sentido de que uma justificção atual tenha um alcance futuro indefinido. Os incisos II par. 3, o inciso VII e VIII que tratam respectivamente da fiscalização e da fiscalização da aprovação de planos de atividades anuais em conjunto e promover a integração das UC's, são assuntos presentes em quase todas as reuniões.

O Quadro 3 apresenta, de forma sintética, as ações desempenhadas pelo conselho nestes dois anos. A análise foi realizada com o intuito de verificar se as atividades estavam sendo realizadas, sem adentrar, neste momento, no mérito das ações desenvolvidas. As ações que não foram identificadas possuem em sua raiz, a necessidade de ação de agentes externos ao conselho (órgão superiores

dos membros do conselho), não sendo, assim, caracterizada uma inoperância dos conselheiros. No caso das UC's que compõem o mosaico, existe a carência de planos de manejo e do zoneamento ecológico de algumas áreas. Por conseguinte não se tem uma visitação estruturada, o que acaba por levar pouca discussão sobre uso de fronteiras, acesso e outros. Todavia, essa discussão aparece quando se discute o projeto “Estrada-Parque Guimarães Rosa”, mas o projeto ainda está em construção e não se discutiu estes pontos específicos. No que se refere ao monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo, o que se identifica são informes das possíveis realizações, o que não constitui monitoramento.

Em seguida [...] colocou, ainda, que os Planos de Manejo das APAs do Pandeiros e do Cochá e Gibão e do Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros estão com os termos de referência para a sua elaboração já concluídos e que a licitação deverá estar na praça no início de 2012 (Ata 7, p. 5).

Em síntese, o conselho cumpre sua função com exceção aos pontos abaixo:

Competência dos conselheiros	Identificado	Não - identificado
I. Elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;	X	
II. propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:		
a. as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:		
1) os usos na fronteira entre unidades;		X
2) o acesso às unidades;		X
3) a fiscalização;	X	
4) o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;		X
5) a pesquisa científica;	X	

Quadro 3 Competências dos CMVP

(...continua...)

“Quadro 3, continuação”

Competência dos conselheiros	Identificado	Não - identificado
6) a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;	X	
b. a relação com a população residente na área do mosaico.	X	
III. Manifestar-se sobre propostas de solução para sobreposição de unidades;		X
IV. manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.		X
V. Compatibilizar planos, programas, projetos e ações de órgãos públicos, entidades não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de garantir a preservação dos atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável da região, conforme dispõe os Planos de Manejo das Unidades abrangidas;	X	
VI. Acompanhar a elaboração, implementação e revisão dos Planos de Manejo das unidades de conservação;	X	
VII. Aprovar e acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de atividades anual, projetos e ações nele propostos, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo órgão gestor;	X	
VIII. Promover a integração das Unidades de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno, harmonizando e mediando a solução de conflitos, estabelecendo formas de cooperação entre órgãos públicos e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu;	X	

“Quadro 3, conclusão”

Competência dos conselheiros	Identificado	Não - identificado
IX. Manifestar-se sobre questões ambientais e culturais que envolvam a proteção e a conservação do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, ressalvadas as competências institucionais fixadas em lei;	X	
X. Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto no mosaico, propondo, quando couber, medidas mitigadoras e compensatórias;	X	
XI. Convidar os órgãos públicos, pessoas jurídicas e físicas para prestarem informações sobre questões relevantes para o Mosaico Sertão Veredas -Peruaçu;	X	
XII. Solicitar e apoiar a realização de audiências públicas na hipótese de licenciamento ambiental de obras ou atividades que resultem em impacto ambiental na área de abrangência do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu;	X	
XIII. Divulgar ações, projetos e informações sobre o Mosaico Sertão Veredas -Peruaçu, promovendo a transparência da gestão;	X	
XIV. Recomendar a formação, reestruturação, extinção de Câmaras Temáticas para discussão de políticas e propostas de estudos, bem como promover e impulsionar seu funcionamento;	X	
XV. Estimular o processo participativo com o primeiro, segundo e terceiro setores, entre outros;	X	
XVI. Fomentar a captação de recursos, discutindo e propondo estratégias para a melhoria da gestão das Unidades de Conservação abrangidas;	X	
XVII. Zelar pelas normas de uso, propostas no Zoneamento Ambiental das unidades de conservação abrangidas pelo Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu.		X
XVIII. Esforçar-se para compatibilizar e harmonizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com o mosaico de unidades de conservação;	X	
XIX. Promover a capacitação continuada de seus membros;	X	
XX. Recomendar e propor alterações no Regimento Interno;	X	
XXI. Divulgar as reuniões, ações e decisões do Conselho.	X	

Fonte: Análise das Atas

6.3 Dádiva e vínculo no CCMVP

A análise do ciclo da Dádiva buscou evidenciar as categorias propostas por Caillé (2002c), dentro das etapas apresentadas por Mauss (2003) e os três momentos que, para Pichon-Rivière (1998), caracterizam qualquer grupo humano e, por conseguinte, qualquer organização. No caso da Dádiva, essa divisão em Dar-Receber-Retribuir é, como exposto anteriormente, uma separação didática, pois a dádiva é uma amálgama desse processo. Como aponta Godbout (1992, p. 137), “é-se levado a considerar que os três momentos do ciclo – dar, receber, retribuir – se confundem frequentemente: segundo o ponto de vista do *actor*, dar é retribuir, e vice-versa”. A lógica estabelecida para análise partiu do princípio de que a sociedade doa (Dar) à organização o direito de representá-la no conselho consultivo. Esta por sua vez irá escolher um conselheiro para representá-la nas reuniões. É este conselheiro que irá dar a voz de seus representados nas reuniões. O “receber”, por parte da organização, envolve a indicação de um membro para que este represente a coletividade nas reuniões. E por fim, o “retribuir”, que são os resultados das ações deste representante nas reuniões e seus desdobramentos.

No caso das etapas que caracterizam a organização e seus vínculos, a primeira inclui os fenômenos de afiliação e identificação, os quais se transformam em pertença, quando há uma maior integração do indivíduo ao grupo. O segundo momento é a cooperação, que se traduz na contribuição do indivíduo para a tarefa grupal. A pertinência se constitui no terceiro aspecto e consiste em centrar-se no grupo e na tarefa. A identificação, o sentimento de pertença, a integração e a cooperação são componentes dos vínculos organizacionais e estão intimamente relacionados entre si.

6.3.1 Dar

Godbout (2002) defende que a importância do paradigma da dádiva foi ter demonstrado que as motivações humanas não se limitam apenas aos interesses egoístas, mas também aos sentimentos altruístas, com a liberdade de desfazer as alianças, no entanto, com a obrigação de mantê-las para evitar a ruptura do laço social.

A análise do Dar, que seria hipoteticamente o ponto zero do processo ou uma espécie de “posição original” (RAWLS, 1980), visa compreender as razões pelas quais as entidades estão presentes no conselho. Para Carvalho (2008), historicamente, têm sido presenciadas várias naturezas de trocas, que nem sempre se fundam em experiências democráticas, mas hierárquicas e verticalizadas, distantes dos valores de liberdade individual ou da igualdade. Dentre essas, possivelmente, a dádiva-partilha contribui para pensarmos uma relação mais próxima com a democracia, porque permite uma troca horizontal entre indivíduos com poder simétrico, que pode acontecer no espaço da comunidade.

Neste caso este seria o início do processo de circulação da Dádiva, o primeiro passo para dá-lo de si da sociedade para uma entidade e posteriormente para um indivíduo para então, de maneira incerta, provavelmente, retornar à sociedade. Como observado na figura 4 (p.34), esse momento, que aqui se estabelece como o primeiro passo para a construção do círculo da Dádiva, é o momento no qual a sociedade “Dá” a uma organização ou representante, a responsabilidade de representá-la no CCMVP. Para Godbout (2002), deve-se, primeiramente, dar sem garantia de receber de volta uma contraprestação equivalente e a obrigação não se opõe à liberdade, mas ao contrário, determina-a.

As categorias são analisadas dentro deste contexto, na qual a “obrigação” é, também, a possibilidade de recusa da dádiva, ou seja, a organização poderia não participar ou ter que participar incondicionalmente. A liberdade é, então, reflexo desse agir, ou seja, o grau de constrangimento para participar é de tal ordem que a entidade e seu representante não podem abrir mão, mesmo podendo fazê-lo. O interesse por sua vez é o que Bourdier (1996) denomina “princípio da razão suficiente”, na qual os sujeitos agem por alguma razão, mesmo que o comportamento razoável não seja racional. O desinteresse por sua vez, que não é o ato gratuito, mas sim o agir cujas bases são fundadas em interesse não econômico e cujo fim não é um ganho material.

Nesse sentido, como observa Martins (2002), a dádiva enquanto um acordo social pautado na reciprocidade institui, algumas vezes, práticas clientelísticas (dádiva patrimonialista), que tem nas relações personalizadas o seu fundamento. Essa manifestação é identificada pela ação orientada para um retorno específico, como observado por Santos (2002).

Por fim, observa-se neste “Dar” uma tensão permanente da condição híbrida da dádiva, no sentido de que se lida com as duas vertentes do homem: uma dimensão egoísta, consumidora, obsessiva e acumuladora de coisas materiais; e outra vertente moralista, que assegura homens desinteressados e generosos. Essa tensão produz reflexos nas ações dos conselheiros, pois, se por um lado eles se abrem para as possibilidades de criação de vínculos, ao mesmo tempo podem se sentir ameaçados e frustrados com sua doação. Em outras palavras, ao não serem reconhecidos por seus pares, o sujeito deixará de se envolver com as atividades do conselho. Todavia, parte-se do princípio de que essa é mais uma manifestação do caráter paradoxal da dádiva, “porque a solidariedade e a cooperação só se instituem por um primeiro dom, sem garantia de retorno, que fundamenta a liberdade. Aqui há o dom recíproco, onde o

individual e o coletivo se solidarizam, o interesse se confunde com o desinteresse e a obrigação determina a liberdade”(CARVALHO, 2008, p. 156).

6.3.1.1 Obrigação

Expressões chaves:

- a) Part. 2 “Este envolvimento é por estar trabalhando no [...], é essencial a participação do [...]”
- b) Part. 14 “A gente tem que participar”
- c) Part. 11 “alguns estão lá por obrigação”

Ancoragem: Obrigação institucional

Discurso do Sujeito Coletivo

Nós somos convidados a participar do Conselho. Existe um número limitado de cadeiras, mas até hoje não deu problema. Somos 44 conselheiros, mas nas reuniões aparecem pouco mais da metade. No caso dos órgãos públicos, os chefes das UC's são obrigados a participar, mas isso não quer dizer que eles não querem participar ou que querem. Algumas associações também são obrigadas a participar por terem projetos aprovados pelo CCMVP.

A obrigação em participar do conselho deve ser vista de forma relativa. Como observado por Vandenberghe (2004), a obrigação na dádiva é livre, mas ainda assim, coativa. Não pode ser imposta e, no entanto, é obrigatória. A dádiva é livre porque pressupõe a espontaneidade do ego, sendo, entretanto, socialmente coativa. Conforme registrado nas Atas do CCMVP, houve uma chamada pública para as entidades que tivessem interesse em participar deste conselho, manifestassem, por meio de ofício e outros documentos, sua intenção.

A leitura que se pode inferir desse momento é que houve um convite e não uma doação, pois era obrigação do CCMVP abrir a possibilidade de todos participarem. O que é interessante observar é que a resposta a esse convite é que pode ser entendida como uma doação e um interesse na criação¹² de novos laços, visto não ser obrigatória a participação. A recusa a esse convite também pode ser considerado uma recusa à formação de vínculos.

Considerando o interesse na participação, a obrigação, a liberdade e o desinteresse, infere-se que a composição final do conselho será feita, então, por sujeitos que nem sempre possuem liberdade para recusarem o convite, ou seja, possuem uma obrigação legal de serem membros dessas esferas públicas. Essa situação provoca o que foi visto anteriormente em relação à frequência dos conselheiros aos encontros, pois, apesar da obrigação de comporem o conselho, eles utilizam uma face da liberdade para não participarem dos encontros. Para coibir essa situação existe um dispositivo regimental para substituição de membros em caso de 3 ausências consecutivas, mas este não foi utilizado deste a criação do conselho. Apesar de existir na região do Mosaico mais de 100 entidades (IBGE, 2012) que poderiam ter a obrigação de participar, até o momento não houve concorrência para as cadeiras, pois

Com efeito, um olhar mais cerrado revela que a dádiva envolve uma tripla obrigação: a. obrigação de ego em dar livremente; b. obrigação de alter em aceitar a oferta de ego; c. obrigação de alter em retribuir a oferta de ego. Contudo, obrigação de dar, de receber e de retribuir a dádiva não é forçada. Espera-se que dê, mas não se pode forçar qualquer indivíduo a dar, a receber ou a retribuir o dom (VANDENBERGHE, 2004, p. 101).

¹² O termo criação deverá ser interpretado como criação, reforço ou resgate quando não mencionado em contrário.

Em relação as 22 cadeiras das entidades do setor público, 11 pertencem as UC's que compõem o Mosaico e as outras estão distribuídas entre prefeituras e outros órgãos do governo federal e estadual. A crítica feita pelos entrevistados foi quanto à obrigação, no sentido legal do termo. Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos, a obrigação é um vínculo pelo qual alguém deve fazer ou deixar de fazer algo, que pode ser reduzido a um valor de natureza econômica. Constantino (2009) apresenta as definições de Clóvis Beviláqua e de Cunha Gonçalves que nos fornecem, respectivamente, seus conceitos: é a relação transitória de direito, que nos constrange a dar, fazer ou não fazer alguma coisa economicamente apreciável, em proveito de alguém, que por ato nosso ou de alguém conosco juridicamente relacionado, ou em virtude da lei, adquiriu o direito de exigir de nós essa ação ou omissão. Obrigação é o vínculo jurídico pelo qual alguém se sujeita para com outrem a dar, a fazer ou não fazer.

No caso investigado, como observado nas reuniões, algumas prefeituras apresentaram grande ausência às reuniões, principalmente nas reuniões que antecederam as eleições municipais. Por mais que estejam obrigados a participar das reuniões, os sujeitos representantes de alguns órgãos não se sentem impelidos a contribuir com o funcionamento deste órgão. Uma das hipóteses para essa situação é a falta de prestígio político ou reconhecimento do representante da organização, salvo quando a reunião é realizada em sua cidade. Como exposto por um entrevistado, “a sensação que tenho é que alguns senhores querem ocupar posição de destaque nas reuniões e nos grupos, sem se doar, sem ter contribuído antes” (entrevistado 3). Essa falta de reconhecimento e vínculo entre os pares e o sujeito para com o conselho pode levar ao desinteresse na participação. Apesar disso, outras prefeituras são bastante ativas, participam das reuniões, colocam recursos (financeiros e estrutura) para que as reuniões aconteçam em sua cidade, participam dos grupos de trabalho.

Ao relacionar essa ação específica com o agir proposto, percebe-se que há um afastamento da Dádiva, porque a obrigatoriedade presente nesta é uma obrigação moral e não uma obrigação legal. Portanto, os indivíduos que não transcendem da obrigação legal para a obrigação moral acabam por se afastar do conselho, apresentando faltas injustificadas, manifestando pouco ou nada nas reuniões. Por fim, a percepção geral dos entrevistados é que a participação da sua organização no conselho não é obrigatória, mas sua participação contribui para o desenvolvimento das atividades do Mosaico.

6.3.1.2 Liberdade

Expressões chaves:

- a) Part. 1 “Estamos com atividades na região PNGSV e fomos convidados”
- b) Part. 5 “Fomos ‘intimados’ a participar”
- c) Part. 2 “o representante de uma [...] era complicado, queria impor, queria dirigir”

Ancoragem: Recusa à participação

Discurso do Sujeito Coletivo

Temos a liberdade de ir ou não às reuniões. Fomos convidados ou pressionados a ir, mas posso, se quiser, não ir. Alguns estão lá obrigados e por isso não se sentem muito à vontade para se manifestar. Tem outros que não podem dar brecha que falam sem parar, acabam até prejudicando a reunião. É importante que os conselheiros se sintam à vontade para manifestar, sem medo de serem julgados. Também é importante que o próprio conselheiro respeite a opinião do outro.

A liberdade do Dom não é fruto de um cálculo matemático, de ganhos e perdas. Dentro da perspectiva adotada, a entidade é livre para recusar o Dom e aquelas cuja presença é feita com base em um ato racional, no sentido em que calcula esses ganhos, procurando maximizar o seu poder, os seus interesses, torna-se um conselheiro indesejável. Bourdier (1996, p. 1) considera que o caráter “primordial da experiência do dom é, sem dúvida, sua ambiguidade: de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição”. Godbout (2002) considera a melhor definição sociológica de mercado aquela que o define como um vínculo social que visa escapar às obrigações normais inerentes aos vínculos sociais. Em síntese, a liberdade moderna é justamente a ausência de dívida. A análise da liberdade pode ser sintetizada na fala de um dos conselheiros que disse “no começo fui porque fomos intimados a ir. Como nossa atividade é importante na região, somos convidados para vários conselhos [...] hoje vou por prazer, pois a participação neste conselho acabou por facilitar meu trabalho”. (Part.5).

Portanto, quando a organização tem liberdade para não participar, para recusar o Dom, mas ainda assim faz questão de se interar, é porque ocorreu uma transcendência entre a obrigação e a liberdade. Além dessa, pode-se considerar, também, que, no caso investigado, houve a criação de vínculos entre o representante e os demais membros que compõem o mosaico.

6.3.1.3 Interesse

Expressões chaves:

- a) Part.13 “Boas ideias surgem dentro do conselho, a localização da brigada de combate a incêndio, por exemplo...”

- b) Part. 3 “Ajuda de custo é importante, remuneração não, não”
- c) Part. 2 “Não acho que deva ter remuneração, mas tem que ter recursos para fazer o negócio acontecer [...] tem comunidade que o acesso é difícil”

Ancoragem: Remuneração

Discurso do Sujeito Coletivo

Receber para participar das reuniões não dá certo. As pessoas irão estar lá por causa do dinheiro e não para contribuir. É importante que quem participa das reuniões esteja com interesse em contribuir com algo maior, com a comunidade que ele representa, com a sociedade como um todo. Se tiver dinheiro a coisa complica. Mas deve ter ajuda de custo e a pessoa não pode pagar para ir. Senão desestimula também. Pagar para trabalhar não dá.

Uma das principais críticas ao paradigma adotado neste trabalho diz respeito à racionalidade instrumental-econômica. O discurso dominante busca justificar a ação e a mobilização de esforços com base no interesse econômico, nos fins específicos e resultantes da ação calculada. Os conselheiros foram unânimes em afirmar que a remuneração pela participação iria desvirtuar a função do conselho. A percepção é de que esta, neste caso, seria prejudicial para as relações que lá se estabelecem, pois haveria a mercantilização das relações. Giddens (1991), ao analisar o papel do dinheiro como mecanismo de desencaxe, cita Marx que “falava do dinheiro como ‘a prostituta universal’, um meio de troca de qualquer coisa por qualquer coisa, a despeito dos bens envolvidos partilharem quaisquer qualidades substantivas em comum” (GIDDENS, 1991, p. 30). A luz do paradigma adotado tem-se que o dinheiro, ou melhor, a mercantilização das relações, anula o Dom, pois seria um equivalente simbólico que neutraliza a relação desigual que se estabelece na Dívida. Como visto, a

Dádiva é um processo circular cujo um membro sempre está em posição inferior ao outro e só irá ser superior ao retribuir com algo de valor simbólico maior que o recebido. Neste caso, tendo sido remunerado pela participação, isso não aconteceria.

Para além da remuneração direta, têm-se a possibilidade de uma remuneração indireta, pois, a percepção que se teve durante as reuniões e a análise da entrevista, é que existe, também, um interesse econômico em estar presente no conselho, pois “estar presente no conselho abre portas” (Entrevistado 01). Outro entrevistado deixa claro que, como o projeto passou pelo conselho, foi o conselho que permitiu ter acesso aos recursos, por isso vale a pena participar. Por fim, extrai-se das leituras do material bibliográfico e do acompanhamento das reuniões, que existe a valorização do cerrado, apesar da Amazônia ser o foco na questão ambiental, o que acaba por facilitar o acesso a recursos nacionais e internacionais. Dessa forma, concordando com Godbout (1992), seria ingenuidade dos pesquisadores concluir que não existe interesse econômico na ação dos sujeitos presentes as reuniões. Outrossim, pode-se afirmar com segurança que os interesses coletivos e a doação dos pares para a coletividade superam os eventuais interesses individuais, contribuindo para o agir dadivoso.

6.3.1.4 Desinteresse

Expressões chaves:

- a) Part. 13 “No momento em que tinha menor equipe, o conselho mais me ajudou”
- b) Part. 5 “Todo início é difícil, as pessoas estão em níveis diferentes.”

- c) Part. 14 “Fulano não é um é um deles, ajuda, se envolve, mas se fosse da tribo seria melhor”
- d) Part. 6 “vínculo”

Ancoragem: Aprendizagem

Discurso do Sujeito Coletivo

O conselho tem, efetivamente, 3 anos de atividade. Somos um conselho jovem, em uma região com poucos recursos. Como temos vários tipos de pessoas no grupo, é importante ter paciência, ir aprendendo, vendo quando posso falar, onde posso contribuir. Os conselheiros ajudam muito uns aos outros. Veja o caso das brigadas de combate a incêndio. O pessoal do Parque tem torre de observação e acaba ajudando as outras unidades. Os índios também não estão formalmente no conselho, mas estão participando, tentando ver como podem ajudar a fortalecer a região. Outro aspecto interessante é a amizade que surge entre os conselheiros e entidades. Temos vários projetos e parcerias que nascem dentro das reuniões do conselho. As vezes, do ponto de vista pessoal, não concordo com o caminho que está sendo escolhido, mas como foi o grupo que escolheu, devo aceitar.

O desinteresse dentro desta primeira etapa da dádiva foi evidenciado por meio do entendimento que os participantes tinham em relação ao reconhecimento das capacidades e limitações dos pares. Como relatado pelos entrevistados, a participação voluntária neste conselho gera novos vínculos e fortalece alguns já existentes, além de resgatar eventuais laços que foram rompidos. Como relatou o entrevistado 3, “antes eu conhecia, sabia quem era “*fulano*”, hoje, vou à casa dele, tomo café e se precisar posso até dormir.”. Acredita-se que os entrevistados enxerguem em seus pares, pessoas de boa intenção e independente de ser da parte de gestão, fiscalização, educação, podem contribuir para melhorar a sua comunidade. Como exposto anteriormente, com o

desinteresse espontâneo se fazem amigos, casamentos, etc., mas não a economia de mercado ou o Estado.

Os assuntos que são debatidos em plenária são bem abrangentes. Discute-se sobre combate a incêndio, caça, uso público, plantação, entre outros. A produção de consenso entre os pares é um dos objetivos do conselho, pois como lembra Rochlitz (2005, p. 98)

são válidas as normas com as quais todas as pessoas envolvidas, como participantes racionais e mutuamente desinteressadas do processo político de escolha de princípios de justiça, concordariam, após discussão, se estivessem em condições de não acesso a informações específicas dizendo-lhes particularmente respeito, isto é, por trás de um “véu de ignorância”, mas em condições elas mesmas justas e que incluíssem a liberdade e igualdade.

Dessa forma, o desinteresse dos conselheiros acaba por auxiliar na produção desses consensos e tendo como consequência, a manutenção das atividades do conselho.

6.3.1.5 DSC - Dar

Como observado nas reuniões e extraído das entrevistas, essa primeira fase da circulação da dádiva parte de uma mobilização promovida por uma ONG, que já atua há muitos anos na região, e se desdobra em convites formais e informações para que as coletividades interessadas participem dessa esfera pública.

Com isso, alguns participantes entenderam que foram convidados por serem uma organização importante na região e outras ao tomarem conhecimento da importância do CCMVP resolveram participar. Neste caso, houve a percepção da obrigação, sob o ponto de vista legal, coercitivo para a participação

e houve, também, a percepção dos sujeitos da obrigação moral, do reconhecimento de sua importância na região e as possibilidades que sua atuação no conselho poderia resultar. Ao aceitar o convite para participar da associação, independente das razões objetivas desse ato, o sujeito se permite vivenciar novos vínculos e novos laços. No caso dos membros investigados percebe-se, pela natureza das organizações, que já havia um contato prévio, certo reconhecimento e até mesmo projetos em conjuntos. Neste caso a participação no conselho gerou novas amizades, reforçou antigos laços e possibilitou um novo espaço de sociabilidade, permitindo uma maior interação entre as associações.

Outro ponto relevante é o interesse na doação. Como visto nos capítulos anteriores, a circulação da dívida se difere das trocas comerciais pela ausência de equivalência entre as prestações, deixando sempre uma das partes em situação de “dívida” e pelo interesse não instrumental-econômico no agir. Em relação ao grupo de entrevistados, percebe-se que quase a totalidade não busca nas ações junto ao conselho um ganho financeiro direto e que as ações tendem a valorizar uma preocupação com a coletividade. Nesse caminho, os vínculos, as relações que se verificaram junto aos 14 entrevistados reforçam a noção de que, naquele espaço associativo, as ações instrumentais não são bem vistas. Esclarecendo, os membros do conselho cuja ações tendem para as ações instrumentais não estavam presentes em momentos de descontração pós-reunião. Esse é um dado relevante, pois evidencia que alguns sujeitos não querem compromissos para além da obrigação da reunião, ou seja, a liberdade presente na dívida, que permite recusar essa participação, permite, também, evidenciar que alguns membros possuem interesse instrumental-econômico ao participar do conselho. No caso do CCMVP isso ficou evidenciado nos jantares e encontros pós - reunião, no qual um pequeno grupo se reunia e discutia assuntos que iam além das atividades do conselho.

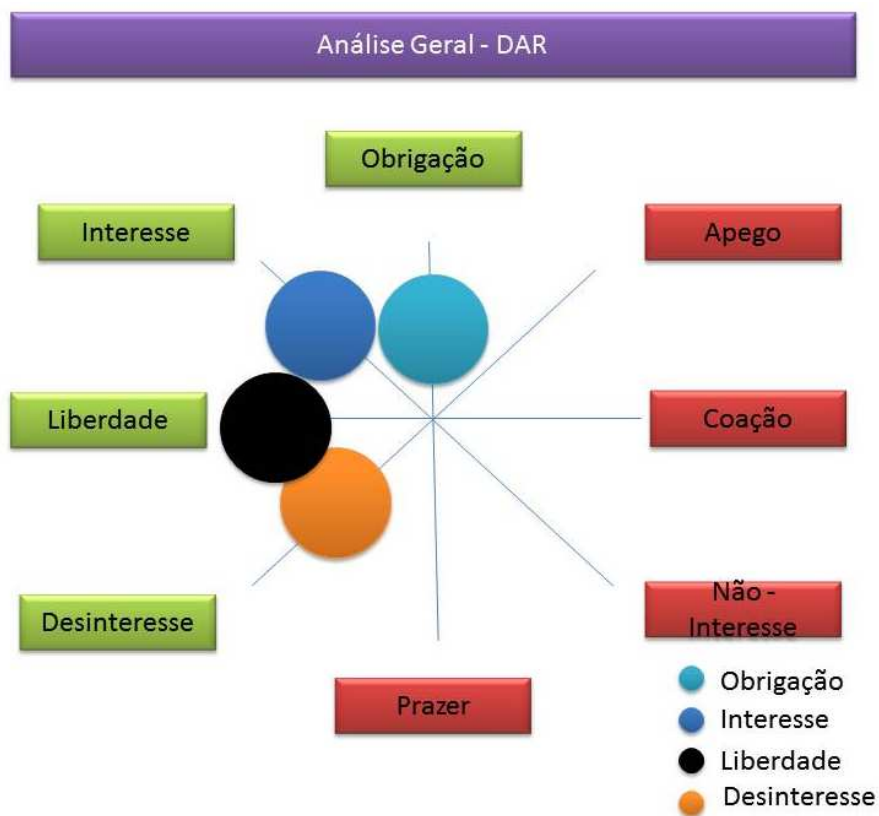


Figura 10 Análise geral DAR

É bom participar dessas coisas, a gente conhece outras pessoas, outros pontos de vista. Ficamos sabendo de coisas novas. O conselho possui uma estrutura fixa, regida por um decreto federal que disciplina seu funcionamento básico. A rotatividade de membros é uma coisa boa e pelo regimento deve ser feita a cada dois anos. Muitas organizações são obrigadas a estarem no conselho, mas apesar disso alguns participam pouco das reuniões. Então aquelas que estão indo, estão fazendo porque gostam, porque querem contribuir e não por um interesse econômico direto. Se formos ver, das 44 entidades que compõem o conselho, três possuem interesse econômico direto na atuação do conselho. Mas apesar disso, estão lá para ajudar, contribuir. Participar também é bom para criar novas amizades, conhecer problemas e buscar soluções conjuntas. Às vezes, um

problema que acontece na minha unidade ou organização acontece na do vizinho ou em outro conselho que participo. Assim, muitas cabeças pensando ajuda a encontrar a solução. Outra coisa importante são as amizades que surgem no conselho. Hoje conheço mais gente e mais gente me conhece, isso facilita o trabalho de todo mundo. Dá trabalho, mas é bom.

Considerando as etapas propostas por para Pichon-Rivière (1998), a primeira etapa de afiliação e identificação é o momento no qual os indivíduos se transformam em pertença, havendo uma maior integração entre os pares. Esse momento é notado no conselho por meio das falas dos conselheiros nas quais reconhecem nas atividades do conselho um sentido, o qual seja, uma possibilidade de conhecer novas pessoas, expor suas ideias e buscar soluções conjuntas. Como exposto anteriormente, entende-se que a dádiva não é uma ação baseada na obrigação da reciprocidade, mas na interação entre os sujeitos. A palavra interação pressupõe a ação que se exerce com duas ou mais pessoas, nos remetendo, portanto, a uma ação recíproca. A ação de interagir é uma ação social, na medida em que envolve mais de um sujeito, em que a ação de cada um é dirigida para o outro ou decorrente da ação deste. Neste sentido, pode-se dizer que as ações são reciprocamente orientadas e dependentes entre si. A reciprocidade nas interações possibilita a partilha de significados, de conhecimentos e de valores, configurando-se, assim, no contexto social e cultural dos diferentes grupos (BASTOS, 2009). Essas ações serão, então, reforçadas na medida em que cada um dos conselheiros reconhece, mesmo sem reconhecer, que estão fazendo uma doação para a sociedade e que sua atuação é importante para o fortalecimento do grupo e grupo que ele representa.

6.3.2 Receber

O receber, dentro do paradigma proposto, não é uma atitude passiva. O ato de aceitar a Dádiva é tão ou mais complexo do que o primeiro ato, o de dar. Para receber e aceitá-la, o sujeito, por meio de sua reflexividade, questiona o discurso do sujeito por meio da validade de pretensão analisando a correção, a veracidade e a inteligibilidade (HABERMAS, 2012) do falante, para então decidir se aceita ou recusa o Dom. Cumprido os requisitos idiossincráticos, ao aceitar o Dom entra-se, assim, na circularidade proposta. Como notado por Bauman e May (2010, p. 127) para alguns,

o débito é visitante ocasional, para o qual é possível buscar remédio sem alterar excessivamente os aspectos morais e simbólicos produtores das rotinas e das exceções que dão forma a nossos estilos de vida. Para outros, é elemento rotineiro da vida e requer atenção diárias a fim de se cumprirem obrigações com filhos, familiares e amigos. Não se trata de visitante, mas morador permanente que demanda atenção contínua e trabalho na busca de compensar seus piores efeitos.

Como exposto, no que aqui se buscou denominar Agir Dádivo, a obrigação é relativa, pois, a luz do paradigma da dádiva, a liberdade é essencial a este fenômeno. Todavia, “estar em debito”, receber a dádiva, tem como consequência a formação de algum tipo de vínculo. Esse, longe de ser meramente um processo material ou ligado a questões econômicas, é repleto de atos simbólicos e podem reconfigurar as sociabilidades intra e extragrupos. Dessa forma, o sujeito é, muitas vezes, obrigado, mas deve manifestar certo interesse para que a Dádiva circule. Se considerada apenas sob a ótica da obrigação formal, não existe dádiva, mas cumprimento de normas. A liberdade do sujeito se manifesta nessa mesma direção, na qual o sujeito “obrigado” sente-se liberto para manifestar suas ideias, não participar das reuniões, interagir com

os outros membros fora dos locais das reuniões. O interesse por sua vez está associado, juntamente com a obrigação, à doação do conselheiro para o grupo. Em outras palavras, seu interesse não financeiro no desenvolvimento pleno de suas capacidades. O desinteresse vai ao encontro do desapego, à abertura a novas ideias.

Como apontado no marco teórico, aceitar uma dádiva é etapa fundamental para a formação do laço ou do vínculo social. Para Pichon-Rivière (1998), esse poderá ser o segundo momento de formação, que levaria à cooperação, sendo traduzida na contribuição do indivíduo para a tarefa grupal.

6.3.2.1 Obrigação

Expressões chaves:

- a) Part. 4 “A gente tem a obrigação de apresentar relatório”
- b) Part. 1 “É importante a sequência do trabalho”
- c) Part. 16 “Faz parte do trabalho”
- d) Part. RPPN “é tanta reunião que, às vezes, nem dá para acompanhar”

Ancoragem: Rotinização da prática

Discurso do Sujeito Coletivo

Ser o representante de uma comunidade ou de uma organização no conselho é muita responsabilidade. Tenho o compromisso de estar presente, de me interar. É claro que nem sempre dá para acompanhar tudo. Mas busco sempre saber o que está acontecendo, me preparar. Faz parte do meu trabalho estar presente e participar das reuniões. A internet, para aqueles que têm acesso, é uma boa forma de comunicação, agiliza. Às vezes também cansa o fórum. Tem

uma coisa interessante que é a pauta da reunião. De acordo com a pauta me sinto mais ou menos obrigado a participar. Inclusive determinados assuntos gosto de falar, questionar, outros não. Temos que trabalhar para manter essa conquista.

A análise da atuação do conselheiro, no caso, a obrigação individual dele para com grupo é parte da compreensão do que se poderá chamar de Agir Dádivoso. A obrigação no “Dar”, visto anteriormente, discutiu a entidade. Neste caso, o foco recai sobre o agir individual, próprio do conselheiro. Há que se lembrar de que a dádiva é um fato social total de uma coletividade, mas expressada por um indivíduo. Como manifestado pela totalidade dos entrevistados, não existe obrigação, no sentido popular do termo.

O vocábulo obrigação, deriva do Latim *Obligatio, Obligationis*, que significa ato de obrigar; o fato de estar obrigado a; dever; preceito; lei. Vínculo jurídico em que uma pessoa está obrigada a dar, a fazer ou não fazer alguma coisa, em proveito de outra (LAROUSSE..., 2004). Essa definição jurídica pouco contribui para compreensão da obrigação do conselheiro, pois o vínculo jurídico inexistente. Qual a penalidade o conselheiro ausente sofrerá por não contribuir para o funcionamento do conselho? As sanções são de ordem moral e social, portanto, a obrigação aqui captada transcende esse entendimento.

Para os entrevistados, associa-se a participação muito mais ao prazer, do que à obrigação de participar. Esse entendimento ou percepção vai parcialmente ao encontro de Derrida (1976 apud OLSON, 2002), para quem a noção de Dom, necessariamente, implica no não reconhecimento de nenhuma obrigação para com o outro. Para Derrida, no momento em que se percebe a Dádiva ela deixa de existir, por isso seria um ato impossível. E é justamente isso que acontece com os conselheiros, para eles a percepção é que essa doação não é uma doação, não é uma obrigação, possibilitando a circulação da Dádiva. Corroborando com esse entendimento uma pesquisa sobre o comportamento humano sob condições extremas – guerra e ocupação estrangeira – mostrou que os mais altruístas entre

os que praticaram atos de ajuda tiveram dificuldade em compreender suas ações como heroísmo singular, tendendo a minimizar a coragem exigida por tal conduta e a virtude moral que ela demonstra (BAUMAN; MAY, 2010).

No que se refere ao vínculo social oriundo do Receber uma dádiva, pode-se observar três tipos. O primeiro é aquele cujo vínculo não transcende a sociabilidade secundária, no qual o sujeito, dado ao papel que sua organização possui, é compelido a aceitar o vínculo. Pode-se ilustrar essa situação na composição de Titular e suplente que será vista no Desinteresse. Por questões de distribuição do quadro de entidades interessadas, pode ser que uma entidade que esteja alinhada com determinado pensamento tenha como suplente uma entidade cuja orientação seja outra. Isso aconteceu em outro conselho que foi acompanhado, durante a pesquisa, mas não no CCMVP. Temos, também, o vínculo formado por afinidade de entidade e localização geográfica. Essa situação foi notada na composição de alguns grupos de trabalho (ex. o trabalho sobre bosque-modelo) no qual a composição acabou por privilegiar entidades que possuíam um quadro de profissionais mais capacitados do ponto de vista de formação acadêmica.

6.3.2.2 Liberdade

Expressões chaves:

- a) Part. 13 “A contribuição dos conselheiros é interessante. Apresenta soluções que sozinhos não víamos”
- b) Part. 1 “Minha manifestação é pontual, somente onde posso contribuir”

- c) Part. 4 “Tudo que você fala, você esta sujeito a alguém concordar ou discordar [...] tenho liberdade, o que às vezes falta é tempo para discussão”
- d) Part. 3 “Pode ter um filtro no repasse das informações [...] não tem jeito, é relacionamento humano”

Ancoragem: Manifestação

Discurso do Sujeito Coletivo

Expor as ideias na frente de todo mundo não é fácil. Às vezes dá medo. Deve ser por isso que alguns falam pouco. Mas tem outros que falam. A liberdade para falar, discordar existe, mas tem que saber ouvir, entender o outro. Tem coisa que muitos não concordam, mas a lei permite, então, fica difícil proibir. Veja o caso das plantações de Eucalipto. Sempre dá discussão, sempre falam que precisam de mais estudo, que precisa diminuir, etc. Mas o que vemos são as plantações crescerem. Por isso o conselho é importante. Nele temos a possibilidade de discutir, ouvir outras partes, aprender.

A liberdade no Dom possui múltiplas faces. Ela se manifesta no falar, no ouvir, no aceitar, no discordar, no propor, em calar, enfim, a liberdade é uma característica importante e presente neste conselho. Para Freitas (2005), apesar da falta de consenso existente entre os teóricos liberais sobre a interpretação da noção de liberdade individual, todos compartilhavam com a existência de uma teoria coerente de liberdade, a partir da qual é possível maximizar um conjunto igual de liberdades harmoniosamente coexistentes para todos os membros da sociedade. Jafro (2006) exemplifica que, quando a comunidade é livre, no sentido da liberdade política, quer dizer, a participação direta dos cidadãos no governo, a arte da palavra ganha uma importância considerável, bem como as artes mais complexas que examinam a palavra. O uso da palavra é tão presente e

importante que um dos conselhos da região deixou de funcionar, de acordo com alguns entrevistados, depois do comportamento agressivo de um dos conselheiros, desestimulando a participação dos outros.

Martins (2008b), ao utilizar a teoria da rede social para compreensão deste fenômeno, revela um ponto de reflexão interessante para sua compreensão: ao admitir-se que as relações sociais se edificam a partir de uma experiência que tanto escapa ao imperialismo da obrigação coletiva, vista anteriormente, como ao relativismo da liberdade individual, então se está admitindo que obrigação e liberdade são elementos de um paradoxo. Ou seja, não se trata de colocar um dilema – ou isso ou aquilo: obrigação ou liberdade, interesse ou desinteresse –, mas de admitir que tais opostos não são contraditórios, sendo apenas expressões polares da realidade social complexa. Ora, esse entendimento de complementariedade é que levou a não polarizar os campos nas entrevistas, mas, sim, buscar compreender sua manifestação em cada um dos momentos da Dádiva. Diante disso, afirma-se que essa complexa relação entre liberdade e obrigação produz momentos de tensão, que são refletidos nas falas e posições dos conselheiros, como nas discussões sobre ampliação do parque, regularização fundiária e a plantação de eucalipto. Nota-se que essa liberdade e suas formas de apropriação possuem um significativo papel na criação, fortalecimento e quebra do vínculo. Como mencionado é a fala, é a palavra como elemento circulante que proporciona esses laços.

Por fim, como expressa Rosa (2001), o julgamento é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado. Dessa forma, sem desconsiderar as questões históricas envolvidas no processo de ocupação e desenvolvimento da região do Mosaico, os conselheiros afirmaram aprender a cada dia, respeitando as diferenças, mesmo que não concordando com tudo e sendo, às vezes, questionado por sua posição, mas é essa liberdade do agir que permite a construção dos laços sociais e fortalecimento da democracia deliberativa.

6.3.2.3 Interesse

Expressões chaves:

- a) Part. 5 “A capacitação foi muito boa. Tem um ganho”
- b) Part. 4 “Ajuda no reconhecimento do plano, do território. Participaria mesmo se não tivesse projeto aprovado”
- c) Part. 3 “Tenho interesse”
- d) Part. RPPN “já vi *beltrano* tirar dinheiro do bolso para fazer o negócio acontecer”

Ancoragem: Vontade para com o conselho

Discurso do Sujeito Coletivo

Participar do conselho é bom. A gente sempre aprende alguma coisa. Gosto de estar lá, discutir, aprender, conhecer pessoas. O conselho do Mosaico ajuda a abrir portas e por isso vale a pena participar. Todos têm interesse, mas o coletivo parece ser o mais importante. Apesar de não participar de outros conselhos e ou me envolver com as Unidades de Conservação antes da criação do Mosaico, hoje vejo que é importante a nossa participação. Tenho prazer em participar e interesse em saber como as coisas vão acontecer, o que vai acontecer. Eu gosto de contribuir, de manifestar, ver que os colegas prestaram atenção.

O interesse é visto como a propulsora da sociedade. No receber, buscou-se compreender a ação do indivíduo no conselho, ou seja, como ele, enquanto representante da comunidade, vê a sua participação ou ainda a sua doação. Afinal para a formação dos vínculos, o receber, também, pode ser entendido como uma doação. Como informado pelos entrevistados, o interesse para que o Mosaico funcione, para que a região se desenvolva é um dos motivadores para

participar das reuniões. Por causa disso, como exposto no paradigma, a realização do Dom envolve sacrifícios. Neste caso, os conselheiros abrem mão de seu tempo, pois as reuniões duram 2 dias. Os conselheiros relataram, também, que leem, quando possível, a ata enviada e discutem com os pares se existe alguma demanda para o conselho. Alguns têm custo com deslocamento, pois o carro é do conselheiro ou da associação que ele representa e esse custo não é compensado pela FUNATURA. Como evidenciado por Tosel (2006, p. 518), “é por isso que nada se realiza sem interesse”, ou seja, sem o interesse (e neste caso sem o viés econômico) as atividades do conselho estariam comprometidas, como demonstram outros estudos (BRANDÃO, 2008; DEMANTOVA, 2003).

Outra característica observada, em relação ao interesse, é a associação deste com a construção coletiva de um espaço público. Aceitando-se o fato de que essa esfera pública não corresponde exatamente ao modelo proposto por Habermas, os dados obtidos, durante as entrevistas e as observações, permitem afirmar que os conselheiros buscam construir uma esfera pública ampliada. Em uma reunião, a conselheira IRS manifestou-se em relação ao reconhecimento e pertencimento do conselho para com o território. Em suas palavras “nós não somos eles”, “nós temos o interesse para que a região se desenvolva, mas nós não somos eles”. Essa fala, não registrada em ata, em função do modelo adotado, revela a preocupação da conselheira em equalizar os interesses dos conselheiros, do conselho e das comunidades que sofrerão os impactos de algumas decisões do conselho. O interesse dos conselheiros deve ser reflexo dos interesses das comunidades/ organização que ele representa, para que o ciclo da Dádiva possa ser completado.

Essa diferenciação entre nós e eles produz tensões como a observada ao longo dos encontros, nos quais houve uma situação em que o ingresso de um novo membro no conselho gerou grande debate. Houve questionamentos sobre os interesses (do ponto de vista instrumental) e os motivos que levaram a ONG

pleitear uma vaga no conselho. Bauman e May (2010, p. 57) notam que essa resistência é natural na interação entre sujeitos e grupos, pois “o preconceito – assim como a recusa em admitir quaisquer virtudes nos inimigos e a tendência a ampliar seus vícios reais e imaginários – impede que alguém aceite a possibilidade de serem honestas as intenções alheias”. Bourdier (1996) e Elias (1994), também teorizaram sobre a dificuldade de grupos constituídos em recepcionar novos membros e ideias em sua área de influência. Para Elias (1994), um influxo de outsiders (terminologia desenvolvida por ele para caracterizar aquele que não pertence ao grupo), estranhos a um meio, inevitavelmente configura desafio para os modos de vida da população estabelecida, não importa qual seja a diferença objetiva entre os recém-chegados e os antigos habitantes.

No caso específico, houve um pré-julgamento das intenções da ONG em atuar na região e, principalmente, no conselho, pois eles são financiados por empresas cuja atuação não estão alinhados com o pensamento de alguns dos membros do conselho. Todavia, por meio do debate, aconteceu um entendimento entre as partes e a organização foi aceita no CCMVP. Pode-se inferir que alguns dos membros não queriam criar vínculos com essa ONG, visto que o aceite deles no CCMVP representaria ou materializaria esse vínculo, mesmo que indireto.

Por fim, a participação exige preparo, como participar de capacitações, leitura da ata antes da reunião, consultar seus representados, repassar informação, entre outras. Em nosso entendimento, essas ações só são possíveis com o interesse dos conselheiros.

6.3.2.4 Desinteresse

Expressões chaves:

- a) Part. 3 “Se não for o representante tudo bem”
- b) Part. 1 “É mais uma posição de líder neste sentido”
- c) Part. 15 “Ser suplente ou titular não importa”

Ancoragem: Titular - suplente

Ser o titular ou o suplente não importa. O importante é saber que as atividades continuam e que quando eu não puder ir o outro irá. Ou vamos os dois!

O desinteresse nas etapas da Dádiva é a categoria de maior complexidade para apreensão. Seja, como exposto por Bourdier (1996), a própria dificuldade que se tem para explicar o desinteresse, seja pelas armadilhas que o conceito enseja. Se não existe sopa grátis, o mesmo não deve ser pensando em relação ao desinteresse, em outras palavras, não se deve associar o desinteresse à gratuidade e ingenuidade do Dom. Pelo contrário, como defendido ao longo do corpo desta pesquisa, deve-se desconsiderar o interesse presente nas ações, assim como não negligenciar o desinteresse. Como também já exposto, esse processo de aprendizagem, que se aproxima do ideal de comunidade prática, os sujeitos aprendem a agir conforme o melhor para o grupo. Para Bourdier (1996), concretamente, isso significa que o dom como ato generoso só é possível para agentes sociais que adquiriram, em universos onde são esperadas, reconhecidas e recompensadas, disposições generosas adaptadas às estruturas objetivas de uma economia capaz de garantir-lhes recompensa e reconhecimento, isto é, se cabe uma expressão na aparência tão redutora, um mercado. Essa economia dos bens simbólicos se apresenta, como toda economia, sob a forma de um sistema de probabilidades objetivas de lucro (positivo ou negativo) ou, para falar como Marcel Mauss, de um conjunto de “expectativas coletivas” com as quais se pode e se deve contar.

É interessante observar que os conselheiros sabem quem têm apego ao cargo, que buscam a manutenção dos status dentro deste e de outros conselhos. Durante uma reunião, um conselheiro manifestou essa preocupação, comemorando o fato de, após 12 anos, ele e um grupo terem conseguido a renovação da presidência de outro conselho da região.

Como adverte Bourdier (1996), quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de contradom ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade, também, esperam que assim seja.

Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do *habitus* que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico.

6.3.2.5 DSC - Receber

Como está sendo demonstrado, nas relações criadas pela dádiva, os bens, os atos e objetos trocados só ganham relevância na medida em que criam, entre os participantes, um vínculo. Nascimento e Costa (2013) falam em uma dívida social de um partícipe para com o outro, e de cada um para com a sociedade como um todo. Dessa forma, o paradigma defendido transforma a obrigação da dádiva no ato criador do vínculo social, sendo este, para aqueles que aceitam essa perspectiva, o cimento de toda e qualquer sociedade.

Para a criação do vínculo, como exposto nas categorias anteriores, o receber implica em aceitar o débito para com o outro. E aceitar essa missão

obriga, algumas vezes, a eventuais interferências na sua prática cotidiana. Como exemplo, tem-se a rotinização das práticas, na qual os próprios conselheiros fomentam um fórum virtual de discussão sobre o mosaico. Esse espaço privilegiado permite uma interação constante entre os membros do mosaico, permitindo a continuidade e acompanhamento dos trabalhos entre as reuniões, mesmo que isso seja uma atividade extra, não remunerada. Por isso, Caillé (1998, p. 21) explica, “a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o que alimenta”. A dádiva é o sistema que propicia o vínculo pela comunicação, atua para romper o isolamento e para que as pessoas sintam sua própria identidade. Por isso é perceptível o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão.

Essa percepção é notada no gráfico abaixo, no qual os entrevistados identificaram na atividade de participar do conselho algo muito além da obrigação, mas uma atividade que dá prazer de participar. Acredita-se que o sentimento de filiação, cidadania, que são elementos fundantes dos laços sociais, seja a principal recompensa em se doar para o conselho.

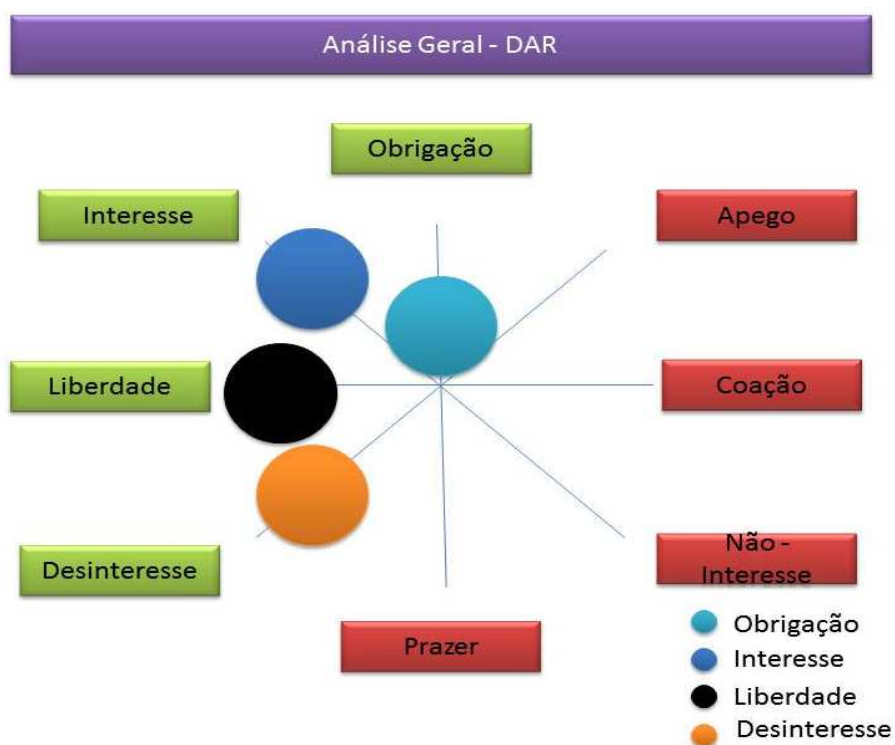


Figura 11 Análise geral Receber

Ser o representante de uma comunidade ou de uma organização no conselho é muita responsabilidade. Devemos expor nossas ideias na frente de todo mundo e isso não é fácil. Às vezes dá medo. Deve ser por isso que alguns falam pouco. Eu gosto de contribuir, de manifestar, ver que os colegas prestaram atenção isso me dá satisfação e prazer. Agindo assim, acredito que minha participação é importante para o grupo.

6.3.3 Retribuir

Concordando com os autores que entendem no retribuir como um dos fundamentos do Dom (CONSTANTINO, 2009; GODBOUT, 1992), entende-se que esta, ao constituir o fechamento do círculo, possui papel chave no processo.

Como aponta Godbout (1992), a retribuição é muitas vezes maior do que o próprio Dom. Todavia, a retribuição não é aquele tipo de mercantil, no qual se pode utilizar uma medida padrão para comparação. Como medir gratidão? Como mensurar reconhecimento? As escalas são incomensuráveis.

Para Derrida (1976 apud OLSON, 2002), a diferença entre o Dom e todas as outras de trocas é que no primeiro, o tempo é essencial. A dádiva consome o tempo em diversas formas, havendo intervalos, não calculados entre o Dar, o Receber e o Retribuir. . Essa incerteza do ato é, juntamente com algumas outras características, o que torna a Dádiva diferente de uma mera troca. À essa questão temporal, soma-se a questão do valor do bem a ser retribuído. Neste caso um valor moral, que não é medido pelo preço de mercado, mas, sim, pela perda subjetiva do doador. Como observado na obrigação de “Dar”, o retribuir que, na essência, é um novo “Dar”.

Bourdier (1996) aponta que, assim como o sentido da honra, essa disposição se adquire pela educação expressa, ou pela participação precoce e prolongada em universos onde ela é a lei indiscutível das práticas. Para quem é dotado de disposições ajustadas à lógica da economia dos bens simbólicos, o comportamento generoso não é o resultado de uma escolha ditada pela liberdade, de uma decisão livre efetuada após uma deliberação que contém a possibilidade de agir de outra forma.

No que se refere às etapas de Pichon-Rivière (1998), esse seria um terceiro aspecto e consiste em centrar-se no grupo e na tarefa e, neste caso, seria o retorno para o grupo que representa e a sociedade como um todo.

6.3.3.1 Obrigação

Expressões chaves:

- a) Part. 4 “A gente tem a obrigação de apresentar relatório”
- b) Part. 5 “É interessante que quando vou às comunidades, pergunto se sabem do conselho, e vários falam que sim, que estão sabendo o que está acontecendo”
- c) Part. 16 “Tem um repasse interno, mas ele é o mais indicado para falar disso.”
- d) Part. 9 “fazemos uma reunião semanal para tratar de vários assuntos e nessa informo sobre a reunião do conselho”

Ancoragem: Repasse das informações

Ser o representante de uma comunidade ou de uma organização no conselho é muita responsabilidade. Tenho o compromisso de estar presente, de me interar. É claro que nem sempre dá para acompanhar tudo. Mas busco sempre saber o que esta acontecendo, me preparar. Faz parte do meu trabalho estar presente e participar das reuniões. A internet, para aqueles que têm acesso, é uma boa forma de comunicação, agiliza. As vezes também cansa o fórum. Tem uma coisa interessante que é a pauta da reunião. De acordo com a pauta me sinto mais ou menos obrigado a participar. Inclusive determinados assuntos gosto de falar, questionar, outros não. Temos que trabalhar para manter essa conquista.

O dom arcaico opera sobre a base da obrigação social, realidade que a modernidade não cessa de lembrar e da qual ela quer nos libertar. A obrigação do retribuir, neste caso, vai de encontro a essa ideia, pois ao retribuir, o que se está fazendo efetivamente é reforçar os laços. A retribuição, dentro deste trabalho apresenta uma dupla função. Em primeiro lugar, tem-se a retribuição tanto para a comunidade quanto para as organizações, das discussões realizadas durante as reuniões do conselho. Este foi um ponto mencionado por todos os entrevistados. As formas dessa retribuição são diversas, podendo ser reuniões formais, programas de rádio, avisos, entre outras formas. A segunda forma de

retribuição são as consequências dos consensos obtidos durante as reuniões. Essa característica foi, também, percebida de maneira heterogênea por parte dos entrevistados. O (entrevistado 4.1) comentou da satisfação em chegar a uma comunidade e poder *deixar (comprar dos produtores)*, quase um salário com a compra de frutos do cerrado. Para ele, esse é um retorno do projeto que eles desenvolvem com apoio do Mosaico. Outro comentário foi em relação à facilitação de trabalhos de combate a incêndio e caça.

Como relatado pelos entrevistados, existe a obrigação de repassar as informações e isto de fato acontece. Contudo, não existe uma forma sistematizada para essa retribuição. Essa característica não inviabiliza o círculo da Dádiva, mas havendo rotatividade de membros nas associações (como deve acontecer), essa não formalização prejudica o desenvolvimento das atividades do conselho.

6.3.3.2 Liberdade

Expressões chaves:

- a) Part. 00 “As demandas do conselho extrapolam as atribuições, mas estas não devem ser ignoradas, pois podem fortalecer os laços.”
- b) Part. 5 “é um ganho para a comunidade, a região precisa desses conselhos”
- c) Part.15 “A atuação do XXX tem provocado pautas que não seriam acessadas pelo perfil daqueles que compõem o conselho.”

Ancoragem: Liberdade no contexto do controle social

Veja bem, participar do conselho do mosaico eleva o status da associação, principalmente para aqueles que fazem parte

dela. Por isso temos que provocar, criar pautas que atendam os interesses de nossa comunidade, para haver um ganho. Os problemas que enfrentamos aqui, às vezes são os mesmos problemas que enfrentamos lá e por isso é importante termos liberdade para cobrar e sermos cobrados.

Guimarães Rosa em seu romance, *Grande Sertão-Veredas*, definiu a amizade como “Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, de igual o igual, desarmado. Onde que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos os sacrifícios. Ou — amigo — é que a gente seja, mas sem precisar saber o porquê é que é” (ROSA, 2001, p. 248). A liberdade dentro do retribuir assume a função de reforçar os vínculos, pois ao retornar à comunidade, mesmo tendo a liberdade para fazê-lo parcialmente, o sujeito reforça seus vínculos com ela. Como já exposto, não existe uma dinâmica própria para o retorno, mas essa liberdade de agir pode contribuir para que o sujeito sintá-se à vontade com sua participação.

6.3.3.3 Interesse

Expressões chaves:

- a) Part. 4 “Os conselheiros têm interesse no desenvolvimento do projeto, temos que incentivar a comercialização dos frutos do cerrado.”
- b) Part. 1 “eu já fiz tradução e leitura de documento para o grupo, levo informações deste conselho para outros conselhos”
- c) Part. 00 “A dificuldade para manutenção das atividades do conselho por conta de diversos fatores, dentre elas tamanho da área, demandas do parque, reduzido efetivo”

Ancoragem: Retorno para a coletividade

Como sou o representante do grupo depois que participo das reuniões busco repassar para eles o que foi discutido, como foi discutido. Cada pessoa acaba se doando de um jeito. E isso tem gerado bons resultados para a região. Tem os projetos de Turismo de Base Comunitária, projeto para fortalecer as comunidades, de incentivar o extrativismo sustentável. Nosso território é muito grande, tem pessoas muito diferentes, barraqueiro, vazanteiro, fazendeiro, quilombola, tem muitas formas de pensar e tem que pensar como os resultados serão divididos por todos.

Godboutt (2002) afirma que a cultura moderna, em lugar de se preocupar primeiramente com o que nos liga, visa primeiro libertar-nos, emancipar-se dos laços sociais. O interesse na retribuição, em promover efetivamente mudanças na sociedade, é uma das preocupações dos conselheiros entrevistados. Essa mudança não é apenas o desenvolvimento econômico, pois como colocado por um entrevistado, “eu, por conta da minha formação, sou muito mais primeiro os animais e depois o homem” (entrevistado 1), sem que isso signifique que não exista preocupação com sociedade, mas apenas que, à luz de sua formação e atuação, a preservação ambiental deva ser a meta primeira das áreas protegidas.

Jafro (2006), por sua vez, expõe que o problema fundamental da política é a transformação da multidão em público. Um espaço de discussão, de práticas sociais e de desenvolvimento do gosto não se constrói por si mesmo, mas supõe uma conversão dos afetos, das imaginações, toda uma cultura daquilo que, deixado a si mesmo, não é senão um furor fanático. Essa transformação da multidão em público supõe uma transformação da própria individualidade, uma cultura de si que torna possível um acordo com os outros. Nesse sentido, o interesse demonstrado pelos conselheiros em levar a reunião para a sua comunidade auxiliará no cumprimento dessa premissa. Como exposto por um

conselheiro em conversa informal (entrevistado 17), “deixa acontecer na minha comunidade e vocês vão ver a melhor reunião que esse conselho já teve”.

6.3.3.4 Desinteresse

Expressões chaves:

- a) Part. 15 “ Nós não somos eles”
- b) Part. 08 “Contribuímos muito para o desenvolvimento da região”
- c) Part. 09 “Nosso interesse é no crescimento de todos”

Ancoragem: A valorização do coletivo

O conselho só tem valor na medida em que contribui para o crescimento da coletividade. Por isso é importante repassar as informações, tentarmos ver as opiniões dos outros, discutir. Nossa obrigação, enquanto conselheiros, é ajudar o grupo.

Apesar de ser um dos menores DSC, a fala da part. 15 é uma das mais emblemáticas para a Tese. O fato de não sermos eles, mas estarmos preocupados com eles (e conosco também) é uma das maiores provas de que a Dádiva circula nos conselhos. Como já exposto em outro momento, dar de si antes de si mesmo, valorizar o coletivo, preocupar-se com os outros e uma das pedras fundamentais da Dádiva.

6.3.3.5 DSC - Retribuir

A análise geral do retribuir provoca, em uma primeira visão, a sensação de que esse elemento é o de maior complexidade para compreensão e

manifestação. Isso é parcialmente verdade. Para os entrevistados, o repasse e as retribuições acontecem, para algumas instituições, por meio de ações informais e para outras de forma burocrática, sendo repassado somente em reuniões. Por isso o quadro é de um posicionamento intermediário entre todas as categorias analisadas. Outro exemplo é a liberdade. Se existe a liberdade para participar existe também certa coação no sentido de obrigação para que essa participação traga resultados. Neste caso quando maior a retribuição, maior o vínculo. Como exemplo tem-se a ONG 15 cujos retornos se dão por meio de programas de rádios, eventos, oficinas, entre outros, sendo um referência para os moradores da cidade de Chapada Gaúcha.

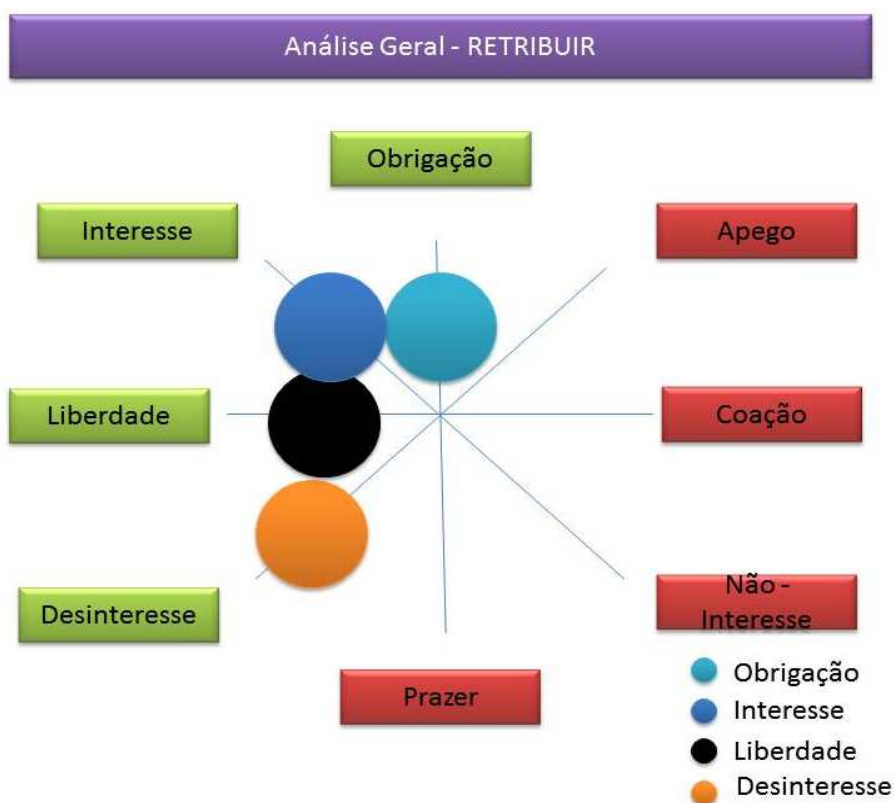


Figura 12 Análise geral RETRIBUIR

Nossa obrigação, enquanto conselheiros, é ajudar o grupo. Por isso é importante repassar as informações, tentarmos ver as opiniões dos outros, discutir. De acordo com a pauta me sinto mais ou menos obrigado a participar. Inclusive determinados assuntos gosto de falar, questionar, outros não. Temos que trabalhar para manter essa conquista. Os problemas que enfrentamos aqui, às vezes são os mesmos problemas que enfrentamos lá e por isso é importante termos liberdade para cobrar e sermos cobrados. Como sou o representante do grupo depois que participo das reuniões busco repassar para eles o que foi discutido, como foi discutido. Cada pessoa acaba se doando de um jeito.

Como evidenciado, o retribuir fecha (ou seria mais correto dizer que inicia?) a criação do vínculo e da troca de Dádivas. Será que se poderia falar que mesmo antes da retribuição já se teria a manifestação da Dádiva? Afinal, como demonstrado no referencial teórico, o círculo é Dar-Receber-Retribuir. À luz dessa tripla obrigação, como classificar a ação que se encerra no Dar, ou seja, aquela situação na qual somente seja possível identificar esse primeiro ato. Neste caso se poderia estar diante da Dádiva verdadeira, idealizada por Derrida (1973). Para este autor, a simples possibilidade de idealizar um retorno faz com que a Dádiva deixe de existir. Sendo assim, para ele Dádiva, nessas condições, não existe.

Apesar de ser refutada por outros teóricos, essa possibilidade de dar incondicional pode, também, ser compreendido como um primeiro passo para a criação do vínculo. Mas para que esse venha a ser criado entende-se ser necessário um retorno, que dependendo do momento em que for feito será caracterizado com uma ação de reciprocidade, troca ou dádiva.

Reforça-se aqui que a ação recíproca aproxima-se da troca de dádiva, pois pode criar vínculos, mas a primeira funda-se na expectativa de retorno e nesse sentido, a nosso ver, afasta-se do paradigma defendido. Considera-se, também, que no caso de uma ação cujo retorno seja imediato e de mesmo valor (mercantil e/ou simbólico) se está diante de uma simples troca e neste caso os

vínculos formados, caso venham a ocorrer, serão mais frágeis ou usando a terminologia de Granovetter (1973), serão laços fracos. No que se refere a um retorno, de valor simbólico, distinto daquele recebido e retribuído em tempo e espaço, também, distinto do momento dado, pode-se vislumbrar a possibilidade da formação de laços mais fortes e, conseqüentemente, de vínculos entre os sujeitos.

No caso investigado os retornos são de diversos tipos, assim como os vínculos criados. Mas pode-se afirmar que existe o retorno que são os projetos aprovados pelo CCMVP, os recursos captados, as estratégias de combate a incêndio, entre outros. Os vínculos são, também, criados e fortalecidos, como companheirismo (as caronas para participar das reuniões), afetivos (entre dois representantes de ONG's), grupo de trabalho (entre empresas e ong's que compõem o mosaico) entre outros. Dessa forma é possível vislumbrar, dentro dos parâmetros adotados, a existência da circulação de dádivas entre os membros do conselho e a criação e o fortalecimento dos vínculos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer as considerações finais e apontar algumas conclusões da pesquisa expõe o pesquisador a uma série de novos questionamentos e à certeza de que se poderia avançar mais na construção teórica. Todavia, vêm à mente uma fala de um professor que disse “nossas teses hoje são um tijolinho na parede da ciência” e sendo assim, admite-se que a caminhada apenas começou. E “digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 2001, p. 85). Essa incompletude advém do fato de a produção de uma Tese, na área de ciências sociais aplicadas, possui um lapso temporal e conceitual limitado pelas condições estruturais e materiais que possibilitaram o caminhar. Essa concessão não busca reduzir eventuais críticas, mas aceitar o fato de que a ciência, da maneira na qual foi trabalhada ao longo da Tese, é apenas um recorte da realidade. E um recorte dinâmico, pois as mudanças (ontológica, epistemológica, filosófica) produzem significativas alterações nos padrões de compreensão da realidade. Os novos questionamentos são vistos como desafios. Apesar da Tese buscar a produção de um conhecimento válido, do ponto de vista científico, tem-se a humildade em reconhecer que ela é apenas uma singela contribuição na busca por uma forma mais adequada de compreender e explicar o mundo em que vivemos. Reforça-se a questão de pertinência e validade desse conhecimento produzido, pois como mencionado certa vez pelo professor Genauto França Filho (palestra UFLA, 2010), “se o ponto de partida está errado, se a visão for apenas essa (no caso a racionalidade instrumental orientada para fins econômicos), não se conseguirá chegar a lugar algum nessa discussão”. Outrossim, os resultados que aqui foram apresentados não estão alinhados com o *mainstream* da área de administração, contribuindo, assim, para permitir ao leitor novos olhares sobre a mesma realidade.

Mas afinal “Porque é que damos?”. Assim Jacques T. Godbout inicia seu posfácio no livro “O espírito da Dádiva” (GODBOUT, 1992). Um dos cerne deste trabalho foi a busca por uma contribuição à resposta desta pergunta. Para se compreender adequadamente o dom, é indispensável afastar-se não só da filosofia da consciência, que considera como princípio de toda ação uma intenção consciente, mas também do economicismo que não conhece outra economia que a do cálculo racional e do interesse reduzido ao interesse econômico.

A participação social na gestão de Unidades de Conservação é um direito instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Acredita-se que o pleno exercício desse direito, permitirá um melhor resultado do ponto de vista econômico e ambiental. Todavia, existe uma dimensão, normalmente negligenciada nos indicadores de gestão, que são os valores individuais e interesses dos participantes destes nos processos de cogestão. Dessa forma, ao partir do paradigma antiutilitarista de análise da sociedade e inserindo a dádiva como possível elemento de gestão, espera-se ter compreendido um pouco melhor as razões para que uma gestão compartilhada seja implantada, em especial os vínculos estabelecidos.

O trabalho teve, assim, como objetivo principal, analisar a natureza dos vínculos que se sobressaem em um mosaico de unidades de conservação e a gestão social do território. Além deste, propôs-se a analisar a formalização da gestão participativa no Mosaico; discutir, à luz das experiências dos sujeitos participantes e representados nas reuniões, a importância do conselho na gestão da UC's e relacionar o sentido da participação à Teoria da Dádiva.

Dentre os diversos métodos utilizados, destaca-se o Discurso do Sujeito Coletivo que tem como objetivo a síntese de depoimentos, e procura revelar as opiniões, significados e posicionamentos dos sujeitos com mais nitidez sobre um determinado tema. O Discurso do Sujeito Coletivo busca revelar a

Representação Social de um grupo sobre assuntos que estão imersos na coletividade e podem ser captados pelos discursos individuais.

Como aponta Madeira (1991), importa precisar que este está inserido no meio teórico aberto por Moscovici (2003) ao retomar, reformulando, a questão das representações coletivas trabalhadas por Durkheim (2003). Para Moscovici (2003), as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações do homem com este mesmo real, “[...] reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas, retira-se-lhes este caráter preestabelecido, estático, que elas tinham numa visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam” (MOSCOVICI, 1989, p. 82).

A racionalidade comunicativa, a democracia deliberativa e a gestão social, estruturam-se em relação às ideias que moldam este mundo e que chegam ao sujeito a partir das experiências de sua prática. Estas não são um somatório de ações isoladas, fragmentos do social, mas um processo pelo qual o sujeito se constrói e se expressa, no dinamismo de um concreto, que assim se faz. Dessa forma, a Tese permitiu desvelar estruturas simbólicas que indicam a presença da Dádiva no Conselho Consultivo do Mosaico Veredas Peruaçu.

Essa por sua vez, foi evidenciada pelos vínculos formados, restaurados ou reforçados pela atividade associativa com a participação neste conselho. A Dádiva é todo ato cujo sentido seja a criação, a manutenção ou restauro do vínculo social e nesse caminho pode servir de base para o funcionamento das democracias em sua vertente deliberativa. Pois como observado durante a pesquisa de campo, para que essa esfera pública formalizada funcionasse, de forma, maneira satisfatória, era essencial que os sujeitos atuassem de forma a não se posicionar, de forma significativa, em um dos polos da Dádiva. Ilustrando essa situação observa-se que, quando um sujeito atua somente de forma

obrigatória, ou manifesta somente o interesse econômico, ou não demonstra preocupação com os resultados coletivos, ou usa de forma excessiva a liberdade, têm-se laços fracos formados entre esses sujeitos e os demais participantes do conselho.

De maneira oposta, quando o sujeito, mesmo que não apresente um equilíbrio pleno entre as categorias da Dádiva, mas também não atue de forma polarizada, tende a fortalecer seus vínculos.

Retornando as suposições apresentadas na introdução da Tese, pode-se concluir que (a) há diferenças entre os participantes de conselhos deliberativos e conselhos consultivos. No caso do primeiro, como manifestado pelos entrevistados, os interesses econômicos influenciam mais o comportamento dos conselheiros, levando a um acirramento dos ânimos em algumas situações. Contudo, como estes mesmos entrevistados relataram, isto não é um problema em si, mas uma condição que deve ser trabalhada, e na medida em que o grupo evolui, os laços são fortalecidos, os consensos são produzidos, percebe-se que o agir não difere tanto para o conselho consultivo.

No que se refere aos vínculos, pelas características dos entrevistados, (b) há diferença entre aqueles que apresentam um equilíbrio entre as categorias da Dádiva daqueles que priorizam determinadas categorias. Ou seja, os vínculos são mais fortes entre aqueles que apresentaram um equilíbrio entre as categorias, e na perspectiva adotada, aqueles que se aproximam do que está-se chamando de agir dadivoso, possuem mais vínculos no conselho. Esses vínculos ajudam na gestão das Unidades de Conservação e do CCMVP, pois ficou evidenciado que aqueles sujeitos que apresentam um equilíbrio entre as categorias da Dádiva acabam por se doar mais ao conselho, mesmo sem ter uma expectativa retorno definida (c). Esse fato evidencia um processo de troca de Dádiva.

Por fim o Conselho do Mosaico não é uma sobreposição de esferas de participação (d). Na visão dos entrevistados são esferas distintas, com agendas

distintas e necessárias para o desenvolvimento da região. Essa instância consultiva, pela área de abrangência e dinâmica de trabalho, contribui para novos laços e facilita o relacionamento entre os interessados na melhoria da qualidade de vida dos moradores do Sertão.

Em relação aos objetivos, tem-se que a gestão do Mosaico Veredas-Peruaçu encontra-se formalizado, atendendo os princípios da gestão social e buscando aprimorar os mecanismos de controle social existentes. Em síntese, pode-se afirmar que os sujeitos entrevistados consideram válida a experiência do conselho e trabalham para que a mesmo se mantenha ativo. Eles acreditam que esse modelo de cogestão é o melhor caminho para o desenvolvimento da região, ao possibilitar a integração de diversos espaços, assim como fortalece os vínculos entre as pessoas. Esses vínculos, que são laços muitas vezes sutis, são relevantes para que essa esfera pública funcione de maneira adequada. Pode-se perceber uma relação direta entre doação, na perspectiva da Dádiva, e formação de vínculos. Acredita-se que a democracia, em sua vertente deliberativa, depende em certa medida da criação e fortalecimento desses vínculos, pois os resultados efetivos do conselho são frutos de ações coletivas. Dessa forma, ao buscar compreender se existe a manifestação da Dádiva neste conselho gestor e de que forma ela se manifesta, pode-se afirmar que a Dádiva está presente neste conselho e ela se manifesta, dentre outras formas, pela formação de vínculos entre os sujeitos que compõem esse espaço público.

Por fim, em relação ao paradigma da Dádiva, grande parte dos entrevistados considera que existe, sim, uma doação para o conselho, que esse processo melhora cada um dos indivíduos e mesmo com as brigas e discussões, eles recebem mais do que doam para o grupo.

Cabe salientar que o trabalho que ora se apresenta, possui algumas limitações. Essas são frutos das limitações metodológicas adotadas e do próprio processo de formação do pesquisador. Dito isto, esta pesquisa pode apresentar:

(a) possíveis vieses dos discursos analisados e construídos, visto que alguns entrevistados podem, como informado no pedido de aprovação do comitê de ética, sentirem-se constrangidos e inibidos nas entrevistas e dessa forma, o discurso do sujeito coletivo pode apresentar uma visão otimista e romântica da realidade. (b) sendo o pesquisador sujeito ativo do processo de construção e validação dos dados, é possível vieses nas interpretações e inferências no sentido de reforçar os pressupostos teórico-empíricos que fundamentam este estudo; e (c) a perspectiva temporal do estudo sujeita o trabalho às especificidades do momento da pesquisa: por exemplo, influências da troca de comando nas eleições municipais, mudança nas organizações, entre outros.

Como apontado no início dessas considerações, acredita-se que essa Tese poderá levantar novos problemas de pesquisa e contribuir como ponto de partida para outros trabalhos. Dentre as várias possibilidades, sugere-se aprofundar os estudos e o desenvolvimento do modelo proposto de “Agir Dádivoso”. O desenvolvimento de novas metodologias para compreensão do agir coletivo nos conselhos de políticas públicas. E o aprofundamento da discussão sobre democracia deliberativa e Dádiva.

REFERÊNCIAS

- ABRIRRACHED, C. F. de A. **Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty**. Brasília: UnB, 2011. 178 p.
- ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 173-199.
- ALENCAR, E. **Pesquisa social e monografia**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2003. 132 p.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.
- ALMEIDA, N. A. R. L. de. **Conservação no cerrado, território, política pública: mosaico Sertão Veredas-Peruaçu**. 2008. 287 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, maio 1991. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741991000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2013.
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 213-220.
- ARATO, A. Representação e soberania popular e accountability. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55/56, p. 85-103, 2002.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272 p.
- ARENARI, B. Ferdinand Tönnies e o romantismo trágico alemão: revisitando um clássico esquecido. **Perspectivas Online**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 4, p. 35-49, 2007.

ARNSPERGER, C. The practice of gift-giving and the non-contextual habitus: how (not) to be fooled by Mauss. In: VANDEVELDE, T. (Ed.). **Gifts and interests**. Leuven: Peeters, 1998. p. 95-115.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. 557 p.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Humanitas, 2007. p. 405-423.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

BARIANI, E. O longo caminho: guerreiro Ramos e a sociologia da administração antes de a nova ciência das organizações. **Organizações & Sociedade**, Brasília, v. 17, n. 52, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=732>>. Acesso em: 8 maio 2012.

BARROS, D. A.; BORGES, L. A. C.; PEREIRA, J. A. A. Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 155-179, nov. 2012.

BASTOS, A. B. B. A escuta psicanalítica e a educação. **Revista Psicólogo inFormação**, São Bernardo do Campo, ano 13, n. 13, p. 91-98, jan./dez. 2009.

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 301 p.

BERNARDO, J. **Entre a desconfiança e o desinteresse: abstenção eleitoral nas democracias**. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/?p=1579>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 207 p.

BOILEAU, J. L. Le don n'est ni abandon ni pardon. **La Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, v. 11, n. 11, p. 33-53, 1991.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84 p. (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996. 188 p.

BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 231 p.

BRAGA, D. G. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. 193 p.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tonnies. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 73.030**, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Brasília, 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.284**, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/lei/L11284.htm>. Acesso em: 30 jul. 2008.

BRASIL. Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 78, p. 60, 27 abr. 2009. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de informações territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 128**, de 24 de abril de 2009. A Ministra de Estado do Meio Ambiente, Interina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8º e 9º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas?download=827:portaria-n-128-de-24-de-abril-de-2009>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa Gespública - participação e controle social: instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais**. Versão 1/2012. Brasília, 2012. 37 p.

BURKOWSKI, R.; VARAJÃO, G. F. D. C. Sustentabilidade da visitação pública em unidades de conservação: um estudo de caso do plano de negócios do parque estadual do Itacolomi, MG. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 34, p. 22-43, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/1663>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002a. 333 p.

CAILLÉ, A. A dívida das palavras: o que o dizer pretende dar. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 99-137.

CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002c. p. 191-205.

CAILLÉ, A. De l'anti-utilitarisme Anniversaire, bilan et controverses. **Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 27, p. 500-544, sept. 2006.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CAMPOMAR, M. C. Do uso do "estudo de caso" em pesquisas para dissertação e teses em administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul./set. 1991.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: USP, 2008. 416 p.

CARRION, R.; GARAY, Â. B. S. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. In: SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO: GESTÃO SOCIAL: MEDIAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A CIDADANIA: UMA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, 1., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS-PPG, 2004. 1 CD-ROM.

CARVALHO, A. M. A. et al. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006.

CARVALHO, A. M. A.; RUBIANO, M. R. B. Vínculo e compartilhamento na brincadeira de criança. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 171-188.

CARVALHO, S. M. S. **Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo**: experiência de economia solidária no Distrito Federal e entorno. Brasília: UnB, 2008. 322 p.

CASAJUS, D. **Gens de parole** langage, poésie et politique en pays touareg. Paris: La Découverte, 2008. 189 p.

CASTRO, R. de. **A crítica e a dádiva na construção do vínculo social**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/05/a-critica-e-a-dadiva-na-construcao-do-vinculo-social.doc>>. Acesso em: 1 out. 2012.

CATÃO, M. do Ó. **Uma dádiva moderna**: transplantes de órgãos intervivos. 2008. 437 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CIFUENTES, M.; IZURIETA, A.; FARIA, H. H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. Turrialba: WWF, 2000. 88 p. (Forest Innovation Project. Serie Técnica, 2).

CHANIAL, P. Além do domínio do interesse?: dádiva, proteção social e renda da cidadania. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 17-32, jan./abr. 2003.

CHANIAL, P. **A cultura primária da democracia**: comunidades locais, públicos democráticos e associações. Disponível em: <<http://basepub.dauphine.fr/handle/123456789/7055>>. Acesso em: 23 out. 2011.

CHANIAL, P. **Justice, don et association**: la delicate essence de la démocratie. Paris: La Découverte, 2001. 383 p.

CHAUI, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 309 p.

CKAGNAZAROFF, I. B. Reforma da gestão do setor público: impactos da implementação de novas tecnologias. In: _____. **Ensaio de administração**. Belo Horizonte: CEPEAD/UFMG, 1997. p. 30-58.

COBERTURA CELULAR. Disponível em: <<http://www.coberturacelular.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

COHEN, M. **Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro**. 2007. 341 p. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU. **Regimento interno do conselho consultivo do mosaico Sertão Veredas - Peruaçu**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/regimento-interno-grande-sertao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CONSTANTINO, A. K. **Solidariedade**: entre o desencanto e o reencanto. 2009. 283 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COOLEY, C. N. **Human nature and the social order**. New York: Schocken, 1964. 195 p.

COSTA, G. P. **Cidadania e participação**: impactos da política social num enfoque psicopolítico. Curitiba: Juruá, 2009. 244 p.

CUBAS, M. R. Planejamento local: a fala do gerente de Unidade Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 278-283, maio/jun. 2005.

DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. 172 p.

DAHL, R. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1988. 158 p.

DAHL, R. **Sobre democracia**. Brasília: UnB, 2001. 230 p.

DEMANTOVA, G. C. **A eficácia dos conselhos gestores**: estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Cultrix, 1973. 386 p.

DEWEY, J. **The public and its problem**. Athens: Ohio University, 1997. 168 p.

DIAS FILHO, M. **O valor de um muito obrigado**. Disponível em: <<http://eniculturaearte.com.br/2010/01/miguel-dias-filho-professor-o-valor-de-um-muito-obrigado/>>. Acesso em: 11 maio 2012.

DINIZ, S. Interações entre os poderes executivo e legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2013.

DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências sociais: positivismo e hermenêutica - Durkheim e Weber**. São Paulo: Loyola, 2004. 671 p.

DRUMMOND, G. M. et al. **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. 222 p.

DUARTE, L. **Política externa e meio ambiente**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 75 p.

DUMONT, L. **Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. 283 p.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: M. Fontes, 1999. 483 p.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2004. 483 p.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003. 245 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994. 198 p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 201 p.

FARIA, A. L. L. Sustentabilidade ambiental e geomática: princípios e aplicações. In: _____. **Desenvolvimento rural, sustentabilidade e ordenamento territorial**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2011. v. 1, p. 108-118.

FERREIRA, L. P. As bases do pensamento democrático liberal: uma visita às obras de John Locke e Jean-Jacques Rousseau. **Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 1-17, maio/out. 2009.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MEL, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA-CIAGS/UFBA, 2006. p. 245-260.

FLEURY, S. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: _____. **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 23-77.

FLICK, U. **Introduction to qualitative research**. 2nd ed. London: Sage, 2002. 130 p.

FOURNIER, M. Marcel Mauss ou a dádiva de si. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 21, p. 104-112, fev. 1993.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definido gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008. p. 25-39.

FRANÇA FILHO, G. C. de; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, abr. 1999.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 93 p.

FREITAS, A. S. de. A crítica da razão utilitária e a fundamentação ontológica das escolhas metodológicas no paradigma da dádiva. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 309-332, jul./dez. 2002.

FREITAS, A. S. de. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre o papel das redes associacionistas**. 2005. 395 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FREITAS, A. S. de. **Teoria social e formação humana na contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT14-2879--Int.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2008.

FUNAI apoia reuniões sobre gestão territorial e ambiental na TI Xacriabá, MG. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/noticias?id=118316&id_pov=303>. Acesso em: 30 out. 2012.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista do mosaico sertão Veredas-Peruaçu**. Brasília, 2008. 60 p.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA. **Projeto grande sertão veredas: o sonho de proteger o cerrado**. Disponível em: <<http://www.funatura.org.br/index.php/grande-sertao-veredas>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. **Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance**. London: Verso, 2003. 312 p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. 335 p.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Petrópolis: Vozes, 2000. 328 p.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 335 p.

GODBOUT, J. T. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 63-99.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2013.

GODBOUT, J. T. **La participation contre la démocratie**. Montréal: A. Saint-Martin, 1983. 190 p. (Collection Pratiques Sociales).

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOHN, M. da G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 84).

GOHN, M. da G. M. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: _____. **Repensando a experiência urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 178-201.

GOMES, B. M. A. et al. Políticas públicas de turismo: uma análise dos circuitos turísticos de Minas Gerais sob concepção de cluster. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 72-100, ago. 2008.

GOMES, E. G. M. **Conselhos gestores de políticas públicas**: democracia, controle social e instituições. 2003. 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 9-26, set./dez. 2009.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1969. 469 p.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GUEDES, J. R. C. **Considerações sobre a construção do conceito de liberdade**: da pré-modernidade, à modernidade em crise. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9742&revista_caderno=24>. Acesso em: 10 fev. 2013.

HABERMAS, J. **Direito e democracia, entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1, 352 p.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398 p.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: M. Fontes, 2012. 2 v.

HAESLER, A. A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-160.

HENDERSON, H. **Transcendendo a economia.** São Paulo: Cultrix, 1991. 274 p.

HERRMANN, G. **Manejo de paisagem em grande escala:** estudo de caso no Corredor Ecológico da Mantiqueira, MG. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

HILMER, J. D. **The State of participatory democratic theory.** Columbia: University of British, 2010. 80 p.

HIRST, P. **A democracia representativa e seus limites.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992. 213 p.

HÖFFE, O. **Justiça política.** 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2006. 545 p.

ILLENSEER, R. **Pescadores sem águas:** estratégias de adaptabilidade dos pescadores artesanais no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, AM. 2011. 224 p. Mestrado (Dissertação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 2008. 244 p.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal:** áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: MMA, 2007. 50 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Núcleo de Educação Ambiental. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** Brasília, 2001. 32 p.

INTERESSE. DICIONÁRIO online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/interesse/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE.
Guidelines for protected area management categories. Cambridge, 1994. 23 p.

JAFRO, L. Foucault y el estoicismo: acerca de la historiografía de l herméneuthique du sujet. In: GROS, F.; LÉVY, C. (Org.). **Foucault y la filosofía antigua.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2006. p. 41-67.

JASMIM, M. G. **Alexis de Tocqueville:** a historiografia como ciência da política. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 305 p.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 257 p.

KIMURA, A. **Comportamento do mamoeiro baixinho de Santa Amalia, mutante natural de 'sunrise-solo', em ambiente protegido na região de Jaboticabal.** 1997. 97 p. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas) - Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 1997.

KRAMER, G. G.; FARIA, J. H. de. Vínculos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2013.

LACERDA, A. **Redes de apoio social no sistema da dádiva:** um novo olhar sobre a integralidade do cuidado no cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde. 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982. 208 p.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LAROUSSE ilustrado da Língua Portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004. 977 p.

LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 4, n. 56, p. 1-114, 2006.

- LAZZARETTI, C. T. **O doador vivo no transplante hepático: a dádiva na contemporaneidade.** 2008. 253 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- LEFÈVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social.** Brasília: Liber, 2005. 97 p.
- LEFÈVRE, F.; LEFEVRE, A. M. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa: desdobramentos.** Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 256 p.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 517-524, dez. 2006.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: EDUCS, 2000. 108 p.
- LEITE, C. M. C. **O zoneamento ecológico-econômico: impasse e perspectivas de um instrumento de gestão ambiental.** 2001. 140 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. (Ed.). **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac e Naif, 2003. p. 8-20.
- LIMA, N. A. **Conservação no cerrado, território, política pública: mosaico sertão-veredas peruaçu.** 2008. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12112009-164018/pt-br.php>>. Acesso em: 23 dez. 2009.
- LINO, C. F. **Reserva ecológica integrada da Serra do Paranapiacaba, Vale do Ribeira, SP:** proposta técnica do Instituto Florestal de São Paulo. São Paulo: IFSP, 1992. 18 p.
- LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009.

LOSEKANN, C. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179-200, abr. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2013.

LÜCHMANN, L. H. H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa do PPGSP/UFSC**, Florianópolis, n. 33, p. 1-44, nov. 2002.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa:** a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. 2002. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal:** origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 118 p.

MADEIRA, M. C. Representações sociais: pressupostos e implicações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 171, p. 129-144, maio/ago. 1991.

MAGLIO, I. C. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil:** o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local 1990/1999. 2000. 270 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2000.

MAIA, M. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p. 1-18, out. 2006.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Teoria das organizações**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. 353 p.

MARTINS, D. Na encruzilhada da democracia: desafios contemporâneos do agir democrático. In: MARTINS, P. H. (Org.). **Limites da democracia**. Recife: UFPE, 2008a. p. 259-268.

MARTINS, P. H. **Aula sobre dom**. Disponível em: <<http://www.lappis.org.br/site/noticias/46-noticia/138-confira-a-videoaula-do-profo-paulo-henrique-martins-ufpe-sobre-o-dom.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. 207 p.

MARTINS, P. H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2012.

MARTINS, P. H. Fundamentos da cidadania na saúde na perspectiva do reconhecimento: caminhos da pesquisa. In: PINHEIRO, R.; MARTINS, P. H. (Org.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário**: abordagem multicêntrica. Rio de Janeiro: CEPESC-IMS/UERJ, 2009. p. 131-137.

MARTINS, P. H. (Org.). **Limites da democracia**. Recife: UFPE, 2008c. 271 p.

MARTINS, P. H. **Société civile, diversité identitaire et lutte pour la reconnaissance, la démocratie comme culture du don et de l'association** [Fr]. Disponível em: <<http://www.fr.pekea-fr.org>>. Acesso em: 20 out. 2011.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dom, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 73, p. 45-66, dez. 2005.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde. In: _____. **Redes sociais e saúde**: novas possibilidades teóricas. Recife: UFPE, 2004. p. 103-120.

MARTINS JUNIOR, P. P. **Montagem de proposta técnica para o programa de desenvolvimento sustentável do noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: CETEC, 2006. Disponível em: <<http://www.cetec.br/crha/arquivos/Programa%20de%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20do%20Nordeste%20de%20Minas%20Gerais.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MATTOS, P. L. C. L. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823-847, jul./ago. 2005.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 493 p.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad**: desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Paidós, 1972. 403 p.

MELO, G. M. de. **A leitura de gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais**: o parque nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Org.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MIRANDA, O. A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies. In: _____. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 231-352.

MIRANDA, O. Tönnies e Marx: utopia, valor e contradição. **Revista da USP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 184-199, jan./fev. 1998.

MOREIRA, M. N. Dádiva, reciprocidade e associação em rede na área da saúde. In: MARTINS, P. H. (Org.). **Polifonia do dom**. Recife: UFPE, 2006. p. 285-310.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. 404 p.

MOSCOVICI, S. Des représentation collectives aux représentation sociales. In: JODELET, D. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 62-86.

MUSSI, S. M. **O processo de gestão participativa e educação ambiental em conselhos de unidades de conservação**: o caso do parque nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, E. do; COSTA, H. Dádiva e arranjos produtivos locais: uma abordagem ampliada da cooperação entre empresários. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 17, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/51/41>>. Acesso em: 16 out. 2013.

NASCIMENTO, J. S. do. **Estudo da paisagem**. 2010. 178 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

NOVICKI, V.; SOUZA, D. B. de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 711-736, dez. 2010.

OBRACZKA, M. **Mosaicos de áreas protegidas, corredores e áreas de especial interesse ambiental**: aplicação como ferramenta de planejamento e preservação ambiental em Armação dos Búzios, RJ. 2008. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 27-103, 1998.

OLIVEIRA, V. A. R. de. **Interesse público, gestão pública e gestão social**: significados e conexões. 2012. 140 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

OLIVEIRA, V. A. R. de; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. P. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 724-747, dez. 2010.

OLIVEIRA, V. C. da S. e; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 429-437, set. 2010.

OLSON, C. Excess, time, and the pure gift: postmodern transformations of Marcel Mauss theory. In: _____. **Method & theory in the study of religion**. Leiden: K. Brill, 2002. p. 350-374.

OLSON JUNIOR, M. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University, 1965. 176 p.

PARANHOS, L. da S.; COSTA, J. B. A.; MARTINS, H. T. Redes sociais, reciprocidade e desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2008.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161 p.

PEREIRA, D. de C.; MEIRELES, M. R. G. M. Uma abordagem transdisciplinar do método “análise de redes sociais”. **Informação & Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 84-99, jul./dez. 2009.

PEREIRA, J. R. et al. Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 724-747, set. 2011.

PEREIRA, L. C. B. Democracia republicana e participativa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 71, p. 77-91, mar. 2005.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 314 p.

PETERS, L. A. S. **Guereiro Ramos e dádiva**: explorando caminhos críticos em análise organizacional. 2007. 198 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PICHON-RIVIERE, E. **Teoria do vínculo**. 6. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998. 1129 p.

PINHEIRO, M. R. **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas**. Brasília: GTZ, 2010. 82 p.

PINHO, J. A. G. de. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. p. 21-52.

PINTO, C. As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006. p. 1-28.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007. 568 p.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado**: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 270 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 257 p.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University, 1980. 461 p.

REINHARDT, B. M. N. A dádiva da teoria: epistemologia e reciprocidade no circuito do dado antropológico. **CAMPOS - Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 135-157, jul. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/5431/3998>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

REIS, F. W. Dilemas da democracia no Brasil. In: MELO, C. R. M.; SÁEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 452-484.

REYES, R. **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/eurotheo/diccionario/index_b.html>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RIBEIRO, F. J. A. Democracia representativa: problemas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 100, p. 85-102, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, P. H. S.; SANTOS, V. C. M.; SOUZA, I. de M. **Nova lei de adoção comentada**. 2. ed. São Paulo: Mizuno, 2012. 80 p.

ROCHA, R. C. P. **As unidades de conservação estão conectadas no Estado do Rio de Janeiro?** 2011. 71 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHLITZ, R. **Habermas: o uso público da razão**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. 222 p.

RODRIGUES, C. G. de O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas públicas e privadas na apropriação da biodiversidade**. 2009. 358 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Nova Aguilar, 2001. 436 p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1981. 121 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 200 p.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 231 p.

SALES, F. de; SOUZA, F. das C. de; JOHN, V. M. O emprego da abordagem DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) na pesquisa em educação. **Linhas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 124-145, jan./jun. 2007.

SANCHES JUNIOR, A. R. **Tutela jurídica do mosaico de unidades de conservação de Juréia-Itatins**. 2008. 239 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, M. J. (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 59-74.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 173-195, 2001.

SANTOS, A. Á. B. **Conselhos gestores de unidades de conservação**. 2008. 186 p. Tese (Doutorado em Tecnologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 678 p.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 178 p.

SANTOS, B. de S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007. 135 p.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: _____. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 440-504.

SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. 332 p.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 21, p. 1-19, 2010.

SARAIVA, V. M. **Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação: da proposta do Mosaico Grande Sertão Veredas Peruaçu**. 2008. 133 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SARTORI, G. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília: UnB, 1997. 257 p.

SCALCO, R. F. **Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do mosaico de unidades de conservação da área de proteção ambiental Cachoeira das Andorinhas, Ouro Preto/MG**. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SCHMIDT, C. H. **Conselhos gestores de unidades de conservação do Amapá: percepções sobre as potencialidades e limitações para a efetiva participação de representantes comunitários**. 2009. 323 p. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 437 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43, 1993.

SIGNATES, L. **O conceito de solidariedade**. Disponível em: <http://www.ieja.org/portugues/Estudos/Artigos/p_oconceitodesolidariedade.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

SIGUAD, L. As vicissitudes do ensaio sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-124, 1999.

SILVA, E. A. B. e. **Solidariedade em comunidades de baixa renda**: análises das práticas cotidianas e da relação com o lugar a partir do sistema da dádiva. 2011. 301 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, F. C. da et al. A política de circuitos turísticos de Minas Gerais: uma avaliação baseada na percepção de agentes estratégicos. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 10, n. 3, p. 369-379, 2012.

SIQUEIRA, M. M. M. Esquema mental de reciprocidade e influências sobre afetividade no trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 1, p. 83-93, abr. 2005.

STIGLITZ, J. Participación y desarrollo: perspectivas desde el paradigma integral del desarrollo. **Revista Instituciones y Desarrollo**, Barcelona, v. 7, p. 93-120, ene./jun. 2000.

TAMBELLINI, M. T. **Mosaico como modelo de gestão de áreas protegidas**: análise conceitual e processos de implantação. 2007. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TAROT, C. **Don et grâce, une famille à recomposer?** Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-du-mauss-2008-2-page-469.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

TATAGIBA, L. F. **Participação, cultura política e modelos de gestão**: a democracia gerencial e suas ambivalências. 2003. 590 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007. 632 p.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor**: o espectro do mercado. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008a. 176 p.

TENÓRIO, F. G. Metodologia de construção dos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. p. 394-401.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008b. 176 p.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Fortaleza: UFC, 2008c. p. 53-69.

TENÓRIO, F. G. (Coord.). **Gestão social: metodologia e casos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 135 p.

TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS.** 2008. 149 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

THOMAS, V. et al. **A qualidade do crescimento.** São Paulo: UNESP, 2001. 308 p.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na América.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 374 p. (Biblioteca do Exército, 699. Coleção General Benício, 341).

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad.** Buenos Aires: Losada, 1947. 247 p.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: EDUSP, 1995. 352 p.

TOONIES, F. T. **Community and civil society.** Cambridge: Cambridge University, 2001. 75 p.

TOSEL, A. H. O bem para além da necessidade. In: CAILLÉ, A.; LAZZERI, C.; SENELLART, M. (Org.). **A felicidade e o útil.** São Leopoldo: UNISINOS, 2006. p. 468-532.

TÖTO, P. Ferdinand Tönnies, um racionalista romântico. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: EDUSP, 1995. p. 73-86.

TOURRAINE, A. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996. 286 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VANDENBERGHE, F. Desvendando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho. In: MARTINS, P. H.; NUNES, B. (Org.). **A nova ordem social:** perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 136-164.

VANDENBERGHE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, maio/ago. 2006.

VANDEVELDE, A. **Gifts and interests.** Peeters: Louvain, 2000. 225 p.

VARELA, C. A. Instrumentos de políticas ambientais, casos de aplicação e seus impactos para as empresas e a sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2007. p. 1-15.

VIEIRA, J. B. Estado, sociedade civil e accountability. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 605-626, jun. 2005.

VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 5, n. 44, p. 10-25, 2005.

VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas. **Organizações & Sociedade**, Brasília, v. 16, n. 50, p. 31-40, 2009.

VIZEU, F.; BIN, D. Democracia deliberativa: leitura crítica do caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 83-108, 2008.

VIZEU, F. V.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFER, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012.

WEINER, A. Inalienable wealth. **American Ethnologist**, Davis, v. 12, n. 2, p. 210-227, 1985.

WWF BRASIL. **Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN:** iniciativa cidadã para a proteção da natureza. São Paulo, 2008. 20 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001. 248 p.

GLOSSÁRIO

Termos Técnicos

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Lista de Teses relacionadas à Dádiva

ABDIAS AFONSO JARA SALAS. DÁDIVAS NA CULTURA ANDINA E A MORTE DO CAMPESINATO - 01/06/2010
ADRIANA DOS SANTOS ROMERO. A MÚSICA NAS COPLAS SEFARDITAS DE PURIM - 01/08/2004
AGNALDO DOS SANTOS. ENTRE O CERCAMENTO E A DÁDIVA: A INOVAÇÃO SOB COOPERAÇÃO E OS CAMINHOS DA ABORDAGEM ABERTA EM BIOTECNOLOGIA - 01/12/2006
ALDA MARIA LACERDA DA COSTA. REDES DE APOIO SOCIAL NO SISTEMA DA DÁDIVA: UM NOVO OLHAR SOBRE A INTEGRALIDADE DO CUIDADO NO COTIDIANO DE TRABALHO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 01/07/2010
ALEXANDRE KRÜGNER CONSTANTINO. SOLIDARIEDADE: ENTRE O DESENCANTO E O REENCANTO - 01/08/2009
ALEXANDRE SIMÃO FREITAS. FUNDAMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA DA FORMAÇÃO HUMANA: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DAS REDES ASSOCIACIONISTAS - 01/04/2005
ANA LUCIA CARDOZO DE SANTA ROSA. APRENDENDO A CAMINHAR NA CIDADE: IDOSOS EM RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS. - 01/09/2008
ANA PAULA CAVALCANTE DOS SANTOS. REPRODUÇÃO ASSISTIDA: UM ESTUDO SOBRE A DOAÇÃO DE SÊMEN NO CONTEXTO BRASILEIRO. - 01/05/2010
ANDREA FREITAS DA SILVA. "INICIATIVAS JOVENS: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E VOLUNTARIADO NO RIO DE JANEIRO" - 01/01/2011
ARNEIDE BANDEIRA CEMIN. "ORDEM XAMANISMO E DÁDIVA: O PODER DO SANTO DAIME". - 01/04/1998
AURINO LIMA FERREIRA. DO ENTRE-DEUX DE MERLEAU-PONTY À ATENÇÃO CONSCIENTE DO BUDISMO E DA ABORDAGEM TRANSPESSOAL: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INTEGRAL. - 01/08/2007
BÁRBARA MAISONAVVE ARISI. "A DÁDIVA, A SOVINICE E A BELEZA. ECONOMIA DA CULTURA MATIS, VALE DO JAVARI, AMAZÔNIA" - 01/11/2011
BEATRIZ HELENA OLIVEIRA DE MELO MATTOS. EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIAS COM O SEMIÁRIDO: A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO - 01/07/2010
CLAIRE TEREZINHA LAZZARETTI. O DOADOR VIVO NO TRANSPLANTE HEPÁTICO: A DÁDIVA NA CONTEMPORANEIDADE. - 01/10/2008

Quadro 1A Tabela de Teses sobre Dádiva

(...continua...)

“Quadro 1A, continuação”

CRISTIANO GOERGEN PORTNER. PLANEJAMENTO À FORÇA, PENSAMENTO QUE SE APRESENTA; À FRAQUEZA, PENSAMENTO PELA AUSÊNCIA: METATEORIA DE PLANEJAMENTO. E IMPROVISO. - 01/05/2002
DOMINGOS SÁVIO ABREU. NO BICO DA CEGONHA: POR UMA SOCIOLOGIA DA ADOÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL - 01/03/2000
DRANCE ELIAS DA SILVA. A SAGRAÇÃO DO DINHEIRO NO NEOPENTECOSTALISMO: RELIGIÃO E INTERESSE À LUZ DO SISTEMA DA DÁDIVA." - 01/12/2006
EDINEA ALCANTARA DE BARROS E SILVA. “SOLIDARIEDADE EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS COTIDIANAS E DA RELAÇÃO COM O LUGAR A PARTIR DO SISTEMA DA DÁDIVA. - 01/04/2011
EVSON MALAQUIAS DE MORAIS SANTOS. "A CULTURA DOMÉSTICO-CIENTELISTA NA ESCOLA PÚBLICA: A "ALEGRIA" DE SER SENSUAL, AUTORITÁRIO E HIERARQUIZADO" - 01/01/2002
GABRIELA FROTA REINALDO. "UMA CANTIGA DE SE FECHAR OS OLHOS": MITO E MÚSICA EM GUIMARÃES ROSA - 01/09/2002
GERALDO AUGUSTO LOCKS. GRUPOS DE FAMÍLIA: O MODO DE SER CEB EM LAGES/SC - 01/10/2008
GILSON ZEHETMEYER BORDA. CAPITAL SOCIAL ORGANIZACIONAL: A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM BRASÍLIA - 01/06/2007
IVANA FERRANTE REBELLO E ALMEIDA. POÉTICA DE ATRITO. PEDRAS, JOGO E MOVIMENTO NO GRANDE SERTÃO - 01/06/2011
JOÃO DAL POZ NETO. DÁDIVAS E DÍVIDAS NA AMAZÔNIA: PARENTESCO, ECONOMIA E RITUAL NOS CINTA-LARGA - 01/02/2004
JOSE BRENDAN MACDONALD. OS CONFLITOS DE TERRA NA PARAIBA, 1972-1995. UMA DAS HISTÓRIAS DA LUTA ENTRE MAMON E A LEI DA NECESSIDADE. - 01/10/1995
JOSÉ MANUEL GONÇALVES. VALORAÇÃO ECONÔMICA DA ÁGUA NO BAIXO CUNENE E MÉDIO URUGUAI EM FUNÇÃO DOS DIREITOS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS - 01/05/2003
JULIANA VIEIRA DE ALMEIDA. A ODISSÉIA EM BUSCA DA HÉSTIA: DO TURISMO À HOSPITALIDADE PELOS CAMINHOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. - 01/09/2009
JUVANDI DE SOUZA SANTOS. CARIRI E TARAIRIÚ? CULTURAS TAPUIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA - 01/09/2009
LAWRENCE FLORES PEREIRA. DE SHAKESPEARE A RACINE: O ENGANO ESPECULAR E OUTROS TEMAS - 01/02/2000
LEONARDO DE ARAÚJO E MOTA. PECADO, CRIME OU DOENÇA? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA - 01/03/2008
MAGDA SUELY PEREIRA COSTA. PODER LOCAL EM TOCANTIS: DOMÍNIO E LEGITIMIDADE EM ARRAIAS - 01/08/2008

“Quadro 1A, continuação”

MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS. " MEDIAÇÃO CULTURAL E RECIPROCIDADE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM FLORIANÓPOLIS/SC" - 01/04/2006
MARCIA REIS LONGHI. VIAJANDO EM SEU CENÁRIO: RECONHECIMENTO E CONSIDERAÇÃO A PARTIR DE TRAJETÓRIAS DE RAPAZES DE GRUPO POPULAR DO RECIFE - 01/04/2008
MÁRCIO ANDRÉ LEAL BAUER. SOLIDARIEDADE E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A LUTA DO "MOVIMENTO DOS ILHÉUS" PELA GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO NO ARQUIPÉLAGO EM PORTO ALEGRE - 01/06/2011
MARCONI DO Ó CATÃO. UMA DÁDIVA MODERNA: TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS INTER VIVOS. - 01/06/2008
MARIA AMELIA RODRIGUES DA SILVA. MALDIÇÃO OU DÁDIVA? OS DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DE UMA BASE MINEIRA - 01/08/2007
MARIA APARECIDA BENTO. "SÃO PAULO SONORA NOS ANOS 60" - 01/08/1998
MARIA DA CONCEIÇÃO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT. A CURA PELA FÉ: CRENÇAS, SABERES, PRÁTICAS E PODERES NO MUNDO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO - 01/12/2010
MARIA DE FÁTIMA MELO DO NASCIMENTO. POBREZA E SOCIABILIDADE: VIVENDO POR UM FIO. - 01/05/2001
MARIA FLORICE RAPOSO PEREIRA. CARIDADE ENTRE OS ESPÍRITAS: AUTO-AJUDA OU AJUDA MÚTUA? - 01/08/2005
MARIA LUCI BUFF MIGLIORI. HORIZONTES DO PERDÃO REFLEXÕES A PARTIR DE PAUL RICOEUR E JACQUES DERRIDA - 01/12/2007
MARIA LUCIANA BRANDÃO SILVA. UMA PEDAGOGIA DO ENCONTRO, ENTRE SABERES BORDADOS NAS TROCAS (A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO BAIRRO BETHÂNIA/IPATINGA, MG) - 01/05/2010
MARIA LUIZA CARVALHO. ECONOMIA DE COMUNHÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA DE UMA NOVA PROPOSTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 01/03/2007
MARIA PAULA MILLER DUARTE. OS MOVIMENTOS DO SAGRADO E AS DÁDIVAS DA AUSÊNCIA: PEREGRINAÇÃO E CARTAZES FÚNEBRES EM CROTONE, ITÁLIA - 01/02/2011
MARIA RAQUEL GOMES MAIA. POLITICIDADE DO CUIDADO COMO REFERENCIA EMANCIPATÓRIA PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE: CONHECER PARA CUIDAR MELHOR, CUIDAR PARA CONFRONTAR, CUIDAR PARA EMANCIPAR - 01/12/2004
MARIA RODRIGUES DE SOUZA. REDES DE DORMIR: RELAÇÕES DE TRABALHO E SOCIABILIDADE DOS REDEIROS DE SÃO BENTO-PB - 01/01/2009

“Quadro 1A, continuação”

MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA. DEMOCRACIA PRIMÁRIA E EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA - OS CLUBES DE MÃES EM CAMPINA GRANDE. - 01/01/2008
MARLY CATARINA SOARES. O MÍSTICO E O ERÓTICO NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA - 01/03/2008
MARTHA CRISTINA NUNES MOREIRA. DÁDIVA DA SAÚDE: SOCIABILIDADE E VOLUNTARIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO ASSOCIATIVISMO DAS "RES". - 01/08/2005
MERCIA ALEIDE RIBEIRO LEITE. O SIGNIFICADO DA HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NA SALA DE EMERGÊNCIA DE UM PRONTO SOCORRO. - 01/11/2010
MONICA DA SILVA BOIA. O ENSAIO DE MARÍA ZAMBRANO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE - 01/03/2011
PAULO AFONSO BARBOSA DE BRITO. REDES, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA DEMOCRÁTICA: A EXPERIÊNCIA INOVADORA DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO - ASA - 01/02/2007
PAULO DE GÓES. O PROBLEMA DO SUICÍDIO EM SANTO AGOSTINHO À LUZ DO DE CIVITATE IRILIS DEI, I - 01/04/2004
RUBENILDA MARIA ROSINHA BARBOSA. A DÁDIVA E A VIVÊNCIA RELIGIOSA: IMPLICAÇÕES DA RELIGIOSIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS SOLIDÁRIAS NA COMUNIDADE - 01/02/2007
SEBASTIAO ALVES TEIXEIRA LOPES. O UNIVERSO EM RUPTURA: PUTAS E POETAS. UMA LEITURA DE "THE SATANIC VERSES". - 01/11/2002
SILVIA TEREZINHA LIBERATORE. A DÁDIVA NAS ORGANIZAÇÕES: PRESENTES COMO VÍNCULOS COMUNICACIONAIS PELA PRESENÇA-NA-AUSÊNCIA E A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS CONFORTO PARA A COMUNICAÇÃO - 01/11/2010
SIMONE BARBISAN FORTES. FRATURA E COESÃO SOCIAL EM FACE DA CRISE DA SOLIDARIEDADE: A QUESTÃO SOCIAL E A REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL, ARGENTINA E CHILE - 01/07/2011
SÔNIA MARISE SALLES CARVALHO. DESAFIOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NA SOCIEDADE DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DISTRITO FEDERAL - 01/12/2008
STÉFANIS SILVEIRA CAIAFFO. CARTOGRAMAS DE UM TERAPEUTA ANÁRQUICO - 01/03/2009
TELMA SUELI PINTO JOHNSON. NOS BASTIDORES DA WIKIPÉDIA LUSÓFONA: PERCALÇOS E CONQUISTAS DE UM PROJETO DE ESCRITA COLETIVA ONLINE - 01/06/2009
TERESA CRISTINA SOARES. O TRANSPLANTE E A QUESTÃO DA ALTERIDADE: BIOLOGIA E SUBJETIVIDADE - 01/06/2009
THEREZA CRISTINA GOSDAL. DIGNIDADE DO TRABALHADOR: UM CONCEITO CONSTRUÍDO SOB O PARADIGMA DO TRABALHO DECENTE E DA HONRA - 01/06/2006

“Quadro 1A, conclusão”

VALÉRIA SOARES DE ASSIS. DÁDIVA, MERCADORIA E PESSOA: AS TROCAS NA CONSTITUIÇÃO DO MUNDO SOCIAL MBYÁ-GUARANI - 01/04/2006
VILMA SOARES DE LIMA BARBOSA. AS MÚLTIPLAS FACES DO VOLUNTARIADO: PROFISSIONALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO NO TRATAMENTO DO CÂNCER INFANTIL - 01/02/2010
ZULMIRA NEWLANDS BORGES. DA DOENÇA À DÁDIVA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE TRANSPLANTES DE ORGÃOS ATRAVÉS DA ANÁLISE DO TRANSPLANTE RENAL - 01/09/1998

Fonte: Banco de Dados CAPES

APÊNDICE B - Os autores internacionais

Alain Caillé, o editor-chefe de *La Revue du MAUSS* e principal difusor do paradigma do Dom, tem entre suas principais contribuições uma compreensão de como a vida associativa pode ser entendida como uma prática-dom. De acordo com Vandeveld (2000), o autor define a associação como uma mais ou menos permanente conjugação de meios materiais, conhecimentos e atividades para uma finalidade diferente da participação nos lucros. A forma como essa associação está fundada, se é expresso ou tácito, escrito ou não escrito, formalmente protegidas por lei ou informalmente sancionadas por normas sociais e personalizadas, é menos importante. O importante é que as associações são iniciativas voluntárias e, portanto, fruto do interesse humano. É esse interesse que permitirá que as associações atinjam seus objetivos. A vida associativa transcende a oposição bem conhecida entre comunidade e sociedade. Associações são baseadas na confiança, o que significa que cada membro está disposto a dedicar sua energia incondicionalmente para o bem comum e que ele continuará a fazê-lo, a menos que muitos outros participantes se recusem a cooperar.

Esse pensamento vai ao encontro do defendido por Serva (1993) e Vizeu (2005) sobre organizações substantivas. Para eles, neste tipo de organização existe a nítida preocupação com a condição humana. “Partindo-se do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugados na base da proximidade e compatibilidade de valores” (SERVA, 1993, p. 38). As associações em bom funcionamento envolvem um endividamento mútuo positivo. Finalmente, como também foi observado por Putnam (2002), em outro contexto, ao estudar os princípios e valores da democracia italiana, identificou a existência de associações comunitárias e de práticas sociais de reciprocidade como elementos essenciais à democracia e à conscientização

cívica. Assim, esses elementos não apenas garantem o caráter democrático da sociedade civil, mas também determinam o desempenho dos governos locais e de suas instituições. Contudo, nem Serva nem Putman citam Mauss.

J.T. Godbout (Canadá) é professor-investigador no Institut National da La Recherche Scientifique (Universidade do Québec) e membro do conselho diretivo da Revue du Mauss. A parceria com Alain Caillé o fez um dos autores mais influentes na produção nacional sobre este paradigma. Sua principal crítica é sobre o privilégio paradigmático da teoria da escolha racional nas ciências sociais, que ele considera ser um reflexo da crescente influência do individualismo e do neoliberalismo na vida social e política. Uma grande contribuição deste autor é o conceito de *homo donator*, pois nem o *homo economicus* com sua racionalidade puramente instrumental, nem o *sociologicus homo* que é mais ou menos às cegas "empurrada" pelas normas sociais e costumes, apresentam um comportamento social adequado, ao olhar do autor. Para Silva (2011) é esse *homo donator* que pensa no outro e conduz as práticas solidárias. É a parte do humano que se motiva para a aproximação do outro, para a doação, que sensibiliza com a condição do outro e o ajuda.

A Lógica de Mauss, a dádiva, na medida em que está ligado ao desejo de reconhecimento, transcende ambos os paradigmas na medida em que concilia liberdade e obrigação: sem liberdade, nenhum valor pode ser anexado às ações e reações de nossos companheiros seres humanos. Assim, Godbout afirma que o postulado básico do autointeresse, em que a teoria da escolha racional é fundada, deve ser complementado com o postulado do dom. Apenas o pressuposto da confiança mútua ou de uma tendência natural para dar, explica o porquê que em situações que podem ser modelados como o dilema do prisioneiro, a cooperação muito mais do que realmente ocorre é previsto pela teoria dos jogos (VANDEVELDE, 2000, p. 1).

Para Godbout (1992), em vez de investigar como a sociedade tem sido capaz de conter a tendência das pessoas espontânea para maximizar o seu autointeresse, deve-se, sim, saber quais disposições sociais impedem de dar excessivamente. Isso o leva a rejeitar qualquer concepção que liga a lógica do dom muito de perto com a noção de reciprocidade. Além disso, ele apresenta uma classificação de vários modelos de dons que não podem ser explicados no âmbito da lógica instrumental. São eles o Dom agonístico, Dom entre desiguais, hierárquicos, Dom aos desconhecidos, dívida mútua positiva e Solidariedade. Alguém que entra na lógica do dom aceita o seu endividamento para com o outro. Isso, também, explica alguns dos problemas de legitimação do estado de bem-estar numa sociedade altamente individualizada. Do ponto de vista dos beneficiários, os sistemas de bem-estar facilmente se transformam em dons unilaterais que não podem ser devolvidos. Provavelmente a única maneira de lidar com tal situação humilhante, sem ceder a sentimentos de inveja e reações violentas, é converter o dom em um direito legal.

Camille Tarot, socióloga francesa, nascida em 1943, especializada em sociologia da religião e professora da Universidade de Caen, até 2011, é membro permanente do Centro de estudo e pesquisa sobre os riscos e vulnerabilidades. Suas pesquisas exploram as dificuldades de construir uma teoria da graça divina, do ponto de vista da antropologia do dom. Sem dúvida a teoria maussiana proporciona um melhor enquadramento heurístico de entender a graça do que o paradigma da ação utilitária. No entanto, um inquérito mais aprofundado sobre o assunto mostra que as diferenças entre a graça divina e a lógica do dom como funções em sociedades arcaicas são consideráveis. Por exemplo, a graça é absolutamente livre, Deus não está submetido a qualquer obrigação de dar. Além disso, os seres humanos podem ser confrontados com a impossibilidade de reciprocidade. E mais, como um dom sobrenatural, a graça não tem o caráter

ambíguo e um pouco perigoso de dons puramente humanos. O primeiro cria pessoas justas, este último cria honra e o bem-estar.

Tarot rejeita a concepção sociológica da teoria de graça como uma ideologia. Ao contrário, ele sugere que não se pode compreender a realidade social da religião sem entender alguns dos fluxos dentro dele. Conflitos entre várias tradições religiosas, mas também entre diversas correntes do cristianismo ou entre judaísmo e cristianismo que ser sobre o significado ea economia de dons religiosos, sobre a proibição de alguns dons e intercâmbios com os pagãos, sobre a atitude apropriada para a graça e destino, sobre a importância de dons para os sacerdotes, pessoas pobres ou correligionários (VANDEVELDE, 2000, p. 7).

Christian Arnsperger é um economista belga que utiliza a noção de Dádiva para melhor entender os mercados e criticar os trabalhos de Mauss. Seus estudos apontam que é legítimo que a teoria econômica valorize os modelos de escolha racional em vez de modelos com base no altruísmo. Contudo, sua crítica foca no conteúdo das escolhas racionais e sugere que estes, sim, devem ser radicalmente transformados. De acordo com Arnsperger (1998), as práticas descritas por Mauss, são caracterizadas, principalmente, por provocação mútua, a desconfiança e o desejo de dominar o beneficiário. Para Arnsperger (1998), esta pode ser uma descrição bastante boa da lógica do dom como era predominante nas sociedades passadas e como ela continua a funcionar de forma latente na sociedade contemporânea, mas é difícil entender como proposições normativas atraentes ou uma chamada para mais generosidade poderia ser derivado a partir deste fato.

Famosa análise de Pierre Bourdieu deste tópico é o seguinte. Devido ao trabalho de tempo que os agentes nunca se tornar totalmente consciente da restrição de reciprocidade que é predominante no jogo de dar dons, portanto, eles podem manter a aparência de espontaneidade e liberdade. Este

Bourdieu maneira fortemente relativiza a possibilidade de um sujeito auto-consciente que seria totalmente transparente para si próprio: o comportamento humano é regido por um conjunto de normas internalizadas, um habitus determinado pelo contexto social e histórico. Arnsperger, no entanto, prefere a filosofia de Emmanuel Levinas a abordagem sociológica de Bourdieu. Levinas junta Bourdieu em sua rejeição do primado do sujeito autônomo, mas ao fazer isso ele se refere à situação ontológica do sujeito que vem a ser através do pedido proveniente da "cara" do outro. Nesta visão a generosidade não é socialmente, culturalmente ou historicamente determinada. Ela emerge de um "não-contextuais habitus 'através do confronto com a alteridade radical. O dom também, não é um dispositivo funcional destina-se a nutrir o laço social, mas origina-se do trauma da súbita aparição do outro. Para Levinas, a liberdade é finita: está limitada pelo outro que me impele a assumir minha responsabilidade (VANDEVELDE, 2000, p. 13).

Jean-Luc Boileau (Canadá) começa por distinguir três componentes estreitamente entrelaçadas na doação do dom. Essas práticas podem ser descritas como trocas quase-contratuais, como reveladores de solidariedade inter-humana e como tentativas de provar a superioridade de cada um. Esse aspecto é ressaltado por Douglas (CAILLÉ, 2006), que se preocupa em reforçar a quarta característica do dom, que seria a rivalidade. Encontramos dons agonísticos não só nas sociedades arcaicas ou primitivas, mas também no esporte contemporâneo, por exemplo.

Não existe apenas desejo de aparecer, diria Jean-Luc Boileau, seu mais firme e feroso defensor, mas luta e competição para impor seu próprio aparecer perante o dos outros. Esse é o verdadeiro motivo primeiro. O desejo de glória, de ser o mais belo. A dádiva, aqui, é agonística (CAILLÉ, 1998, p. 4).

Boileau (1991) enfatiza a igualdade fundamental de todos os concorrentes, como eles são unidos pela consciência de sua dependência do acaso e do caráter efêmero de seus triunfos “O mundo do agon está repleto de

deuses e dos meteoros". Aqui mesmo o amor não é apenas harmonia, ágape ou troca, mas também rivalidade, conflito e sedução.

Chris Gregory, economista que alicerça seus trabalhos numa releitura da história cruzada da economia política e da antropologia. Para ele o que separa os economistas clássicos dos antropólogos não é a natureza do seu projeto científico, mas o fato de os primeiros procurarem isolar as leis de funcionamento de uma sociedade regulada pela produção e troca de mercadorias, enquanto os segundos estudam sociedades em que não dominam a produção, mas o consumo, e onde este se efetua segundo a lógica do Dom (GODBOUT, 1992). O referido autor embasa suas pesquisas no Centro-Índia e seus resultados estão em seu conhecido livro sobre dons e Commodities.

Além dos autores acima, temos Ilana Silber (Israel) que ressalta as pesquisas sobre dom religioso dando, especialmente no contexto das grandes tradições monoteístas, o judaísmo e o islamismo, que ainda são pouco explorados. Ele tenta desvendar a lógica do dom como um fenômeno universal, que está intimamente ligado à reciprocidade, sendo Mauss parcialmente responsável por este estado de coisas. Aldo Demartelaere analisa a troca de dons na esfera das relações pessoais, ou seja, caracterizadas pelo mútuo amor e mostra a peculiaridade de obrigações de amor por distingui-los das obrigações morais, papel ligado a obrigações e promessas. Esse pesquisador desafia as teorias clássicas morais na medida em que pretende aplicar às relações pessoais.

Considerando os autores acima, a produção sobre Dádiva encontra-se difundida em quase todo o globo, sendo as principais contribuições oriundas do Canadá, França e Israel. Os trabalhos resgatam e ampliam o uso do paradigma, ao mesmo tempo em que impõe limites à sua valorização. Os temas perpassam questões como Dom Agonístico e Dom Caritativo (BOILEAU, 1991), a ordem religiosa (TAROT, 2011) entre outros.

Neste trabalho será adotado, em relação ao predomínio da lógica instrumental nas ciências sociais e as barreiras para a Dádiva, a visão crítica de Godbout (1998). Adota-se, também, a perspectiva clássica de Cailié (2002), inspirada em Mauss (2003) na dicotomia entre liberdade x obrigação e interesse x desinteresse. Abaixo discute-se o modelo tradicional da Dádiva.

APÊNDICE C - Quadro de Análise Formalização

FORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO	SITUAÇÃO
Identificação e Definição das Representações pela via negocial.	
Observância do art. 17 do Dec. 4.340/2002.	
Existência de estratégia para identificação, mobilização e capacitação das comunidades.	
Paridade entre componentes do Poder Público e da Sociedade Civil.	
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GESTOR	
Exercício da Presidência pelo Estado.	
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR	
Existência de ato de nomeação e posse dos conselheiros.	
Existência de processo autuado para o conselho	
Existência de Arquivo Público	
Existência de Regimento Interno	
O Regimento Interno contém regras de eleição, perda de mandato e vacância	
O Regimento Interno contém regras de votação, tomada de decisões e condução de reuniões	
Regimento Interno com estrutura administrativa definida	
Regimento Interno com atribuições dos membros do conselho para cada órgão da administração	
Regimento Interno com disciplina para os casos omissos.	
As reuniões são periódicas	
Reuniões bem divulgadas e públicas.	
Pautas claras e pré-estabelecidas.	
Secretaria Executiva	
Estrutura Física Mínima	
Local das reuniões é acessível	
Convocação das reuniões com antecedência de 7 dias	
As atas e decisões são publicadas nos diários oficiais e em jornais de grande circulação.	
Há manutenção e controle de lista de frequência.	
Existência de Programa de Formação Contínua de Conselheiros e Comunidade, com ou sem Plano de Manejo.	
Aprovou Zoneamento.	
Aprovou Plano de Trabalho Anual	
Aprovou Plano de Manejo.	
Aprovação de Programas, Projetos e Ações, ainda que emergenciais.	
Andamento de Programas, Projetos e Ações.	

Quadro 1C Análise Formalização do Conselho Consultivo Mosaico Veredas-Peruaçu

(...continua...)

“Quadro 1C, conclusão”

FORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO	SITUAÇÃO
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR	
Programas, Projetos e Ações Concluídos.	
Integração com outras Unidades de Conservação e conselhos	
Orçamento próprio	
Decisões formalizadas e encaminhadas acima de 5 por ano.	
Possui Relatório Financeiro Anual para a UC	
Pareceres sobre licenciamento ambiental de obras e atividades na UC, no mínimo 5 por ano.	
DOS PODERES DO CONSELHO GESTOR	
Natureza deliberativa	
Aprova seu regimento interno	
Aprova seu plano de trabalho anual	
Propõe e aprova o orçamento da UC	
Aprova as contas da UC	
Aprova o Zoneamento e o Plano de Manejo	
Decide sobre licenciamentos e autorizações ambientais	
OS CONSELHOS GESTORES E AS OSCIPs	
Gestão por OSCIP	
OS CONSELHOS GESTORES E OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE	
Gestão por outro conselho	

Análise primária formalização do CCMVP

Fonte: Adaptado de Santos (2008)

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista individual - Dádiva, Gestão e UC's

Apresentação – O porquê da entrevista, o objetivo do trabalho, a importância da opinião do entrevistado para entender a doação nos conselhos.

Seção A – informações Pessoais

1. Nome:
2. Endereço:
3. Organização que representa:
4. Data de entrada em exercício: criação
- 4.1 Recondução? S - N
5. Idade 6.1 Gênero
6. Escolaridade:
7. Estado civil
8. Religião? Sim Não Qual _____-Opcional
9. Participa de alguma organização comunitária (além da que representa)?
() Sim () Não () Quais
10. Como você participa destas?
11. Com que frequência?
(sempre) (sempre que possível) (de vez em quando)
(raramente)
12. Você faz algum tipo de militância política?

Seção B – Associação de Conceitos – três palavras que você lembra quando eu falo a palavra:

12. Conselho 1) _____ 2) _____ 3) _____

13. Reunião 1) _____ 2) _____ 3) _____

14. Parque ou Reserva 1) _____ 2) _____ 3) _____

- 15.Comunidade 1)_____2)_____3)_____
- 16.Solidariedade 1)_____2)_____3)_____
- 17.Democracia 1)_____2)_____3)_____
- 18.Desenvolvimento 1)_____2)_____3)_____
19. Ameaça 1)_____2)_____3)_____
20. O parque/Reserva antes do conselho 1)_____2)_____3)_____
21. O parque/ Reserva depois do conselho
1)_____2)_____3)_____

Seção C – Processo de luta pela participação

22. Como você se envolveu no processo de gestão do conselho?
23. Antes do conselho como você participava da gestão/uso da área?
24. Antes de ser conselheiro acompanhava as reuniões? Como?

Informar que as questões abaixo são exclusivamente sobre a atuação no Conselho

Seção D

25. Como foi feita a escolha do representante da instituição/ comunidade que você representa?
26. Ela é pública, Estatal, Terceiro Setor?
27. Existe remuneração, mesmo indireta, pela sua presença? Você acha que deveria existir?
28. Você considera vital/ muito importante a participação de sua instituição/ comunidade no conselho? (explicar – sem ela o conselho não seria bom)

Seção E

29. Porque você aceitou ser membro do conselho?
30. De que forma você se prepara para as reuniões?

31. Conte se você já apresentou alguma ideia para o conselho? Qual?

Como ela foi recebida? Como você se sentiu?

Você já votou contra alguma proposta? Como você se sentiu?

32. Em relação à sua presença nas reuniões? (muito presente, presente, presente sempre que possível, ausente)?

33. Em relação à sua atuação?

34. Como você defende seu ponto de vista?

Desinteresse – Abertura para o outro – novas ideias, posições, etc...

Apego aos benefícios pessoais de sua atuação no conselho

Seção F - Retribuir

34. Como é feito o repasse das decisões/ideias/ações que foram tomadas no conselho para seus representados?

35. Como é feita a consulta aos interesses de seus representados?

36. Você se sente a vontade para apresentar opinião diversa de seus representados?

37. Como você vê o interesse dos seus representados?

38. Seus representados ficam chateados quando...

Minha atuação trás mais resultados pessoais do que coletivo.

FICHA 02.

Por favor, marque nas linhas abaixo seu sentimento em relação:

Em relação à sua atuação no conselho.

Obrigação	_____	Prazer
Coação	_____	Liberdade
Interesse	_____	Não - interesse
Apego	_____	Desinteresse
Verdade	_____	Desconfiança
Inteligibilidade	_____	Compreensível

Correção	_____	Errado
Atitude	_____	Passivo
Preocupado	_____	Despreocupado
Informado	_____	Desinformado

Em relação ao seu sentimento em relação à atuação dos seus colegas

Obrigação	_____	Prazer
Coação	_____	Liberdade
Interesse	_____	Não - interesse
Apego	_____	Desinteresse
Verdade	_____	Desconfiança
Inteligibilidade	_____	Compreensível
Correção	_____	Errado
Atitude	_____	Passivo
Preocupado	_____	Despreocupado
Informado	_____	Desinformado

Em relação ao conselho funcionamento do conselho (visão geral)

Obrigação	_____	Prazer
Coação	_____	Liberdade
Interesse	_____	Não - interesse
Apego	_____	Desinteresse
Verdade	_____	Desconfiança
Inteligibilidade	_____	Compreensível
Correção	_____	Errado
Atitude	_____	Passivo
Preocupado	_____	Despreocupado
Informado	_____	Desinformado

Última pergunta: Você consegue se lembrar de alguma situação ou fatos que ocorrem com você ou com seus familiares que possa ter alguma relação com sua participação no conselho (alguma ajuda que recebeu, amizade, apoio em momentos difíceis, etc)?

APÊNDICE F - Quadro de apoio para análise do DSC


Dar	Obrigação	
	Liberdade	
	Interesse	
	Desinteresse	

Receber	Obrigação	
	Liberdade	
	Interesse	
	Desinteresse	

Retribuir	Obrigação	
	Liberdade	
	Interesse	
	Desinteresse	

ANEXO

ANEXO 1 Autorização CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS 
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA
Título da Pesquisa: GESTÃO SOCIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MINAS GERAIS: VÍNCULOS E DEMOCRACIA DELIBERATIVA
Pesquisador: Ana Alice Vilas Boas
Área Temática:
Versão: 4
CAAE: 06653412.6.0000.5148
Instituição Proponente: Universidade Federal de Lavras
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
DADOS DO PARECER
Número do Parecer: 236.850
Data da Relatoria: 22/03/2013
Apresentação do Projeto: ok.
Objetivo da Pesquisa: ok.
Avaliação dos Riscos e Benefícios: ok.
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: ok.
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: ok.
Recomendações: ok.
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: ok.
Situação do Parecer: Aprovado
Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037 Bairro: PRP/COEP CEP: 37.200-000 UF: MG Município: LAVRAS Telefone: (35)3629-5182 E-mail: coep@nintec.ufla.br